

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - MESTRADO

ARGUS DAG MIN WONG

**A DEMODIVERSIDADE E O COMUM: IDEIAS PARA RECONFIGURAÇÃO DA
DEMOCRACIA**

CRICIÚMA

2020

ARGUS DAG MIN WONG

**A DEMODIVERSIDADE E O COMUM: IDEIAS PARA RECONFIGURAÇÃO DA
DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Stricto Senso, em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de pesquisa: Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos

Orientadora: Prof^(a). Dr^(a). Maria de Fátima Schumacher Wolkmer

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

W872d Wong, Argus Dag Min.

A demodiversidade e o comum : ideias para reconfiguração da democracia / Argus Dag Min Wong. - 2020.

184 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2020.

Orientação: Maria de Fátima Schumacher Wolkmer.

1. Democracia. 2. Demodiversidade. 3. Comum (Direito). 4. Bens comuns. 5. Construção social. I. Título.

CDD 23. ed. 321.8

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - MESTRADO


ARGUS DAG MIN WONG

**“A DEMODIVERSIDADE E O COMUM: IDEIAS PARA RECONFIGURAÇÃO
DA DEMOCRACIA”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no
Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.


Criciúma, 28 de fevereiro de 2020.

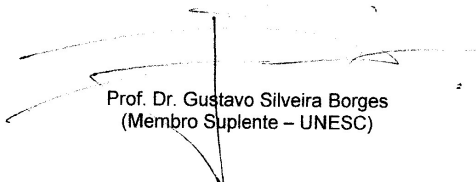
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª. Dra. Maria de Fatima Schumacher Wolkmer
(Presidente e Orientador (a) – UNESC)

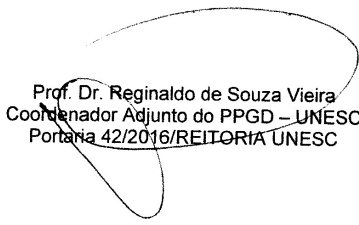

Prof.ª. Dra. Daniela Mesquita Leutchuk de
Cademartori
(Membro externo - UNILASALLE)

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
(Membro – UNESC)


Prof. Dr. Sérgio Uggiani de Cademartori
(Membro externo - UNILASALLE)


Prof. Dr. Gustavo Silveira Borges
(Membro Suplente – UNESC)


Argus Dag Min Wong
(mestrando(a))


Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
Coordenador Adjunto do PPGD – UNESC
Portaria 42/2016/REITORIA UNESC

Obrigado a Deus pela saúde que me concede
para poder aprender todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Gustavo Borges que me fez despertar os primeiros passos de um pesquisador.

À minha orientadora, Maria de Fatima Schumacher Wolkmer que, com muita paciência e compaixão, me desconstruiu, me ensinou e me reensinou a complexa vida acadêmica.

À minha mãe e minha companheira pelo amor guarnecido.

Aos meus ídolos que comprovam que é possível atingir os seus sonhos.

"Senso comum não é nada mais do que um depósito de preconceitos colocados na mente antes de fazermos dezoito anos"

Albert Einstein

RESUMO

O objetivo deste estudo foi de analisar em que medida as novas formas democráticas, delineadas nas experiências da democracia comunitária, nas experiências do buen vivir na cidade de Nabón no Equador, na aposta municipalista em Barcelona, assim como, na Grécia, nas alternativas *Ex Parte Populi* em tempos de crise representam uma alternativa política de reapropriação e participação na gestão dos bens comuns em nível local, frente à privatização dos bens públicos (*newenclosures*) efetuadas pelos poderes políticos tradicionais sob a égide da racionalidade econômica e política neoliberal. Procedeu-se de uma revisão da literatura nacional e internacional como forma de expandir os conceitos e esclarecimentos sobre o tema, além de permitir uma contextualização muito mais ampla dentro da visão jurídica e de seu papel para uma construção social digna para todos. Essa construção social deve passar pelo comum, pelos esforços e envolvimento de todos na construção de uma nação que, de fato, seja para todos. Não há que se falar em uma construção social que beneficie a maioria da população, mas de toda ela, resguardando-se as proporções necessárias para alcançar um patamar de igualdade para todos. O alcance de uma nação democrática está diretamente ligado com sua capacidade de compreender que a democracia não apresenta apenas um modelo, uma característica única e engessada, mas que diferentes práticas podem ser desenvolvidas em conjunto, sempre buscando que se estabeleça uma democracia multidirecional, dos cidadãos para o Estado e do Estado para todos os seus cidadãos, em todas as suas especificidades. Muitos países vêm se esforçando para a construção de um ideal de justiça para todos que ultrapassa suas leis, ou seja, que se transfira da seara jurídica para a social de forma concreta. Mais do que leis que definam que todos são iguais e devem ter acesso aos mesmos direitos, essas nações vêm fortalecendo a percepção de que as pessoas devem lutar pelas pessoas. As lutas não podem ser integradas por alguns cidadãos ou ter foco em necessidades parciais, elas precisam se tornar uma bandeira de todos, um esforço que se difunde no pensar e no agir de toda uma população, sempre priorizando que todos possam viver bem, todos possam evoluir, conquistar benefícios para si, desde que esses benefícios atinjam igualmente a todas as parcelas da população. Viver bem envolve uma série de demandas que vão desde o acesso a direitos até a capacidade de construir para si melhores alternativas de vida e, para isso, cada vez mais os ideais que se espalham pelo mundo devem ser entendidos, esclarecidos e contextualizados para a realidade brasileira, permitindo que com o perpassar do tempo abandone-se uma tendência individualista e se alcance a priorização do comum, do bem comum (bem estar de todos) e dos bens comuns, aqueles que pertencem a todos e, assim, devem ser geridos pelo Estado em conjunto com a própria população, aumento a responsabilidade dos indivíduos sobre tudo aquilo que influencia suas vidas.

Palavras-chave: Democracia. Demodiversidade, Comum. Bens Comuns. Construção social.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze to what extent the new forms of democracy, outlined in the experiences of community democracy in the experiences of buen vivir in the city of Nabón in Ecuador, in the municipalist approach in Barcelona, as well as in Greece, in the alternatives *Ex Parte Populi* in times of crisis they represent a political alternative of reappropriation and participation in the management of the commons at the local level, in view of the privatization of public goods (newenclosures) by traditional political powers under the aegis of neoliberal economic and political rationality. A review of the national and international literature was carried out as a way to expand the concepts and clarifications on the subject, as well as allowing a broader contextualization within the legal vision and its role for a social construction worthy for all. This social construction must go through the common, the efforts and involvement of all people in the construction of a nation that, in fact, is for everyone. There is no need to talk about a social construction that benefits the majority of the population, but all of it, safeguarding the necessary proportions to reach a level of equality for all. The reach of a democratic nation is directly linked with its ability to understand that democracy not only presents a model, a unique and cast feature, but that different practices can be developed together, always seeking to establish a multidirectional democracy from the citizens to the state and from the state to all its citizens, in all their specificities. Many countries have been striving to build an ideal of justice for all that goes beyond their laws, that is, to move from the legal to the social sphere in a concrete way. More than laws that define everyone as equal and that they should have access to the same rights, these nations have strengthened the perception that people should fight for people. The struggles cannot be integrated by some citizens or focus on partial needs, they must become everyone's flag, an effort that spreads in the thinking and acting of an entire population, always prioritizing that everyone can live well, everyone can evolve, gain benefits for themselves, as long as those benefits apply equally to all sections of the population. Living well involves a range of demands from access to rights to the ability to build better life alternatives for people, and for that, increasingly the ideals that spread around the world must be understood, clarified and contextualized to Brazilian reality, allowing the passage of time to abandon an individualistic tendency and achieve the prioritization of the common, the common good (well-being of all) and the commons goods, those that belong to all and, therefore, must be managed by the State together with the population itself, it increases the responsibility of individuals over everything that influences their lives.

Keywords: Democracy. Demodiversity, Common. Common goods. Social construction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Participantes do movimento Cidades sem Medo em Barcelona	155
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Postulados do Buen Vivir	131
Tabela 2: Comparativo dos conceitos entre Equador e Bolívia.....	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EMERGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA/TRANSFORMADORA DO <i>COMUM</i> NO SÉCULO XXI.....	17
2.1 A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E OS SENTIDOS EMERGENTES DO <i>COMÚN</i> FRENTE A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL	18
2.2 MARCO HEGEMÔNICO NEOLIBERAL: A TRAGÉDIA DOS COMUNES EM GARRETT HARDIN E OS <i>NEW ENCLOSURES</i>	34
2.3 OS <i>COMUNES</i> (BENS COMUNS) E O PARADIGMA DO CUIDADO	50
3 DEMODIVERSIDADE: A DEMOCRACIA LIBERAL INTERPELADA POR NOVAS NARRATIVAS POLÍTICAS COLABORATIVAS.....	67
3.1 UMA ANÁLISE DOS POSTULADOS TEÓRICOS DA DEMOCRACIA	68
3.2 DEMODIVERSIDADE E RECONFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA.....	84
3.3 A DEMOCRACIA DO COMUM: POR UM NOVO MARCO JURÍDICO E FERRAMENTAS INSTITUCIONAIS COMUNITÁRIAS	101
4 BENS COMUNS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FORA DOS MARCOS PÚBLICO/PRIVADO	119
4.1 DEMOCRACIA COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DO BUEN VIVIR NA CIDADE DE NABÓN NO EQUADOR	119
4.2 ALTERNATIVAS (<i>EX PARTE POPULI</i>) EM TEMPOS DE CRISE NA GRÉCIA.....	136
4.3 A APOSTA MUNICIPALISTA EM BARCELONA.....	151
5 CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS.....	172

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa a respeito do **tema** Demodiversidade, reconhecendo-se que a democracia não possuiu apenas uma configuração e que esta seja aplicável a todos os países. **Delimitou-se o tema** como: o papel da demodiversidade e do comum para a reconfiguração da democracia. O *problema norteador* da presente Dissertação refere-se ao seguinte questionamento: A reconfiguração da democracia pode ser alcançada de forma mais efetiva a partir da demodiversidade e do comum?

O objetivo geral definido para este estudo foi de avaliar de que modo a demodiversidade e o comum podem atuar como ideias e práticas de reconfiguração da democracia. A democracia é citada como modelo de governo de expressiva parte dos países do mundo, porém, uma análise aprofundada permite compreender que se trata de uma democracia parcial, pautada tão somente nos ideais de enriquecimento, ainda que para isso a população tenha que sofrer os impactos da busca desenfreada por lucros desses países.

Para que o problema norteador do estudo fosse respondido e o objetivo geral fosse alcançado, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

Destacar a emergência revolucionária/transformadora do **común** no século XXI; abordar a demodiversidade sob o prisma da democracia liberal e das políticas colaborativas; e destacar o papel dos bens comuns na construção da autonomia que ultrapassa marcos públicos e/ou privados.

Pensando-se na **metodologia** do estudo, este trata-se de uma revisão de literatura apoiada em livros e artigos publicados quanto aos temas envolvidos no estudo, a democracia, a demodiversidade, o comum, o bem comum e os bens comuns. Estudos nacionais e internacionais foram utilizados, considerando-se que o tema não pode limitar-se a uma apreciação local ou regional, sua ampla compreensão depende da capacidade de leitura de sua expressividade em um cenário mais amplo.

A leitura criteriosa de escritos sobre o tema tem o intuito de levar a uma compreensão real de conceitos, aplicações e do funcionamento dessas atividades na seara legal, social, política, econômica, enfim, em todos os âmbitos existentes em uma sociedade e essenciais para sua construção. Certamente que teoria e prática

diferem entre si, já que em muitos casos transpor a esfera teórica para alcançar a prática pode ser um desafio, cuja concretização é lenta e exige envolvimento de governos e pessoas.

Todavia, se não há compreensão dos aspectos teóricos dessas questões, tampouco se tornará possível atuar para que adentrem à seara prática. O direito tem relação direta com a construção das sociedades, dos governos e das nações. O direito existe justamente em função da necessidade de desenvolver e aplicar normas de conduta que venham a assegurar os mesmos direitos e as mesmas obrigações a todos, quaisquer que sejam suas características.

Gustin e Dias (2010) enfatizam que a pesquisa jurídica precisa trazer consigo uma contribuição que ultrapasse os limites do direito, mas deve gerar conhecimentos claros, objetivos e reais que possam beneficiar cidadãos, governos, sociedade, ou seja, a pesquisa jurídica tem o papel de contribuir amplamente para a construção de uma sociedade na qual todos não apenas participam, mas compreendem seu papel como autores da própria história e coautores da história dos demais cidadãos.

Este trabalho foi construído como forma de esclarecer conceitos, permitindo a contextualização de temas amplamente abordados na literatura internacional e comuns em diversas sociedades, porém, que no Brasil ainda demandam de discussões e detalhamentos para que sejam conhecidos, compreendidos e aplicados de forma integral e real.

A pesquisa jurídica torna-se mais complexa de acordo com a evolução do processo de formação, os estudos apresentados em uma graduação diferem daqueles apresentados em um mestrado, por exemplo. Essa diferença não reside apenas na metodologia de construção, de fato, recai principalmente sobre a formulação dos problemas a serem respondidos e a profundidade com que serão abordados. Nesse diapasão, a pesquisa científica deve responder, cada vez mais, a questionamentos reais e justificados pela realidade social em que se insere. (GUSTIN; DIAS, 2010).

Não se trata da apresentação de um emaranhado de conceitos, mas do levantamento de problemáticas a partir da visão dos autores consultados, buscando-se também a apresentação de possíveis soluções para eles. Enquanto levantar um problema pode ser simples, encontrar estratégias para sua solução demanda de

maior atenção, conhecimentos, envolvimento com a pesquisa e capacidade de contextualizar diferentes teorias para dentro de uma única realidade.

Quanto aos **principais autores** consultados para o desenvolvimento do estudo, ressalta-se Noam Chomsky, Pierre Dardot e Christian Laval, Angel Valência Saíz, Rafael Gutiérrez Aguilar, Leonardo Boff, David Bollier, Lorenzo Cotula, entre outros.

Os estudos desses autores permitem alcançar uma compreensão mais ampla a respeito da democracia, do *común*, da construção de espaços de participação popular, autogestão e demais conceitos que precisam ser associados com a democracia para que se alcance a ampla compreensão da democracia comunitária como uma alternativa para a reconstrução da democracia voltada para a população.

O **marco teórico** do presente estudo recai sobre Dardot e Laval e suas diferentes obras, ressaltando que o liberalismo que até então foi predominante em todo o mundo vem passando por uma crise, frente à percepção das pessoas de que não podem aceitar serem vistas e tratadas apenas como mão de obra para o enriquecimento da máquina estatal. De fato, são sujeitos de direitos para os quais uma sociedade deve dar mais valor do que para outros interesses e, para que isso ocorra, é essencial alcançar urgentemente uma reestruturação de democracia.

A organização do estudo se dará a partir de três capítulos. O primeiro versa a respeito da emergência revolucionária/transformadora do **común** no século XXI, partindo-se de uma reconstrução histórica dos sentidos do **común**, sempre comparando-se com a subjetividade neoliberal, destacando-se o marco hegemônico neo liberal e o paradigma do cuidado em face dos **comunes**.

O bem comum é aquele que atende aos direitos e às demandas de todos os cidadãos, sem qualquer precedente para que haja desrespeito das pessoas. O comum refere-se ao ato de compartilhar, não com o desejo de alcançar uma condição de posse maior do que outrem, mas com a compreensão de que aquilo que é comum pertence a todos e por todos deverá ser acessado, em quantidade suficiente e com qualidade necessária para o atendimento das demandas (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, o termo 'comum' designa, não o surgimento de uma ideia eterna, mas a emergência de uma forma nova de opor-se ao capitalismo,

inclusive, de visar a sua superação. Trata-se, igualmente, de um modo de voltar as costas definitivamente ao comunismo estatal. O Estado, convertido em proprietário de todos os meios de produção e de administração, aniquilou metodicamente o socialismo, 'o qual foi concebido como um aprofundamento da democracia política – e não como a sua recusa'. Para aqueles que não se satisfazem com a 'liberdade' neoliberal, trata-se, pois, de encontrar outro caminho. É assim que se explica como surgiu o tema do comum nos anos 1990; ele apareceu ao mesmo tempo nas lutas sociais mais concretas e nas mobilizações de grande amplitude. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 477).

O segundo capítulo encampa a demodiversidade sob o prisma da democracia liberal e das políticas colaborativas, avaliando-se os postulados teóricos da democracia, a demodiversidade como ferramenta de reconfiguração da democracia e os bens comuns como parte importante da democracia.

A democracia envolve a participação dos cidadãos na construção política da sociedade na qual estão inseridos e, assim, além de serem eles os responsáveis pela escolha dos governantes, também devem, ou deveriam, ter uma participação ativa na construção das políticas e avaliação dos resultados para o benefício social' (GENTILI, 2016). A democracia refere-se ao poder que emana do povo para a tomada de decisões que afetam a vida de todos os cidadãos. Não basta que esse poder se destine, unicamente, à escolha dos representantes políticos, deve-se ultrapassar a barreira da seleção de governantes para que essas decisões alcancem as políticas públicas diversas, cujo cerne deve ser a população e, assim, seu desenvolvimento deve ocorrer com base em suas necessidades, expectativas e desejos de forma geral.

O terceiro capítulo busca destacar o papel dos bens comuns na construção da autonomia que ultrapassa marcos públicos e/ou privados, ressaltando-se a democracia comunitária e exemplos práticos no Equador, as alternativas encontradas diante da crise na Grécia, além da aposta municipalista em Barcelona.

Ocorre, porém, que no presente verifica-se a existência de uma democracia superficial, falha, na qual cabe ao cidadão tão somente votar para a seleção dos governantes, porém, depois dos pleitos eleitorais ele passa a ser esquecido, deixado de lado como se só voltasse a ter poder quando, novamente, pudesse se manifestar nas urnas.

Essa não é uma tendência exclusiva de uma país, de fato, muitos são os casos nos quais a valorização do cidadão está diretamente atrelada ao seu poder de

voto, enquanto na demais áreas da construção social, ainda que tenham influência direta sobre sua vida, ele raramente é consultado e, quando isso ocorre, é de modo superficial, sem que possa opinar, de fato sugerir medidas capazes de melhorar suas próprias condições de vida.

O discurso político atual tende a abordar o comum como sendo, exclusivamente, o conjunto de bens que não podem ser comercializados por representarem o atendimento das necessidades de toda uma população e, assim, apoia-se nas promessas de proteção e resguardo desses bens. Todavia, essa concepção é incompleta, encampa somente uma parte do que, de fato, a ideia do comum deve conter em seus princípios.

Certamente que os bens comuns precisam ser delineados para que haja amplo conhecimento de quais são eles e seu valor para a vida dos cidadãos, porém, isso não basta para a construção de um novo espaço social no qual a ideia do comum seja compreendida e defendida por todos. O comum não se trata de caridade, altruísmo ou uma porta para a benemerência do Estado, pelo contrário, trata-se do reconhecimento de que os direitos dos cidadãos para acesso aos bens comuns são exatamente iguais, no presente e no futuro, o que exige que sua proteção para manutenção seja o primeiro passo.

Uma alteração social se torna possível e se consolida quando seus princípios são conhecidos, debatidos e apresentados para acesso e compreensão de todos, caso contrários, ao invés de gerar mudanças, acaba sendo compreendida como uma imposição que, para alguns, será combatida, rechaçada.

2 A EMERGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA/TRANSFORMADORA DO **COMÚN** NO SÉCULO XXI

Este capítulo tem o intuito central de trazer conceitos e esclarecimentos importantes a respeito do **común**, seu desenvolvimento histórico, influências, especificidades e seu potencial transformador das sociedades nas quais não é apenas debatido, mas aplicado.

A Teoria do **Común** desenvolvida por Dardot e Laval no seu livro “*Común. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*” é um marco teórico essencial na discussão intercultural com países da América Latina e as diversas experiências dos **Comunes** que acontecem no mundo e que buscam construir alternativas frente ao modelo econômico em vigência atualmente. O **Común** hoje é manifestamente:

[...] um princípio de lutas que questionam a oposição entre o Estado e o mercado, isto é, que questiona a posição que faz do Estado o que nos defende das forças do mercado. Com efeito, nas últimas décadas, o Estado sofreu transformação que o levam, com frequência, a um protagonismo neoliberal. Diante deste quadro, é preciso por um lado evitar entender o comum no sentido restrito de bens comuns e, por outro, desenvolver um direito do comum como um novo tipo de direito de uso, onde apropriações se distinguem dos usos proprietários e levem a criação de instituições do comum. Essas, por sua vez podem romper com sistemas políticos oligárquicos interligados a interesses econômicos dominantes, em suma, promover uma revolução no sentido de “reinstituição da sociedade”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1).

Inicia-se conduzindo uma breve reconstrução histórica de modo a esclarecer o sentido que emerge das diferentes experiências e o contexto no qual se desenvolvem, ou seja, no sistema neoliberal cuja subjetividade modelada pela racionalidade econômica faz do sujeito um empresário de si mesmo. Para os autores é fundamental, entender o neoliberalismo na contemporaneidade, o que permite assinalar o potencial transformador dos ideais de **Comunes**. Nessa direção, o neoliberalismo

Não se trata somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências. (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 1).

Os autores ressaltam que não há bens que sejam **Comunes** em si, ou seja pelas suas qualidades intrínsecas, senão que devem ser instituídos enquanto tal. No entanto, instituir não quer dizer institucionalizar/oficializar. *Um Común* se institui por uma práxis que denominam práxis instituinte. “*No hay un método general para la institución de cualquier común. Cada praxis debe entenderse y efectuarse in situ o in loco. Por eso hay que hablar de “praxis instituyentes” en plural*”. (DARDOT; LAVAL, 2015).

Para o desenvolvimento do trabalho, por outro lado, destacaremos o ensaio de Garrett Hardin, que acreditava que o **común** seria o caminho para uma tragédia, além de citar a privatização como uma alternativa mais efetiva, justificando a impossibilidade também do Estado assumir o controle, na medida em que sempre implica em investimentos onerosos. Quando os bens são comuns, quando há um esforço comum para a construção dos espaços compartilhados para as atividades do cotidiano (o exemplo do autor é a criação de rebanhos), de acordo com Hardin, um parte do grupo buscará obter mais benefícios do que outra, pensando tão somente em suas necessidades e desejos.

Por último, os bens comuns são avaliados a partir da perspectiva do paradigma do cuidado, baseando-se nos escritos de diferentes autores, com ênfase em Leonardo Boff. Sentir o outro é permitir que todos tenham acesso aos seus direitos, proteger os direitos das outras pessoas é essencial para que se estabeleça uma sociedade cooperativa, abandonando-se a racionalidade dos interesses pessoais para assumir uma nova postura de proteção ao todo e a todos, inclusive do meio ambiente que encontra-se no entorno das pessoas. O cuidado é mais do que apenas um momento de atenção, mas um esforço para o apoio e respeito mútuo em todas as situações. (BOFF, 2005, p. 1).

2.1 A reconstrução histórica e os sentidos emergentes do *Común* frente a subjetividade neoliberal

A reconstrução arqueológica do **Común** por Dardot e Laval torna-se relevante devido a polissemia do termo nos diferentes âmbitos do conhecimento, tais como, filosófico, religioso etc. Importa destacar que essa reconstrução histórica pode dizer tanto o que não é como pode fornecer elementos que permitam uma nova

concepção. Por outro lado, delinear essa trajetória está vinculada a necessidade dos autores de fazerem um acordo semântico em torno do conceito do **Común** para que este permita vislumbrar nos movimentos instituintes da contemporaneidade as suas especificidades, pois

Se o **Común** estivesse relacionado só com a “Vida Boa”, com a harmonia, com a natureza ou o vínculo social não haveria muito o que dizer, bastaria os tratados de moral. Não haveria nada a dizer sobre as lutas atuais se fossem tão só movimentos de indignação moral que tentam introduzir, num mundo assolado como nunca pelo egoísmo das oligarquias dominantes, um pouco mais de atenção aos demais um pouco mais de cuidado e, mais vontade de compartilhar.

O primeiro passo é buscar o sentido etimológico do termo, que aponta para a investigação histórica. Encontra-se, inicialmente no termo latim **munus**, que está inserido no “vasto registro antropológico do **don** dentro do qual designa um fenômeno social específico, quer dizer, está relacionado com as honrarias e as vantagens, ambas vinculadas a um mesmo cargo”. Assinala o que deve ser feito e recebido em troca como presentes ou gratificações. A partir dessa dupla face que a palavra **munus** em sua origem etimológica traz, surgem dois elementos inseparáveis, o dever a ser cumprido e o reconhecimento em retribuição. No entanto, pondera-se que a singularidade **munus** não vem unicamente da exigência formal de reciprocidade, mas no caráter coletivo designando prestações e contraprestações de uma comunidade com um viés, também, político. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 28).

Pensar o **Común**, na sua tradição histórica implica enfrentar uma tríplice tradição com uma multiplicidade de significações, ou seja, uma diversidade de conceitos. Desta forma, na obra *Común: Ensayo sobre la Revolución en el siglo XXI* os autores Dardot e Laval identificam três tradições nas representações do **Común**:

A primeira de origem essencialmente teológica que concebe o **Común** como finalidade suprema das instituições políticas e religiosas: a norma superior do bem comum (no singular) deveria ser o princípio de ação e de conduta de quem tem a responsabilidade dos corpos e das almas.

A segunda é de origem jurídica e, encontra em nossos dias uma continuidade em certos discursos econômicos sobre a classificação de bens (no plural) reservando a qualificação de **Común** a certo tipo de coisas. Tal é a orientação dos movimentos altermundistas, que querem promover bens comuns mundiais como a atmosfera, a água ou o conhecimento.

A terceira é de origem filosófica: tende a identificar o **Común** com o universal (que é comum a todos), ou então, atribuir-lhe o sentido de vulgar, ordinário, banal. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 31-32).

Cada uma dessas tradições abarca diversos autores que vêm desde a antiguidade, como Aristóteles até a modernidade, por exemplo, com Kant, Hegel e Marx. Embora sejam discussões teóricas sumamente relevantes, para os objetivos dessa pesquisa gostaríamos de destacar o movimento comunista de oposição ao capitalismo. Para os autores, Dardot e Laval, toda “verdadeira política do **Común** deve, com efeito, enfrentar as doutrinas e práticas que, na história, se identificaram com o comunismo”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 70).

Ao reexaminar as formas doutrinárias e práticas assumidas com a denominação comunismo, os autores, apontam três concepções de comunismo:

A primeira se vinculou ao valor supremo da “comunidade”, cujo princípio é a unidade pela igualdade. A segunda, com Marx, retomou este termo por sua conta para introduzir nele um conteúdo novo, o da sociedade como realidade específica, definida por sua capacidade de auto-organização, o dinamismo das forças imanentes, as faculdades e energias de seus membros, que requerem organizar-se democraticamente para desenvolver-se do modo que lhes é próprio. A terceira inaugurou no século XX, com os Estados comunistas, período em que se impôs o poder do partido único sobre a administração da sociedade, poder que já não tinha relação salvo retórica, com as doutrinas que o precederam. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 72-73).

Os dois primeiros momentos são denominados *O Comunismo da Comunidade da Vida* e *O Comunismo da Associação dos Produtores*. Segundo Dardot e Laval, o primeiro momento, *O Comunismo da Comunidade de Vida*, tem como referência Durkheim na sua obra *O Socialismo*, inspirada em *A República* de Platão, onde faz uma distinção entre socialismo e comunismo. Para Durkheim o comunismo é uma utopia que implica a formação de uma comunidade de iguais que consomem os bens em comum. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 73 e 84). A propriedade privada é vista como fonte do egoísmo e, origem de todos os males,

Em suma, o comunismo se resume em um lugar comum de moral abstrata, que não é de nenhuma época e de nenhum país. Este tipo de comunismo aspira a organizar a existência de um grupo de homens sobre a base da comunidade dos bens e das práticas de consumo. Adquire o aspecto de uma ascese coletiva, de uma renúncia a propriedade individual com vistas ao aperfeiçoamento moral/ e ou uma preparação para salvação (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 74).

Quanto ao socialismo, para Durkheim, é especificamente moderna projetando formas de organização coletiva na produção econômica. Por outro lado, as origens tanto no ocidente quanto no oriente do ideal comunitário são na realidade

múltiplas, além da clássica referência a Platão, a concepção do **Común** está presente com um viés religioso no início do século XIX.

Esse comunismo dos anos de 1830-1840 remete-se com frequências origens religiosas formuladas tanto no *Antigo Testamento* como nos *Atos dos Apóstolos* para fundamentar a legitimidade da supressão da propriedade privada, a qual é posta como responsável, por todas as injustiças e desigualdades. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 77).

Na segunda corrente, *O Comunismo da Associação dos Produtores*, estão autores como Marx e Engels, que com seu pensamento promovem um giro socialista e associativista no comunismo redefinindo-o como uma associação de produtores livres. Para eles, a distinção feita por Durkheim entre socialismo e comunismo não tinha relevância na medida em que o fundamental era a distinção entre comunismo utópico e comunismo científico. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 86).

O comunismo utópico, também citado como socialismo utópico, trata-se de uma corrente de pensamento estabelecida por Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. O *vir a ser* era considerado um prolongamento da Revolução Francesa buscando maior conscientização e uma reforma social gradativa. A ruptura com a sociedade vigente não deveria ocorrer de forma violenta, o ideal era a manutenção do conceito de ordem. Ao invés de estimular uma revolução proletária, esse ideal fazia clara referência à união das classes

[...] lastreada pelas boas leis, os bons governos e a educação para a verdade e o bem. Em ambas as visões do vir a ser, o homem é o centro. A utopia, nesse contexto, deixa de ser um não lugar, como foi originalmente no século XVI, pelo livro homônimo de Thomas More. Torna-se uma geografia de dimensões universais ou, no mínimo europeia, um conhecimento e uma possibilidade de superação dialética da sociedade burguesa. (VIANA, 2010, p. 6).

Karl Marx se afastou do socialismo utópico, pois sua crítica ao capitalismo era nova na medida em que “será científico por se basear no conhecimento das leis de evolução da sociedade em especial no conhecimento objetivo da meta de todo desenvolvimento histórico”. Desta forma “a meta será adotada pelas massas ao longo de suas experiências de luta, conscientemente por meio de suas lutas”. Sendo assim Marx e Engels, “se esforçam para deduzir do desenvolvimento do capitalismo a necessidade do comunismo e, para fazer da luta de classes o meio pelo qual o capitalismo engendrará sua forma superior”. Desse modo “o comunismo é ao

mesmo tempo teoria científica (conhecimento do movimento) e prática revolucionária que visa a transformação consciente das condições de vida, ao se impor aos homens”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 86-87).

O terceiro período, caracterizado como *Comunismo de Estado ou, Captura Burocrática do **Común***, vem sendo objeto de crítica pelo pensamento conservador e, identificado com o único Comunismo, embora haja uma diversidade doutrinária e, diferentes perspectivas que, como vimos, irradiam da periodização exposta acima. Como a oposição Comunismo X Democracia vem sendo utilizada, até os dias atuais, maciçamente pelos países hegemônicos do ocidente em defesa da democracia liberal e, também porque elaborou-se desde o século passado uma construção teórica em torno do que seria o comunismo por autores, como Friedman, que são referência do neoliberalismo, faremos uma breve menção do que representou a concretude do comunismo de Estado. As experiências totalitárias engendradas pelo comunismo de Estado ao redor do mundo, tais como os regimes estalinistas, maoístas e polpotistas sinalizaram um rompimento sistemático com o ideal de emancipação encarnada pelo movimento obreiro, dando lugar à sinistra realidade do terror do Estado. O ciclo Estatal do comunismo inicia com a revolução Russa de 1917 e além de revelar algumas insuficiências da social democracia, outorga ao comunismo uma face totalitária inédita, pois instala o monopólio da violência arbitrária e o monopólio do discurso sobre o mundo social, pensamento, arte, cultura e o futuro das sociedades. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 92).

Para justificar o desvio dos princípios que inspiraram a revolução, foram alegadas circunstâncias nacionais e internacionais, como o bloqueio militar, a fome, a desorganização industrial. Em função disso, instaurou-se uma ditadura do partido “em lugar do tipo de sociedade que Lenin e Trotsky, antes da revolução, queriam construir e, que pretendiam ser algo similar a Comuna de Paris a uma escala maior”. No entanto, embora sejam alegadas tais circunstâncias, as decisões foram tomadas a partir de um fundamento hegemônico, ou seja, seria o partido enquanto detentor da razão iluminada pela ciência do comunismo que “constrói, controla e governa o novo Estado”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 92).

Nessa direção, o ideal democrático construído a partir da livre associação de produtores acabou sendo superposto por formas de dominação e servidão que não são soluções oriundas de um diálogo com a cultura crítica vinculada ao valor da

igualdade social. O partido e sua racionalidade administrativa abarcam o sentido da verdade bem como modelam a partir dessa lógica o Direito. O grande giro estalinista inicia como um processo construído a partir de duas alternativas, sendo a primeira uma exploração extrema da mão-de-obra nas unidades de produção que se encontravam sob o controle estatal, bem como a ameaça do pelotão de fuzilamento ou a deportação a campos de trabalho forçado. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 93).

Institui-se, nesse processo, um Estado policial-burocrático, reacionário convertido na única instituição dirigente que se atribui “a legitimidade da direção política das massas, sem deixar mais que um lugar fictício a pluralidade de órgão próprios das classes populares”. Como apontam, Dardot e Laval, o partido acaba colonizando os órgãos do proletariado, subordinando todos os operários soviéticos ao que era considerado “seu” Estado. Concluem os autores que a denominação mais comum nesse tipo de regime é totalitarismo, que nega os direitos individuais, opondo-se ao Estado de Direito nucleado pela proteção e garantia de direitos humanos. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 96).

Introduz-se o argumento de que o liberalismo seria a única filosofia capaz de enfrentar essa patologia que representou o Estado comunista. Nesse contexto emergem experiências que permitem repensar e ressignificar o **Común** na contemporaneidade. No entanto, entender o **Común** enquanto princípio estruturante das lutas contemporâneas contra o capitalismo neoliberal requer, segundo os autores Dardot e Laval, uma delimitação clara, pois o uso extensivo do **Común** como adjetivo em expressões como bem comum ou bens comuns tem gerado confusão. Salientam os autores que não se trata de um princípio metafísico reconectado com a herança filosófica/religiosa ocidental para identificar um elemento axiológico superior que permitiria absolver ou condenar. Não se trata de uma ressignificação do **Común** enquanto expressão das terras comunais da idade média e, que foram os primeiros enclosures para acumulação primitiva do capital.

*Communes, commune, communia o communio, son palabras todas ellas cargadas de la misma articulación, de Cum y de Munus, que significan no sólo lo que es puesto en común, sino también, la obligación de reciprocidad ligada al ejercicio de las responsabilidades públicas. El término común es particularmente apto para designar el **principio político** de coobligación, para todos aquellos que están comprometidos en una misma actividad, podemos hablar de un **actuar** en común, o de una utilidad en común de la cosa pública, bajo una perspectiva republicana. El sentido común se entiende como un sentido de la comunidad, un sentido del bien público y del*

interés común, que comprende como ya lo manifestó Aristóteles en su momento, que son los ciudadanos quienes deliberan en común para determinar qué es lo que le conviene a la ciudad, y qué es justo hacer. Vivir en común poner en común palabras y pensamientos, es producir mediante la deliberación y la legislación, costumbres semejantes y reglas de vida que se aplican a todos aquellos que persiguen un mismo fin. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 416).

Sendo assim, delinear os sentidos do “**Común**” pode ser uma tarefa difícil, considerando-se as diferentes visões que o termo abarca em culturas diversas na medida em que essas discrepâncias incidem na forma como o tema é debatido dentro e fora dos espaços acadêmicos (AGUILAR, 2016).

No livro *Común. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI* (2015), os filósofos Dardot e Laval definem o **Común** como um princípio que modela uma prática instituinte de autogoverno. Por ser profundamente democrática, diferentes experimentações buscam contrapor-se a racionalidade neoliberal. Para os autores é fundamental, entender o neoliberalismo na contemporaneidade, para assinalar o potencial transformador dessas práticas que denominam **Comunes**. Nessa direção, o neoliberalismo

Não se trata somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências. (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 1, on-line).

Assim, conforme Dardot e Laval no livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, entender politicamente o neoliberalismo implica caracterizar seu projeto social e político desenvolvido a partir dos anos 1930. Para alcançar suas metas, o projeto neoliberal, tem como eixo articulador uma concepção restrita de democracia ao âmbito político/procedimental, ao mesmo tempo em que propõem para o mercado uma liberdade irrestrita. Diferentemente do liberalismo que se contrapôs ao absolutismo monárquico, o neoliberalismo tem como inimigo o Estado Social e, a carta de direitos humanos que foram conquistados historicamente no embate entre capital x trabalho.

O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática. Na ausência de margens de manobra, o confronto político com o sistema

neoliberal enquanto tal é inevitável. Mas esse confronto também é problemático, porque é difícil reunir as condições em que ele se dá. O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalização de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. (DARDOT; LAVAL, 2016, páginas prefaciais à edição brasileira).

Trata-se de um projeto radical que tem como imperativo a sua própria manutenção fortalecida pelas sucessivas crises, seu *modus operandi*, funcional ao sistema e a sua lógica perversa. “Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente”. (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 1, on-line). Desta forma,

Se a austeridade gera déficit orçamentário, é preciso acrescentar uma dose suplementar. Se a concorrência destrói o tecido industrial ou desertifica regiões, é preciso aguçá-la ainda mais entre as empresas, entre os territórios, entre as cidades. Se os serviços públicos já não cumprem sua missão, é preciso esvaziar esta última de qualquer conteúdo e privar os serviços dos meios que precisam. Se a diminuição de impostos para os ricos ou empresas não dão os resultados esperados, é preciso aprofundar ainda mais nisto, etc. (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 1, on-line).

Neste contexto, Boaventura Souza Santos e José Manuel Mendes (2018, p. 10) esclarecem que a crise que desde os gregos representava o momento do diagnóstico, no âmbito da medicina, onde apontava-se a possibilidade de cura ou não para o enfermo e, que na modernidade era vista como uma oportunidade para avançarmos a partir das soluções encontradas, agora não precisa mais ser elucidada. Diferentemente dos períodos mencionados, hoje a crise não precisa ser explicada é ela que explica tudo.

Esta inversão entre o *explicans* (o que explica) e o *explicandum* (o que tem que ser explicado) tem uma consequência insidiosa, fatal e fatalmente ignorada. Quando a crise deixa de ser explicada e passa ela própria a explicar tudo não há qualquer possibilidade de pensar alternativas, em saídas que impliquem a superação da crise, porque esta passou a ser uma constante e como tal o limite máximo do que pode ser pensado. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 10-11).

O autoritarismo político e social projetam-se no mundo como uma mistura tóxica de crise e ausência de alternativas que como diria Gramsci constitui um tempo

de monstros, mas que diferentemente da época em que este autor viveu, onde se vislumbrava o socialismo ao final da crise, hoje não há uma luz no fim do túnel. O novo não pode ser almejado porque ainda estamos no período nebuloso de transição paradigmática, e as soluções para opor resistência são um desafio político e epistemológico difícil de superar. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 15).

Por outro lado, Dardot e Laval, advertem que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, ou mesmo, uma política econômica restrita a um país. Na verdade, é um sistema normativo global que irradiou a lógica do capital a todas as dimensões da sociedade. Neste sentido, lembram Margaret Thatcher que dizia “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma”. Nessa direção, fica claro “que a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem “é governado” à maneira como ele próprio “se governa.” O eixo catalizador dessa nova racionalidade é o sujeito empresário de si mesmo. (DARDOT; LAVAL, 2016).

A racionalidade econômica modela as subjetividades através de uma engenharia social que possui, segundo Vladimir Safatle, dois elementos centrais:

- 1- Através do medo. (SAFATLE, 2012, p. 77);
- 2- Através da internalização de um princípio psicológico. (SAFATLE, 2012, p. 168);

O medo é construído por meio daquilo que Naomi Klein denominou doutrina do choque, título do seu livro, onde demonstra que as crises econômicas, sociais ou políticas assim como as catástrofes ambientais foram usadas para introduzir reformas neoliberais que levaram à demolição do Estado de Bem-estar. Para isso difundiram nos meios de comunicação cenários catastrófico e, apresentaram como solução restrições de direitos que em um contexto normal seriam inadmissíveis. Mas o medo tem outras consequências perversas, a internalização do medo do desemprego, a ausência da solidariedade social gerada pela destruição do Estado Social de direitos nos faz indivíduos em competição permanente. (KLEIN, 2008).

Neste sentido levado por essa racionalidade neoliberal cada indivíduo transforma-se no empresário de si mesmo. “O conceito define a totalidade do que já foi chamado por estudos anteriores de sujeito “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”, “individualista”. Nesse cenário “todas as atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um cálculo de custo, aliado ao imperativo do “sempre mais”, que visa a intensificar a eficácia de cada sujeito em

todos os domínios: escolar e profissional, mas também relacional, sexual e assim por diante”. Consequentemente, “as atividades que permeiam a vida são concebidas essencialmente como “investimento” no interminável processo de *valorização do eu*, sobre o qual o indivíduo é inteiramente responsável.” O é o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2016; p. 15).

Essa racionalidade tem caráter sistêmico e, com a política das privatizações que foram impostas após a construção de um consenso em torno da ineficiência dos Estados nacionais para gerir setores estratégicos da economia acabou corroendo a “própria dimensão pública e democrática dos Estados nacionais, à direita e à esquerda no espectro político institucional”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18).

Dardot e Laval (2016, p. 8) ressaltam que o sistema neoliberal busca a desativação ampla do jogo democrático, dando início a uma era pós-democrática.

Para Dardot e Laval, o sistema neoliberal opera uma desativação sem precedentes do jogo democrático, que está nos fazendo entrar no que chamam de “era pós-democrática”. Um dos principais sintomas dessa ação é a mudança na concepção dos bens públicos, assim como os princípios de sua distribuição. Direitos até então ligados à cidadania e historicamente estabelecidos como consequência lógica da democracia política, como a proteção social, a igualdade de tratamento e a universalidade, são questionados pela concepção consumista do serviço público de um “sujeito ao qual a sociedade não deve nada”. (BOITEMPO, 2016, p. 1, on-line).

Desta forma, mesmo com sucessivas crises, a classe dominante tem conseguido reverter cada etapa em benefício do sistema econômico que contempla seus interesses. Fica claro que as mudanças não beneficiam a cidadania que vem perdendo direitos e, também por não possuir poderes reais para alterar esse quadro no âmbito político/estatal fica sem alternativas emancipatórias. Por outro lado, a cidadania meramente formal tem sido conduzida, com extrema eficácia num cenário de pós-verdade (mentira) instrumentalizada pelos meios de comunicação e redes sociais, a acreditar nas soluções que são propostas pelo bloco oligárquico que controla o Estado. Além disso, as mutações subjetivas operada pelo neoliberalismo, também modelaram um individualismo extremamente egoísta e competitivo. Nesse contexto a solidariedade social é uma quimera e, a formação massiva de falsa consciência tem polarizado as populações, jogando vítima contra vítima

desembocando em movimentos reacionários e neofacistas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8). Desta forma,

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. (DARDOT; LAVAL, 2008, p. 9).

Ao longo desses anos a cidadania, que tanto lutou pela libertação de si e de seus semelhantes das mazelas da escravidão vem, aos poucos, tornando-se novamente escravo. Desta vez, a escravidão está disfarçada como uma busca por melhores condições de vida, de aceitação nos grupos sociais, no entanto, nada mais é do que o homem ignorar-se a si e seu papel transformador, passando a aceitar tudo aquilo que lhe é apresentado como forma de evolução financeira e social. (ENRIQUES, 2006).

De certa maneira, podemos afirmar, sem risco de sermos contraditados, que o mundo atual se tornou sádico. Os antigos valores de mérito, trabalho, honra, prestígio e “a herança histórica, usada pelo capitalismo, inclusive a honestidade, a integridade, a responsabilidade, o cuidado no trabalho, o respeito aos outros” (Castoriadis, 1996), foram desvalorizados em prol de um único valor: o dinheiro. “Tudo se compra e tudo se vende.” O axioma de L. Walras é o de nossa sociedade, de onde deriva a possibilidade de corrupção generalizada, tanto dos grandes como dos pequenos, comportamento perverso por excelência. Um novo impulso foi dado a essa tendência pela predominância contemporânea das estratégias financeiras. O dinheiro deve criar dinheiro, de acordo com a necessidade, sem passar pela mercadoria, e assim criar novas riquezas, passando por cima das estratégias industriais que visam o desenvolvimento. Assiste-se a um aumento contínuo das desigualdades internas e externas, a um papel preponderante dos acionistas e dos titulares de fundos de pensão em relação àquele dos administradores e trabalhadores; à globalização das trocas que beneficiam essencialmente aos países ricos – que sabem como se proteger quando lhes parece necessário; aos avanços tecnológicos dos países já desenvolvidos (as outras nações se encontram em situação de dependência crescente, apesar das resistências), que se tornam instrumentos das grandes potências. A guerra econômica se intensifica a cada dia. (ENRIQUES, 2006, p. 3).

As consequências desse individualismo são inúmeras. No âmbito social, ocorre uma dissolução dos vínculos sociais, as pessoas não se preocupam em conviver, mas em concorrer entre si, superando uns aos outros. O trabalho é

importante e necessário para assegurar as condições de vida e desenvolvimento, no entanto, atualmente ele vem sendo a única forma de inclusão, visto como o ponto alto e mais relevante da vida dos cidadãos, que se esquecem que vivem em grupos e, assim, precisam interagir, trocar e compartilhar. (ENRIQUES, 2006).

No nível individual, as pessoas preocupam-se mais com sua integração nas empresas e alcançar níveis sociais mais elevados, enquanto esquecem da necessidade de cultivar uma Ética Cívica para construir sociedades livres e iguais.

É a psicologização dos problemas que se coloca em prática. Uma instituição e uma organização não são menos organizadas ou geridas dentro dessa concepção. Se elas fracassam, é sempre ao indivíduo que a responsabilidade é imputada. Assim, os indivíduos estão sempre em situação de prova, em estado de estresse, sentem queimaduras internas, tomam excitantes ou tranquilizantes para dar conta da situação, para ter bom desempenho, para mostrar sua “excelência” (entramos numa civilização de doping); e, quando esses indivíduos não são mais úteis, eles são descartados apesar de todos os esforços despendidos. O homem tem, cada vez mais, a solidão como companheira. Ele pode se transformar em alguém “inútil ao mundo”, para retomar uma velha expressão da Idade Média, um excluído definitivo, sem esperança de um dia voltar a ser “incluído”. No século XIX, as pessoas que formavam o “exército de reserva do capital” eram excluídas temporariamente do processo produtivo, mas sabiam que um dia poderiam voltar a fazer parte do grupo de incluídos, o que não é o caso atualmente. Para dizer algo sobre o futuro, que parece bem sombrio a esse respeito, as novas tecnologias favorecem a eliminação de milhares de pessoas no mercado de trabalho. (ENRIQUES, 2006, p. 5).

Vive-se, então, em uma era de disputas/competições pessoais, a solidariedade para com o outro chegou próximo à inexistência. A vida tornou-se uma busca solitária do homem por seu próprio sucesso que, na maioria das vezes não é medido por suas conquistas axiológicas enquanto pessoa, enquanto cidadão, mas enquanto trabalhador, enquanto indivíduo que dispõe de capital para atender aos seus próprios desejos, os únicos que lhe preocupam. (ENRIQUES, 2006). A desigualdade, resguardadas as proporções, existe em todas as nações. De alguma forma, em algum dos âmbitos da vida social, identifica-se a desigualdade entre os indivíduos. Para que a desigualdade seja tratada como um mal social que demanda esforços conjuntos para solucioná-la, o sentimento do comum deve ser desenvolvido. (TORRES GALARZA, 2018). Enquanto o homem aceitar a dominação de si e de suas condutas como moeda de troca para a obtenção de recursos financeiros, necessários atender os moldes do capitalismo, ele não será capaz de transformar seu espaço. Pelo contrário, esse homem não age, apenas reage ao que

lhe é imposto e, na maioria das vezes, essa reação não traz consigo oposição, mas aceitação e aumento dos esforços para ser reconhecido como alguém que obteve sucesso na busca por riqueza, que também representa poder. (TORRES GALARZA, 2018). O homem abriu mão de sua humanidade e da busca pela evolução do ser, em prol do desejo de ter, de poder mostrar ao mundo que é capaz de obter recursos financeiros e, com eles, construir para si um espaço mais pautado sobre o consumo do que sobre a justiça. Frente a esse cenário, diferentes movimentos sociais como será demonstrado no terceiro capítulo procuram reinstituir a sociedade segundo a lógica do **Común**. Podem ser considerados movimentos revolucionários

El sentido revolucionario de los movimientos actuales no consistirá tanto en el modo de acción que se escoja, electoral o no, ni tampoco en la conciencia más o menos clara de los objetivos últimos que se persiguen, como en la transformación de la resistencia tenaz y valiente de amplias fracciones de la sociedad a las políticas de austeridad en voluntad y capacidad de cambiar la relación política misma. Es decir, en pasar de la “representación” a la “participación”.

Para superar o neoliberalismo, então, Dardot e Laval, ressaltam a importância dessas alternativas que vem se insurgindo contra as políticas de austeridade. Nessa direção, dizem, ser necessário “desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente”. É nesse contexto que emerge o princípio do **Común** dos movimentos e lutas que apontam “um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais”. Por outro lado, o **Común** não é um objeto ao qual deva tender à vontade seja para possui-lo, seja para constitui-lo, mas são as práticas coletivas que decidem se uma coisa ou conjunto de coisas devem ser postas na esfera do **Común**. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 618). Dardot assinala que

La definición de lo común que proponemos al comienzo del libro no pretende valer como una definición general, independientemente de toda condición de tiempo y lugar. Si recordamos la etimología de este término (cum-munus) no es ciertamente para dar a entender que lo común ha tenido siempre la significación que le damos hoy. En Aristóteles, el koinôn es lo que resulta de la actividad de puesta en común en que constituye la ciudadanía, actividad que implica la regla de alternancia entre gobernantes y gobernados. En la República romana, la palabra munus significaba, ante todo, la dimensión de obligación que se imponía a los magistrados que detentaban un cargo público. Hoy, a la luz del movimiento de las plazas, el término adquiere un sentido algo diferente: la única obligación política que vale es la que procede, no de una misma pertenencia, sino de la

participación y la implicación en una misma actividad o tarea. Esta exigencia es la de la democracia participativa y se opone como tal a la democracia representativa que autoriza a unos pocos a hablar y actuar en nombre de la mayoría (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1, on-line).

Dardot e Laval (2017, p. 35) salientam que para evitar a retificação do **Común**, já que o Princípio do **Común** implica em um fazer **común**, para tanto é necessário superar a tradição teológica, aquela que representa o **común** como um esforço a ser perseguido visando alcançar o bem comum, a tradição jurídica, na qual impera uma noção do **común** como uma coisa passível de classificação no contexto de uma categoria de bens, além da tradição filosófica, pois esta “tende a identificar comum e universal [o que é comum a todos] ou então a relegar às margens insignificantes do ordinário e do banal tudo o que, do comum, resistir a essa identificação”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 42).

Os autores ressaltam que não há bens que sejam *Comunes* em si, ou seja pelas suas qualidades intrínsecas, senão que devem ser instituídos enquanto tal. No entanto, instituir não quer dizer institucionalizar/oficializar. Um **Común** se institui por uma práxis que denominam práxis instituinte. “No hay un método general para la institución de cualquier común. Cada praxis debe entenderse y efectuarse in situ o in loco. Por eso hay que hablar de “praxis instituyentes” en plural”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1, on-line).

Essa noção dos comuns, destarte, recusa qualquer substancialismo em sua definição. Os comuns, como substantivo e materialização do princípio do comum, devem ser instituídos. Não existem comuns “por natureza”, eles só se constituem através de uma prática constante de pôr em comum ou de fazer-comum. Laval e Dardot nomeiam essa prática de “práxis instituinte do comum”.

Sendo assim os autores conceituam *O Común* enquanto princípio político e, enquanto resultado da práxis instituinte. Consideram que *Os Comunes* são experiências de novas instituições que buscam materializar uma democracia efetivamente participativa/real. Neste sentido dizem que “La articulación que planteamos entre el singular y el plural se encuentra ahí, en esta relación entre los comunes institucionales y el principio que los anima desde el interior y que llamamos *el principio meta-institucional de lo común*.” Desta forma *Os Comunes* implicam necessariamente em coparticipação e co-implicação em uma mesma atividade ou tarefa, pois é um fazer comum do qual deriva a obrigação política que não depende,

portanto, da pertença a uma mesma etnia, nacionalidade etc. Neste contexto fomenta-se a democracia participativa opondo-se

[...] como tal a la democracia representativa que autoriza a unos pocos a hablar y actuar en nombre de la mayoría. Lo común podría ser definido como lo público no estatal: garantizar la universalidad del acceso a los servicios mediante la participación directa de los usuarios en su gestión. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1, on-line).

Percebe-se assim, claramente que Dardot e Laval, distinguem o Común como princípio político “que no ha de ser instituido sino aplicado, y los comunes que son siempre instituidos en y por esa aplicación. Los comunes no son “producidos”, sino “instituidos”. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1, on-line). Essa distinção tem implicações teóricas, pois justificam a partir dessa divisão que,

Esa es la razón por la cual somos muy reticentes con respecto a la noción de “bienes comunes”. Porque todos los bienes así considerados comparten esa cualidad de ser “productos”. Nos parece que hay que darle la vuelta al razonamiento: todo común instituido (recurso natural, conocimientos, lugar cultural, etc.) es un bien, pero ningún bien es por sí mismo común. Un común no es una “cosa”, aun cuando sea relativo a una cosa, sino el lazo vivo entre una cosa, un objeto o un lugar y la actividad del colectivo que se hace cargo de ella, la mantiene y la cuida. Lo común sólo puede instituirse como lo inapropiable. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 1, on-line).

Esse princípio político define que para que os “bienes comunes” sejam respeitados e possam ser compartilhados, não basta compreender que existem para a coletividade, mas que essa coletividade deve assumir responsabilidades em sua conservação, caso contrário, embora eles não sejam usados para o enriquecimento de alguns, podem acabar se esgotando por um uso desenfreado e sem consciência, conduzir à pobreza de todos. (DARDOT; LAVAL, 2015).

Martin (2017) ressalta que a formação do comum depende da multiplicidade de ideias, porém, sem que sejam impostas, mas compartilhadas, debatidas e reformuladas até que gerem resultados amplos de satisfação e atendimento das necessidades do todo. O **Común**, enquanto princípio para que haja uma consciência coletiva mais forte do que a individual, não evita a discussão de ideias, de fato, fomenta sua ocorrência por acreditar que quanto maior o debate, quanto mais envolvida estiver a coletividade, maiores as chances de o resultado gerar benefício a todos. Na medida em que o **Común** implica na valorização e o benefício de todos, a comunicação, o diálogo são fatores indispensáveis para sua consolidação. Em

sociedades heterogêneas, nas quais cada indivíduo é único e, por isso, apresenta características específicas, a troca de informações, a construção de elos a partir da comunicação são essenciais para que a capacidade de ouvir o outro e pensar em suas necessidades se consolide. (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017).

Quando os indivíduos precisam concorrer entre si, quando precisam superar outros para obter uma oportunidade de trabalho, para terem acesso a serviços, a solidariedade é impossível, pois é evidente que o indivíduo, frente a uma situação de dificuldade e, caso provocado a competir com outro, esqueça a ideia de coletividade e mantenha o foco exclusivamente nos seus interesses. (BOLLIER, 2016). O capitalismo derruba laços de solidariedade na comunidade, aumenta o individualismo e a concorrência, como forma de priorizar a acumulação ao invés do compartilhamento. (ALVES et al, 2016, p. 40).

Compreende-se, assim, que não é possível viver em uma sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, pregar o princípio do **Común**, ambas não encontram uma intercessão, pelo contrário, não apenas não se encontram na linha das sociedades, como também são ideais opostos. (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). Há uma ligação inquestionável entre **común** e solidariedade, não uma solidariedade religiosa, mas política, ou seja, não como uma obrigação imposta por preceitos da Igreja, mas opção das pessoas por entenderem que estão interligadas enquanto membros de uma mesma sociedade. Não basta olhar para os outros, é preciso vê-los e por eles realizar esforços, compartilhando, visando sempre um bem maior. (ALVES et al, 2016).

Na concepção de Bollier (2016), não se pode esquecer que a formação social está ligada à história, aos acontecimentos que permearam seu desenvolvimento nas diferentes fases e, assim, as concepções verificadas no presente tendem a estar fortemente atreladas ao seu passado. Quando se busca mudar uma perspectiva formada no passado, o trabalho é longo, lento e demanda de esforços consideráveis, porém, os resultados são muito positivos e permitem construções inovadoras.

Cooperar é construir um espaço amplo, justo e digno, no qual o trabalho individual existe, porém, ele não é o único critério de valorização do homem e de seu papel na sociedade. O ato de cooperar, de compartilhar gera uma nova tendência, uma visão diferenciada e um comportamento inovador, de modo que as pessoas, ao

tomarem consciência da importância dessa troca, passam a prezar cada vez mais por ela. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ocorre uma ressignificação do Estado diante da disseminação do **común** como princípio e guia de uma nação. O poder que o Estado possui, de fato, deve ser utilizado para a população, não cabe uma busca por interesses pessoais ou de algumas classes, é a satisfação do novo que interesse aos gestores públicos e, assim, toda a relação entre governantes e governados passa a apresentar um perfil diferenciado, de comunicação, troca de ideias, parceria entre todos para o bem de todos. (AGUILLAR, 2016).

Trota e Gentili (2016) enfatizam que a América Latina e seus povos vêm se recriando, vendo a si mesmos sob um novo olhar, no qual prevalece o orgulho de suas origens e dos esforços realizados ao longo dos anos. Com isso, a busca por se igualar com outras culturas, que já foi muito forte em algumas nações, vem sendo substituída pela valorização que quem somos e os motivos para sermos assim. Esses motivos estão atrelados às lutas que, ao longo dos anos, mostraram aos cidadãos que não precisam ser iguais a outros povos e outras culturas, merecem valorização integral por sua realidade e construção histórica.

No próximo item, iremos privilegiar o fundamento das privatizações difundido através do ensaio de Garrett Hardin e, delinear os *newenclosures* indispensáveis a expansão do capitalismo na contemporaneidade.

2.2 Marco Hegemônico Neoliberal: A Tragédia dos Comunes em Garrett Hardin e os *New Enclosures*

Vimos no item anterior que para Dardot e Laval é fundamental entender o contexto atual para percebermos o sentido do **Común** na contemporaneidade. Desta forma compreender a configuração neoliberal que alcança todos os campos da atividade humana, ou seja, da economia, da política e das sociedades como um múltiplo processo de mercantilização da vida é central enquanto conceito para os temas aqui abordados. Por neoliberalismo destaca-se aqui a fase, chamada de grande ofensiva dos anos 80. (GONZALBO, 2016, p. 115).

Em primeiro lugar, precisamos entender o que significa capitalismo, na medida em que, com salienta Monedero, elementos do capitalismo sempre

houveram na história. Para Monedero,

Falamos de capitalismo quando certas características se tornam hegemônicas, ou seja,

- Privatização dos meios de produção,
- Definição geral do mercado como o âmbito onde vigora a lei da oferta X procura,
- Mudança nas formas tradicionais de troca que se baseavam na fórmula Mercadoria x Dinheiro X Mercadoria, pela fórmula Dinheiro X Mercadoria X Dinheiro,
- Mercantilização de todos os bens, quer dizer, submetimento a métrica do preço/ valor mercadoria a todos os âmbitos da sociedade (alimentos, natureza, amor, lazer...),
- Um sistema submetido a crises permanentes. (MODEDERO, 2014)

Nessa direção, Monedero destaca as principais transformações que foram ocorrendo e, que promoveram a construção de uma nova hegemonia: a neoliberal. Em primeiro lugar, a crise dos Estado Nação demasiado grande para resolver problemas locais e, demasiado pequeno para resolver outros problemas, tais como, mudanças climáticas, migrações, recursos escassos, fome etc. Em segundo lugar, a crise do pensamento moderno, e sua concepção linear do tempo sempre rumo ao progresso sem fim. Essa concepção projeta-se na economia modelando o produtivismo, produzir sempre mais, pois desenvolvimento nessa lógica capitalista depende do consumo, cada vez mais exacerbado, como condição da prosperidade. Em terceiro lugar tem-se a crise do eurocentrismo, na medida em as sociedades periféricas constroem uma epistemologia descolonial vão desnudando o epistemicídio provocado pela colonização. Outro aspecto relevante da crise, há uma perda dos marcadores de certeza, como a religião, crise no mundo do trabalho, da família nuclear etc. (MODEDERO, 2014). Neste contexto, o neoliberalismo, a partir dos anos 70 começa a construir-se como um novo sentido comum. Para isso, Monedero adverte, que houve um investimento massivo em universidades, livros, pesquisas, revistas, meios de comunicação com o objetivo de construir um consenso em torno das mudanças que o modelo preconizava.

En las tres décadas largas de predominio del programa neoliberal se ha producido una distorsión del sistema de educación superior en casi todo el mundo. Es obvio en el caso de la economía, pero sucede algo parecido en todas las demás ciencias sociales. Las exigencias de rendimiento y productividad en el mercado simulado de las mercancías académicas han creado un sistema de precios que privilegia los mecanismos de evaluación de algunas universidades estadounidenses, que funcionan como garantes de la calidad académica. Esa jerarquía de facultades, revistas, editoriales,

ha generado una fuerza centrípeta que afecta a todas las disciplinas, y decide lo que vale, lo que importa, lo que se debe investigar. Se ha formado, como nunca antes, una comunidad académica internacional, pero también se han estrechado los límites en casi todas las disciplinas. Y eso ha repercutido a su vez en el espacio público, en las formas de la conversación pública en todo el mundo, que se han empobrecido. La falta de alternativas para hacer frente a la crisis también tiene que ver con eso. (GONZALBO, 2016, p. 298-299)

Em 1975, o Informe Trilateral, iniciativa de David Rockefeller, resultado de uma comissão para pensar os interesses da iniciativa privada, conclui que há um excesso de democracia e, conseqüentemente havia, em função de tantas demandas, uma crise de governabilidade. Para superar essa crise era necessário submeter a sociedade a regras da economia capitalista até transforma-la em uma sociedade de mercado nucleada pela competição. A primeira medida do Informe Trilateral seria a redução do Estado em nome da eficiência. (MODEDERO, 2014). Por exemplo, na Inglaterra, o programa econômico implantado por Thatcher aquilo que representa *“la imagen estándar del neoliberalismo: reducción de impuestos, reducción del gasto público, supresión de regulaciones, privatización de empresas públicas. O sea, según una fórmula simple (también engañosa), menos Estado y más mercados”*. (GONZALBO, 2016, p. 115).

Gonzalbo, lembra duas frases ontológicas de Thatcher: para ela, *“demasiada gente piensa que si tiene un problema, le toca al gobierno resolverlo; la gente culpa de sus problemas a la sociedad;”* No entanto frisava *“la sociedad no existe (...) existen hombres y mujeres individuales, y existen familias; los gobiernos no pueden hacer nada, sino a través de la gente, y la gente debe cuidarse a sí misma, ver por sí misma primero.”* (GONZALBO, 2016, p. 121). A outra frase é um slogan que justifica a opção pela política econômica neoliberal: não há alternativa. (GONZALBO, 2016, p. 121). A formação de um Estado mínimo, era essencial, pois separando a economia da política, o mercado ficaria livre para autorregular-se.

A partir de los años ochenta se impuso, como cosa de sentido común, la idea de que la libertad de comercio era la única vía para el desarrollo. En todas las regiones del planeta se multiplicaron los acuerdos de libre comercio. No obstante, no había, no hay hasta la fecha, ejemplo histórico de ningún país que se haya desarrollado mediante un sistema de libre comercio. Los llamados “tigres asiáticos” (Corea del Sur, Singapur, Hong Kong y Taiwán), que solían ponerse como ejemplo de economías exitosas de industrialización tardía, se desarrollaron con el apoyo de un sólido sistema proteccionista, subsidios, una red de empresas públicas, y una distribución estatal del crédito. (GONZALBO, 2016, p. 138).

Assim, se tivéssemos que resumir o neoliberalismo poderíamos dizer que é subsunção do público pelo privado. A lógica desse movimento se explica “*por la convicción de que lo público (servicio público, interés público, bienes públicos) es fundamentalmente un engaño, un modo de enmascarar intereses particulares.*” (GONZALBO, 2016, p. 141). Outro elemento essencial, foi a tecnificação da política e sua desideologização. Talvez a consequência mais significativa no âmbito político foi a diluição da esquerda. Senão vejamos,

Los noventa fueron años de entusiasmo, los de la definitiva revolución productiva e institucional del neoliberalismo. Fueron también los años en que se hundió finalmente la izquierda del siglo veinte. La desaparición de la URSS y la quiebra del sistema soviético en todas partes terminó de desacreditar la tradición comunista, salvo supervivencias nostálgicas de escasa transcendencia. En los años siguientes desaparecieron o se transformaron hasta volverse irreconocibles todos los partidos comunistas del mundo occidental. (GONZALBO, 2016, p. 184).

Os políticos foram desqualificados, pois a complexidade dos Estados contemporâneos implica conhecimento técnico na sua gestão. Assim em função disso a sua gestão deveria ficar nas mãos de técnicos capacitados para administrá-lo. Por outro lado, como o mercado demonstrou ser mais eficiente nos seus resultados, na forma como racionalidade econômica modelou as suas organizações, o Estado seria mais competente se adotasse a forma de organização das empresas privadas. No entanto, como adverte, Gonzalbo,

Las instituciones públicas no son empresas. No compiten en un mercado, no se orientan por la ganancia, no son productivas en el sentido normal de la palabra. Se tiene que recurrir por eso a la elaboración de indicadores que pueden servir como representaciones de la producción, y a partir de ahí se diseña un sistema de auditorías, para verificar que se cumple con las metas. Significa normalmente añadir nuevas capas de burocracia. El resultado es la extensión de una “cultura de la auditoría”, y el desarrollo de una importante industria de la cuantificación. Las exigencias de eficiencia, resultados, productividad, producen incesantemente criterios de evaluación, estándares, índices, que hacen que los expertos en auditorías se vuelvan indispensables. (GONZALBO, 2016, p. 234).

Neste contexto, para alcançar os objetivos era essencial controlar os meios de comunicação para formação massiva de subjetividades funcionais ao capitalismo e, para tornar hegemônica uma concepção de democracia vazia de qualquer conteúdo substancial vinculada, quase que exclusivamente a procedimentos que

permitem, tão somente, uma participação da cidadania nos processos eleitorais onde seleciona-se uma elite para governar. Monedero, salienta, ainda que no *Informe Trilateral* ficou claro a necessidade de esvaziar as universidades da América Latina de uma massa crítica que vinha impulsionando as transformações em benefício da população, bem como, esvaziar a democracia econômica, como por exemplo, a participação dos trabalhadores no gerenciamento das empresas. Por último, a oligarquia deveria controlar administrativamente a democracia e, militarmente sempre que necessário. O programa neoliberal necessita do Estado, mas as decisões relativas aos interesses do mercado devem ficar fora do jogo democrático. Hayke um dos expoentes do pensamento neoliberal é bastante didático para esclarecer o que significaria uma democracia com soberania popular.

Las mayorías no son confiables, no se puede contar con ellas para proteger la libertad: en particular, la libertad económica estará amenazada siempre que exista una asamblea democrática, un gobierno democrático, por aquellos perdedores querrán emplear el poder político para redistribuir la riqueza. Y eso no es una posibilidad remota sino un dato, consecuencia del funcionamiento del mercado, y de la democracia. Pero no sólo se rechazan los resultados, sino la operación misma del mercado; sigue Hayek: la competencia implica siempre que un número limitado de personas obligue a la mayoría a hacer algo que le desagrada, sea trabajar más, alterar sus hábitos, o desarrollar sus actividades con mayor tenacidad o atención. Si puede, la mayoría se resistirá, y tratará de evitarlo. (GONZALBO, 2016, p. 337-338).

A conclusão a que chega Hayke é que uma democracia ilimitada, com soberania popular é incompatível com a liberdade do mercado. Assim, o neoliberalismo traz consigo a ideia de que o poder não deve mudar de mãos, mas deve ser fortalecido naqueles que o detêm. Ocorre, porém, que a configuração política neoliberal predominante nas sociedades atuais faz com que os homens se habituem a compreender a importância dos acontecimentos em seu entorno de acordo com o valor que são capazes de gerar

*El neoliberalismo no es un espíritu satánico que se manifiesta cuando algunas fuerzas oscuras lo convocan. **El neoliberalismo es producto de la conquista de las instituciones por parte de las élites económicas y el poder financiero.** Todo un asalto institucional. Para consolidar la privatización de servicios públicos fue necesaria la creación y el uso intensivo de herramientas jurídicas, leyes parlamentarias y tácticas capitalistas para cercar y extraer renta de la producción social: apertura de espacios para que se inyecte y circule el capital financiero sin control público. (CASTRO; MORENO, 2017, p. 1).*

O discurso do pensamento voltado ao bem estar coletivo tornou-se uma ameaça ao Estado que considerava suas necessidades mais relevantes do que as necessidades do povo, de modo que o esforço para que todas as pessoas vivessem bem pareceu, em determinados períodos, uma afronta ao poder do Estado, ao seu valor enquanto detentor da força, da política e dos contatos com as demais nações. Os envolvidos nessa luta eram considerados opositores do desenvolvimento da nação, isentos de patriotismo e de amor ao seu país. (LINENBAUGH, 2008).

A implementação das políticas neoliberais resultou em uma transferência de bens e patrimônio públicos, ou de uso comum para o setor privado num processo cuja abrangência foi global sob o comando das elites econômicas desse modelo econômico. Esse “Gran Saqueo”, como denomina Pastor provocou muitas resistências em diferentes locais já no século XX. O emblemático ano 1968 foi um marco entre os diversos protestos contra o capitalismo que foram bastante significativos. (PASTOR, 2013, p. 43). Alguns autores, como Mendes, alertam que foi em função das resistências ao capitalismo que ganhou importância o ensaio de Hardin. Como aponta Mendes,

O fato de *The tragedy of commons* ter sido escrito em 1968 não pode ser encarado como simples coincidência. Com sua sensibilidade conservadora, Hardin se desloca da rusga típica da guerra fria entre o socialismo soviético e o capitalismo americano para declarar o comum (literalmente o “*commonism*”) como verdadeiro inimigo e solo fértil para uma verdadeira tragédia da humanidade. Se nas insurgências de 1968, segundo alguns autores, podemos perceber a *emergência do comum* em sua primeira tentativa de romper a clausura dualista “capitalismo/socialismo”, Hardin se antecipa e, no mesmo momento, declara a falibilidade de qualquer projeto baseado no comum. [...] Em sua fixação pela necessidade, a partir de sistemas de coerção e limitação mútuas, de afastar qualquer tipo de *comum*, Hardin se tornará uma figura festejada no momento em que, exatamente, o comum passa a se deslocar para o coração do antagonismo pulsante na fase atual do capitalismo. Poderíamos então dizer que, no exato instante em que os militantes de 1968 experimentavam uma primeira *práxis* do comum no interior do capitalismo (e da guerra fria), o biólogo americano inicia uma linha que será aplaudida por todos que reconhecerão no “*commonism*”, na produção do comum, uma ameaça metaforicamente traduzida como tragédia. Naquele ano, o conflito que agora parece estar se tornando central ensaiava suas primeiras manifestações. *Tragédia do comum* e *constituição do comum* se afirmavam, reciprocamente, no interior da dicotomia “socialismo/capitalismo”, apresentando a nova configuração de um futuro antagonismo. (MENDES, 2012, p. 15-16).

A “Tragédia do Comum” apresentada por Garret Hardin, em 1968, enfatiza que os indivíduos, preocupados com suas necessidades e pautados naquilo que

podem conseguir por conta própria atuam a partir de seus interesses e podem causar prejuízos à coletividade, muitas vezes sem perceber ou se importar com isso.

Ainda em 2004, Silva Filho et al explicaram, quanto à “tragédia do comum” de Garret Hardin:

[...] foi desenvolvida a partir da ideia do pasto comum (o bem comum, aberto a todos) no qual cada criador de gado tentaria manter o máximo possível de gado próprio. De acordo com a interpretação econômica, a racionalidade individual de cada criador de gado fará com que cada um procure maximizar seu ganho. Explícita ou implicitamente, de uma forma mais ou então menos consciente, ele irá se perguntar: qual a utilidade para mim de adicionar um animal a mais ao meu rebanho? Esta utilidade tem um componente positivo e um componente negativo. O componente positivo deve-se ao incremento de um animal. Sendo que o criador recebe todo o ganho da venda do animal adicional, a utilidade positiva é próxima a +1. O componente negativo deve-se ao consumo adicional desse animal a mais no pasto. Sendo que o consumo adicional do animal de um criador é dividido entre todos os criadores, a utilidade negativa por cada decisão particular é apenas “uma fração de -1”. Somando os componentes das utilidades parciais, o criador racional conclui que é um ato sensato a ele adicionar mais um animal ao seu rebanho e, seguindo a mesma conclusão, outro animal e outro, indefinidamente. (SILVA FILHO et al, 2004, p. 1.509).

A tragédia é que cada indivíduo se preocupa em fazer aquilo que trará mais benefícios para ele, mesmo que isso atinja os direitos de outrem. O centro da tragédia de Hardin está alicerçado no pensamento individualista, na preocupação em viver bem, sem olhar para os lados, para aqueles que não têm a oportunidade de viver dignamente. Por isso acaba em tragédia, por priorizar o interesse pessoal em cada situação, levando as pessoas a considerarem pouco ou nada as possibilidades de êxito dos semelhantes, quais são as dificuldades que enfrentam e de que forma as pessoas podem ajudar-se, colaborando mutuamente. (OSTROM, 2008).

Tem-se então a “tragédia”. Cada criador é impelido a aumentar seu rebanho sem limite - em um mundo limitado. Fica exposto assim que a ruína é o destino ao qual os homens se encaminham, quando cada um procura apenas o melhor para o seu interesse. Essa liberdade ilimitada aos bens comuns, segundo Hardin, traz a ruína a todos. Em seu artigo, Hardin segue com exemplos claros dos tempos atuais, como estacionamento público gratuito em regiões centrais de cidades. Mas, sobretudo, bens naturais comuns como os pastos nacionais americanos, parques nacionais e pesca em mares internacionais. (SILVA FILHO et al, 2004, p. 1.509).

Hardin (1968), em um ensaio de apenas seis páginas, acabou sendo uma das obras mais citadas no século XX. Para ele não há alternativas à cobiça individual e intitula de tragédia o destino das terras comunais típicas da Idade Média,

no continente europeu, “quando cada vila tinha seu bosque do qual nele os aldeões podiam caçar, coletar frutas e lenha, deixar os animais pastarem. O camponês que coloca uma vaca a mais para pastar tem uma vantagem imediata em relação a outros aldeões”, mas se seu comportamento for generalizado o pasto será destruído.

Assim escreve o autor,

Como um ser racional, cada vaqueiro procura maximizar o seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, ele pergunta: "Qual é a utilidade para mim de acrescentar mais um animal para o meu rebanho?" Esta utilidade tem um componente negativo e um positivo.

1) O componente positivo é uma função do incremento de um animal. Desde que o pastor recebe todos os lucros provenientes da venda do animal adicional, a utilidade positiva é quase um.

2) A componente negativa é uma função do sobre pastoreio adicional criado por mais um animal. Como, no entanto, os efeitos do excesso de pastagem são compartilhados por todos os pastores, a utilidade negativa para tomada de decisão (decision-making) de qualquer pastor particular é apenas uma fração de -1. (HARDIN, 1968, p. 1244).

Na concepção de Hardin, os usuários estavam presos a uma racionalidade individual e egoísta, pois afirmava que os usuários não poderiam se auto organizar e criar instituições para evitarem o trágico uso excessivo. De forma geral, pesquisadores tendem a concordar com Hardin quanto ao fato de que os usuários não podem evitar essa situação. Organizar de modo a criar regras que especifiquem quem é um usuário autorizado e os direitos e deveres de usuários autorizados cria um bem público para os envolvidos. (OSTROM, 2008).

Todos os usuários se beneficiam de um bem público, contribuindo ou não para sua preservação ou desenvolvimento e se questionam se vale a pena esforços em prol da proteção desses bens, se seus retornos serão exatamente iguais aos dos indivíduos que não fazem esforços nesse sentido. Uma vez que grande parte do problema inicial existe porque os indivíduos estão em um dilema pelo qual impõem externalidades negativas uns sobre os outros, não é consistente com a teoria convencional de que indivíduos podem resolver um dilema de segundo nível quando já não são capazes de resolver o dilema social inicial. (OSTROM, 2008).

Leme (2010) já afirmava que o neoliberalismo tem uma relação direta com essa postura de preocupação centrada nas próprias necessidades do indivíduo. Em um cenário capitalista, no qual prevalece a cultura neoliberal de busca por enriquecimento pessoal, mesmo que às custas de esforços além das possibilidades

dos indivíduos, o afastamento do pensamento coletivo é uma questão inegável. As pessoas têm receio de pensar na coletividade e, em face disso, ter reduzidos seus próprios benefícios, os bens de consumo ou o acesso ao dinheiro que permite a aquisição desses bens.

Vargas e Hercovici (2017) afirmam que a teoria de Hardin pode ter sido desenvolvida em 1968, mas tem fundamentos mais antigos e, ainda hoje, deve ser reconhecida como uma realidade na maioria das sociedades. O homem tem liberdade de escolha e, na maioria das vezes, tem a plena compreensão de que, por viver em grupo, aquilo que faz afeta outras pessoas. No entanto, mesmo diante dessa visão, é comum que os cidadãos optem por aquilo que trará benefícios para si, mesmo que para outras pessoas os resultados sejam potencialmente negativos.

Hardin (1968) sintetiza seu posicionamento em relação à questão dos commons destacando que ele somente é justificável quando há baixa densidade populacional. Ele alerta para o fato de que com o crescimento da população, os commons têm abandonado sua condição progressivamente em diversos segmentos, tais como: em termos alimentares, cercando terrenos agrícolas e restringindo seu uso; eliminação de resíduos, como esgotos, além do desafio de avançar efetivamente no que concerne à poluição causada pelos automóveis, fábricas, energia atômica, entre outros. Hardin avalia ser inevitável que cada nova restrição (enclosure) aos commons envolva a violação da liberdade pessoal. (VARGAS; HERSCOVICI, 2017, p. 112).

Outro ponto que Hardin evidencia é que quanto maior uma população, maior será a dificuldade da preocupação com a coletividade, diante do receio de que os recursos podem não ser suficientes para todo o grupo e, assim, cada um deseja assegurar que conseguirá obter o máximo. Há, ainda, a visão de que se todos podem fazer uso, cada um fará de acordo com seus interesses e, assim, o indivíduo acredita que ele mesmo, sozinho, não fará a diferença. A ideia de que “se todos poluem, também posso poluir, pois eu sozinho não consigo proteger os recursos ambientais” (VARGAS; HERSCOVICI, 2017).

A tragédia dos comuns, para o autor, poderia ser evitada a partir de condições como a privatização, escolha racional dos vícios privados, se os bens comuns fossem divididos, loteados, então nenhum indivíduo poderia explorá-los em excesso, prejudicando os demais, o controle do Estado, a maior responsabilização daqueles que fazem maior uso dos bens, indenizando os que usam menos, mas que sofrem os impactos (HARDIN, 1968, 1245-1248).

Dentro desse horizonte teórico a referência a Elinor Ostrom é significativa na medida em que questionou o ensaio de Hardin com os resultados obtidos através do estudo de experiências dos Comunes no marco metodológico do paradigma dominante. Segundo o modelo de Ostrom haveria oito princípios fundamentais a serem observados para solucionar o dilema da tragédia dos comuns:

1. Limites claramente definidos;
2. Equivalência proporcional entre benefícios e custos;
3. Implantação das decisões coletivas;
4. Monitoramento;
5. Sanções gradativas;
6. Resolução rápida e justa de conflitos;
7. Autonomia local;
8. Relações apropriadas com outros níveis de autoridade reguladora (governança policêntrica). (OSTROM, 2008, p. 23-24).

Embora tenha ficado evidente que as experiências dos Comunes podem ser exitosas, continua predominando a lógica **privatista** como solução para as sucessivas crises do sistema econômico capitalista. Assim, nesse cenário paulatinamente vai se legitimando a apropriação de bens numa ofensiva rotulada por analogia ao período de acumulação primitiva do capital de New Enclosures

Neste cenário neoliberal o movimento dos **Comunes** represente uma resistência a um dos aspectos mais perversos do modelo econômico, ou seja, a “pilhagem levada a cabo pelo Estado e os oligopólios privados daquilo que até agora pertencia ao domínio público, ao Estado social, ou seguia sob o controle das comunidades”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 112). Representou a imensa transferência de bens e capitais do Estado através daquilo que se denominou terapias de choque. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 113). Com advertem Dardot e Laval, diferentes medidas, nos mais diversos campos de atividade que eram estatais passam para o âmbito privado, tais como,

- Cessão de companhias ferroviárias publica;
- Cessão de empresas estatais de exploração de carvão;
- Siderurgia;
- Estaleiros;
- Produção e distribuição de água, gás e eletricidade;
- Correios;
- Telefonia e televisão;

- Privatização parcial dos mecanismos de assistência social, aposentadoria;
- Ensino superior;
- Educação e saúde.

Todas essas mudanças, como vimos acima, foram paulatinamente sendo implantadas sob a cantilena de que não havia alternativas. Iniciou-se na América Latina, nos anos 1980, com a apropriação de riquezas (que continua na contemporaneidade) vem sendo justificada modulado por categorias econômicas como seriedade de gestão. (DARDOT; LAVAL, 2017). O resultado trinta anos depois é um mundo desigual e, à beira da catástrofe ambiental.

Além disso, outros New Enclosures, vão sendo configurados, no começo dos anos 2000 ocorreu um aumento na aquisição de direitos de longo prazo para o uso na agricultura na África, Ásia e América Latina. O agronegócio, os financiadores e os governos estrangeiros têm estado na linha de frente dos negócios transnacionais de terras, atraindo atenção constante da mídia. Uma mudança na perspectiva econômica global tornou a agricultura uma proposta comercial mais atraente e transformou-se em um bem precioso que é amplamente esperado que aumente em valor. (COTULA, 2013).

Enquanto a atenção da mídia sobre a grilagem de terras diminui, análises mais profundas indicam as raízes históricas dessa corrida pela terra global, os paralelos e até continuidades entre os negócios de hoje e as áreas comuns que precederam a transformação industrial em Inglaterra do século XVIII. Em debates mais amplos sobre a relação entre o Estado e o acesso a recursos, e sobre a governança global dos negócios transnacionais, o papel desempenhado pela lei na corrida global por espaços territoriais também recebeu atenção crescente. (COTULA, 2013).

Estas perspectivas, histórica e legal, sobre a corrida pela busca de terras agrícolas global se cruzam. Ao longo da história, a lei permitiu que os mais poderosos adquirissem terras comuns ou legalizassem a usurpação de terras, em contextos tão diversos quanto a Escócia pré-industrial ou a África colonial. Em seu clássico *The Great Transformation*, Karl Polanyi discutiu como os processos legais facilitaram a reconfiguração artificial da terra e do trabalho como mercadorias comercializáveis antes e durante a Revolução Industrial, resultando na apropriação

privada pelas elites de terras anteriormente mantidas em uso comunitário ('enclosures'), e na criação de mercados de trabalho capitalistas. (COTULA, 2013).

Ao mesmo tempo, a história também fornece numerosos exemplos nos quais a lei foi usada para resistir e desafiar a adversidade, ou para proteger os interesses da sociedade. O relato de Polanyi sobre a Revolução Industrial em "A Grande Transformação" é também a história do surgimento da legislação social - estabelecendo padrões básicos de trabalho, por exemplo - adotada para alcançar mercados não regulamentados que causavam deslocamento social à medida que a industrialização se aprofundava e ampliava seu alcance. Esse "duplo movimento" entre a facilitação da "mercantilização" (a reconfiguração da terra e do trabalho como mercadorias que poderiam ser compradas e vendidas no mercado), por um lado, e a restauração da "inserção social" (a subordinação do mercado a os modos de integração social do mercado, que prevaleceram ao longo da história humana), por outro, são o foco central do relato de Polanyi a respeito da transformação social relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e de seu pensamento (amplamente implícito) sobre o papel do direito em mudança social. (COTULA, 2013).

Cotula (2015) enfatiza que a terra tem proprietários, aqueles com melhores condições financeiras para sua aquisição em diferentes lugares do mundo, porém, o ideal seria compreender que a terra é um recurso inserido nos bens comuns, naqueles essenciais para a manutenção da vida e da dignidade dos cidadãos. Assim sendo, os recursos originados da terra, que são utilizados para o enriquecimento de alguns, deveriam beneficiar os cidadãos de forma geral.

Por um longo tempo, diferentes Estados promulgaram múltiplos tipos de reforma agrária na busca de diversos objetivos políticos - desde enfrentar as injustiças que se perpetuaram no desenvolvimento histórico, buscar a promoção de uma distribuição mais justa da terra, até encorajar o investimento na agricultura e promover a estabilidade política. Muitos Estados com estruturas de propriedade de terra altamente concentradas nas mãos de um pequeno número de proprietários implementaram reformas fundiárias redistributivas por décadas, embora o ímpeto político para a reforma tenha flutuado ao longo do tempo. De fato, vários países recentemente promulgaram reformas legais para facilitar a aquisição de terras por operadores comerciais em larga escala, levando algumas ONGs a denunciar o que

eles apelidaram de “reforma agrária ao contrário”. Mas os programas de redistribuição de terras estão em andamento em vários países. (COTULA, 2015).

As transições políticas desde o início da década de 1990 desencadearam importantes programas de restituição de terras, por exemplo, em alguns países da Europa Oriental, da África e da América Latina. Globalmente, tem havido uma atividade considerável na área da reforma agrária - isto é, a reforma destinada a alterar a natureza e o conteúdo dos direitos à terra, por exemplo, para tornar estes direitos mais seguros. Os programas de reforma agrária podem criar algumas das intersecções mais óbvias entre os direitos fundiários e os tratados de investimento, o que pode envolver situações nas quais as autoridades públicas expropriam terras detidas por investidores estrangeiros, a fim de realocarem esses recursos para grupos desfavorecidos (redistribuição) ou a pessoas que apresentem reivindicações históricas de terras (restituição). Mas também pode incluir casos em que as reformas privatizam empreendimentos estatais que podem ter desenvolvido parcerias com investidores estrangeiros. Nestes casos, as reformas afetam o conteúdo dos direitos à terra detidos por investidores estrangeiros (reforma da posse), onde as autoridades falham na proteção de terras estrangeiras contra invasões ou ocupações, inclusive por pessoas que defendem a reforma agrária. (COTULA, 2015).

Cotula (2012) afirma que pesquisas mostram que as 'pressões comerciais sobre a terra' estão aumentando em muitas partes do mundo como resultado de múltiplas forças além da agricultura - incluindo indústrias extrativas, de turismo e parques naturais. Essa abordagem holística é crucial para entender as pressões de terra enfrentadas pelos pobres rurais em todo o mundo. Na agricultura, a terra é um meio crucial de produção. Por outro lado, os projetos da indústria extrativa frequentemente envolvem a tomada de terra, mas o principal interesse da empresa está nos recursos do subsolo.

Embora o desenvolvimento da indústria extrativa possa exacerbar as pressões sobre a terra, ele levanta questões diferentes para os que estão em jogo na corrida global às terras para a agricultura. A água é um dos principais impulsionadores das tendências recentes de esforços pela alteração dos direitos de posse da terra, pois a aquisição de terras em áreas áridas e semiáridas seria inútil sem os correspondentes direitos à água. (COTULA, 2012).

O autor, em um estudo de 2014, ressalta que o acesso à terra precisa ser visto como um direito no rol dos direitos humanos. Do mesmo modo, quando ocorre a apropriação das terras por grandes empresas multinacionais, levando para seus países os lucros maiores do cultivo desses espaços, há uma agressão aos direitos humanos. Muito do discurso público sobre o impacto dos direitos humanos na "apropriação de terras" concentrou-se na perda de acesso à terra e aos recursos. É impossível encontrar números confiáveis de quantas pessoas perderam terras para negócios em grande escala em todo o mundo. (COTULA, 2014).

Existem, porém, vários relatos de expropriação de terras e despejos associados a "apropriação de terras", por exemplo no Camboja, na Etiópia, Gana, Laos, na Libéria, no Mali, em Moçambique, Uganda, e na Tanzânia. Muitas dessas evidências constam de relatórios de ONGs e publicações acadêmicas. Parte dessa literatura tomou uma lente explícita dos direitos humanos. Alguns fatores sugerem que, no geral, as evidências atuais podem subestimar a escala do impacto. Se um acordo de terras atrai a atenção do público, muitas vezes depende de circunstâncias fortuitas: enquanto os impactos de alguns acordos receberam muita atenção do público, muitos outros permaneceram abaixo do radar público. (COTULA, 2014).

Não obstante, a legislação nacional pode não reconhecer que a terra pertence às pessoas afetadas em primeiro lugar. Em muitas jurisdições, a propriedade da terra é atribuída ao Estado e os agricultores, pastores e forrageiros têm direitos de uso condicional. A lei tende a condicionar a proteção legal à evidência de uso produtivo, e algumas formas importantes de uso de recursos não são consideradas produtivas. Assim, a terra que os aldeões não estão usando visivelmente no momento da aquisição, talvez porque eles a usam para pastagem ou coleta de madeira, ou porque a separaram para as gerações futuras, ou porque não têm culturas permanentes devido ao uso sazonal da terra, podem ser tratadas como espaços "vazios". (COTULA, 2014).

Como resultado, muitas pessoas podem perder terras sem serem formalmente expropriadas. Em outros casos, os pequenos agricultores e pastores talvez não percam seus campos de pastagem ou plantio, mas o desenvolvimento do agronegócio pode bloquear corredores de rebanhos de importância crítica para que os rebanhos tenham acesso à água e ao pastoreio da estação seca, bem como a movimentação de seus produtos pelo território. (COTULA, 2014).

Ao mesmo tempo em que uma nova fase da globalização econômica ampliou o alcance do capital e dos mercados internacionais para as sociedades agrárias, grandes transformações também estão se espalhando pelo mundo em desenvolvimento. Essas transformações, aparentemente, apresentam paralelos com o histórico processos discutidos por Polanyi com foco na apropriação de terras. Os proponentes e detratores compartilham o reconhecimento de que os negócios de terras em larga escala, se sustentados ao longo do tempo, podem trazer mudanças profundas para as sociedades rurais nos países receptores. Muitos estudiosos percebem nos acordos de terras atuais uma nova fase do mesmo processo histórico de mercantilização que Polanyi descreveu em relação à Revolução Industrial na Europa. Isso se deve ao fato que grandes negócios de terras envolvem a transação econômica da terra, o que leva ao cercamento de áreas que antes eram usadas como recursos de propriedade comum a todos e de acordo com critérios não comerciais. (COTULA, 2013).

Quando uma empresa adquire terras, seu uso tende a mudar de aplicações pequenas, múltiplas e sobrepostas, como agricultura, pastoreio, forrageamento, para a monocultura. Em escala, os acordos aceleram a reconfiguração das relações entre terra, capital e trabalho, com a agricultura de pequena escala dando lugar a grandes plantações baseadas na separação e mercantilização dos meios de produção (terra, trabalho e capital). Essa reconfiguração da terra é particularmente evidente no discurso desenvolvido nos círculos internacionais de investidores. (COTULA, 2013).

White et al (2012) já destacam que as grandes corporações desejam o lucro e, assim, se sua obtenção depende de medidas que podem ferir grupos de pessoas menos abastadas, isso não se configura como uma preocupação real. Ao mesmo tempo, os governos que deveriam zelar pela vida e pelas condições de seus cidadãos, em muitos casos, vêm priorizando a obtenção de recursos financeiros. Se, para que isso ocorra, precisam atingir os mais pobres, aqueles que dependem da terra para a obtenção do alimento, isso é visto como um remédio amargo, mas necessário.

Diante da tendência de grandes transações fundiárias nos últimos anos e em todos os continentes, há motivos suficientes para que pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas se preocupem com os problemas imediatos de desapropriação, exclusão e incorporação adversa que as comunidades locais

enfrentam. Além dessas questões imediatas, no entanto, há também a necessidade de buscar entendimentos mais profundos do fenômeno e suas implicações de longo prazo para o futuro agrícola e rural, em outras palavras, para desenredar a dinâmica imediata e mais fundamental no trabalho. (WHITE et al, 2012).

É preciso de mais do que estudos demonstrando os impactos dessas atividades, esses estudos são apenas um dos passos iniciais para aumentar a conscientização sobre os impactos dessas atividades de comercialização da terra como se não tivesse necessidade para os países e para os cidadãos. É preciso que essas informações sejam difundidas e compreendidas pelas pessoas para que, assim, saibam como a vida de cada uma e da coletividade vem sendo atingida por práticas que, muitas vezes, sequer sabem que estão acontecendo em seu país. (WHITE et al, 2012).

Muitos governos atuam fortemente no sentido de tratar a terra como uma mercadoria. Alguns adotaram estratégias de desenvolvimento que visam explicitamente transformar terra em capital, como no Laos. Em termos mais gerais, os contratos que disponibilizam terras para investidores envolvem trocas entre terras, por um lado, e combinações variáveis de pagamentos em dinheiro e compromissos em espécie, por outro. Esses contratos efetivamente colocam um preço na terra, que os possíveis investidores podem comparar entre os países. A mercantilização da terra anda de mãos dadas com a monetização de relações sociais mais amplas: para ganhar a vida, os agricultores que perdem terras devem agora negociar seu trabalho por dinheiro com empresas de propriedade de terra. (COTULA, 2013).

O que ocorre é que alguns países afirmam que apoiam e que desejam a proceder da reforma agrária em seus territórios, para que os cidadãos tenham acesso à terra e possam seguir com as atividades que geram o sustento de suas famílias, no entanto, uma análise do cenário permite identificar que são promessas políticas que não se concretizam, na maioria das vezes e, assim, as terras se concentram nas mãos de poucos, enquanto muitos são impedidos de acessar um de seus direitos humanos, o do trabalho na terra e prosseguimento das atividades que até então eram a base de sua subsistência. (COTULA, 2015).

Já destacavam White et al (2012), que o tema ainda não é ampla e abertamente debatido e, assim, o conhecimento sobre seus impactos ainda não

ultrapassa as fronteiras de alguns países, aqueles nos quais a oferta das terras como mercadorias para o mercado exterior está ocorrendo de forma mais acentuada, porém, ainda não existem estudos que apontem os reais impactos sobre a população, principalmente no que tange a perda de terras por pequenos produtores, além do encarecimento de produtos de consumo diversos.

A mercantilização do solo é relativamente comum e, nas grandes cidades, abre espaço para a especulação imobiliária. Os agentes imobiliários atuam para que sejam alcançadas condições favoráveis para reproduzir o capital, configurando novas centralidades, fomentam as manchas urbanas artificiais e a valorização fundiária, desenvolvendo locais que chamam de vantajosos ou amenos. Esses agentes atuam por meio de mecanismos de especulação imobiliária, essencial para “[...] ampliar o grau de importância territorial, o poder de polarização e de atratividade de pessoas, de investimentos e de serviços para determinadas parcelas do tecido urbano”. (RESENDE, 2013, p. 81). Uma definição simplificada de especulação é que ocorre um investimento em imóveis dentro de um mercado que está em ascensão como forma de proteger o bem-estar financeiro e garantir rendimentos futuros. “O termo especulação, usado em seu sentido mais geral, pode ser pensado como sinônimo de “investimento”. No entanto, existem vários outros sentidos nos quais o termo é usado”. A especulação permite modelar o mercado, os preços em busca de vantagens. (MALPEZZI; WACHTER, 2002, p. 5).

Na sequência, serão abordados os **comunes** enquanto bens que devem atender às necessidades dos cidadãos, quaisquer que sejam suas características, não podem beneficiar apenas a um grupo de pessoas. Além disso, será abordado o paradigma do cuidado como uma visão na qual pessoas cuidam de pessoas, esforçam-se para que todas tenham seus direitos respeitados, tornando o cuidado uma ação ampla, sempre focada no ser humano.

2.3 Os **Comunes** (bens comuns) e o Paradigma do Cuidado

Os **Comunes** (bens comuns/ commons) representam, segundo Silke uma saída para crise, mas para isso é necessário, delinear seus elementos. Embora uma definição científica dos Comunes (*commons*) seja difícil, pois, dependem na sua materialização de fatores econômicos, culturais, ecológicos etc., é necessário

identificar o que todos os **Comunes** (bens comuns/*commons*) tem em comum (HELFRICH, 2009, p. 1). Nessa direção,

A resposta nos revela o que a defesa da diversidade biológica tem em comum com a luta pelo software e hardware livres. Mostra que a luta em torno do acesso ao conhecimento e à cultura na essência é igual à luta pelo acesso à água ou contra as mudanças climáticas. Resumindo, a ideia dos bens comuns nos permite ligar todos os elementos que formam o conjunto. Componentes de uma arquitetura dos commons priori: todos os bens comuns – não importa se do ambiente natural, social ou cultural y digital são essenciais para nós: “bens comuns naturais são necessários à nossa sobrevivência, bens comuns sociais garantem a coesão social e bens comuns culturais são o pré-requisito para o nosso desenvolvimento individual”. (HELFRICH, 2009, p. 2).

Para a autora, os **Comunes** enquanto sistemas possuem componentes inter-relacionados e, dependem do bem que é institucionalizado, mas todos se baseiam em três elementos fundamentais: os materiais de construção, os mestres de obra e as regras que permitem integrar o todo. Em primeiro lugar todos os **Comunes**, envolvem bens (recursos) que são essenciais, quais sejam, “bens comuns naturais são necessários à nossa sobrevivência, bens comuns sociais garantem a coesão social e bens comuns culturais são o pré-requisito para o nosso desenvolvimento individual” e, este é o primeiro componente dos *Comunes* (bens comuns/*commons*). Em segundo lugar, temos os atores envolvidos que fazem do bem um **Comunes**. “A comunidade (community), aquele grupo de pessoas que usa um recurso coletivamente, é o segundo componente da arquitetura dos bens comuns”. (HELFRICH, 2009, p. 3).

Portanto, no debate dos commons, não se trata da água ou do código em si, trata-se mais das nossas decisões tomadas a respeito do uso dos recursos. E este é um processo social complexo, que o historiador Peter Linebaugh denomina *commoning*. A ideia dos bens comuns é inconcebível sem que se estabeleça uma relação entre estes e as pessoas da ação. Não há bens comuns sem um fazer comum. A comunidade (community), aquele grupo de pessoas que usa um recurso coletivamente, é o segundo componente da arquitetura dos bens comuns. (HELFRICH, 2009, p. 3).

Por último, o terceiro elemento da arquitetura dos **Comunes** são as regras delineadas democraticamente pelas pessoas que estão envolvidas. “Uma sociedade orientada pela ideia dos bens comuns, deve conceber suas regras de forma que os protejam, reproduzam ou ampliem”. (HELFRICH, 2009, p. 4).

Os Comunes, são diversos e condição fundamental para uma existência fora da lógica do mercado. *“Incluyen el conocimiento y el agua, las semillas y el software, técnicas culturales y la atmósfera. Los bienes comunes son indispensables, pero no son una cosa, se relacionan con nosotros de una manera polifacética.”* Embora não sejam propriedade de alguém em particular também não são de ninguém. *“Se generan, conservan y cuidan en diferentes comunidades, desde la familia hasta la sociedad internacional; se redefinen permanentemente.”* Os **Comunes** estão nucleados por um fazer comum. *“Los bienes comunes son la base de cada actividad económica. Por tanto también deben ser resultado de nuestro actuar.”* O movimento dos Comunes vem ganhando forma, se fortalecendo apontando uma nova cultura e, radicalização da democracia. (HELFRICH; IACOMELIO, 2009, p. 2). Em diferentes partes do mundo se articulam e, se defendem,

[...] contra proyectos de presas y minería que destrozan la vida y el suelo; contra las prácticas económicas que hacen avanzar el cambio climático; contra el procedimiento de obligar a instituciones educativas y de salud a pensar conforme a la lógica del lucro; contra la manipulación de nuestro patrimonio genético y la exagerada restricción de nuestro acceso al conocimiento y la cultura. Los seres humanos reclaman lo que les pertenece: trátase de una iniciativa ciudadana para recuperar el suministro de agua público municipal, de una comunidad indígena en la cuenca del Amazonas, de un movimiento mundial por la justicia climática o para mantener libre y neutral a Internet. (HELFRICH; IACOMELIO, 2009, p. 2).

Os **Comunes** não são espontâneos, mas são socialmente construídos. As pessoas criam algo que as fazem interagir, os exemplos são diversos: organizam *“huertos interculturales, realizan una agricultura sustentable y ecológica o diseñan proyectos de vivienda y trabajo intergeneracionales. Producen software libre y conocimiento libre, generan películas, música”* com acesso livre para todos. O cuidado modela os **Comunes** e se fortalece no agir de todos. O cuidado de todos é fundamental comprometendo a todos os envolvidos na realização do bem comum. Todos se comprometem *“en las relaciones sociales, de la atención y del reconocimiento mutuo. Se trata de algo simple: La necesidad de aprender uno del otro y hacer las cosas con excelencia, porque todos lo merecen.”* (HELFRICH; IACOMELIO, 2009, p. 2). Neste contexto Silke aponta quatro princípios fundamentais:

- Descentralização (sobretudo da produção, viabilizada por meio de um novo nível de integração pela rede do espaço digital)

- Cooperação em e entre todos os níveis – do local ao global.
- Incentivo à diversidade (de recursos, comunidades e regras)
- Inter-relacionamento: “eu preciso dos outros, e os outros precisam de mim. (HELFRICH; IACOMELIO, 2009, p. 2)

O **Común** ultrapassa a seara da preocupação com as necessidades pessoais e conduz os indivíduos a considerarem o todo, as necessidades que muitas vezes não são suas, mas são de inúmeras outras pessoas e, assim, o bem trazido pelo atendimento das mesmas é considerável. Cabe ao Estado atuar pelo bem de todos, jamais com foco em um indivíduo ou um pequeno grupo deles, ainda que sejam detentores de elevado poder econômico. (DARDOT; LAVAL, 2016; TORRES, 2018).

Nesse sentido, o termo “comum” designa, não o surgimento de uma ideia eterna, mas a emergência de uma forma nova de opor-se ao capitalismo, inclusive, de visar a sua superação. Trata-se, igualmente, de um modo de voltar as costas definitivamente ao comunismo estatal. O Estado, convertido em proprietário de todos os meios de produção e de administração, aniquilou metodicamente o socialismo, “o qual foi concebido como um aprofundamento da democracia política – e não como a sua recusa”.² Para aqueles que não se satisfazem com a “liberdade” neoliberal, trata-se, pois, de encontrar outro caminho. É assim que se explica como surgiu o tema do comum nos anos 1990; ele apareceu ao mesmo tempo nas lutas sociais mais concretas e nas mobilizações de grande amplitude. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 477).

Bollier (2016) ressalta que o princípio do comum como base de percepção dos grupos sociais encontra-se em desenvolvimento, porém, **ainda está longe de tomar forma e corpo em todos os países do mundo**. Isso se deve ao fato de que é mais fácil dominar indivíduos que pensam, tão somente, nas questões pessoais e individuais, do que aqueles que observam, valorizam e se envolvem com questões mais amplas, aquelas que encampam o todo.

Para o autor, é preciso redescobrir o comum, não com visões antigas e ultrapassadas, mas levando-se em consideração as alterações sociais, a modernidade, as tecnologias e o desenvolvimento. Em outras palavras, é possível contextualizar o comum em uma realidade atual, no sentido de que, no presente, há mais força na vontade e na preocupação individual, porém, é possível alterar essa realidade e conduzir os indivíduos a esforços pautados na coletividade e no

compartilhamento de recursos, oportunidades e possibilidades de futuro. (BOLLIER, 2016).

Enquanto milhares de pessoas no mundo comungam o sentido da preocupação com a coletividade, compartilhando, apoiando-se e atuando de modo cooperativo, outras ainda precisam redescobrir essa realidade, não apenas compreender o que significa, mas entenderem que cada um pode e deve atuar pelo ideal de que o **Común** constrói muito mais do que o individual. Enquanto o esforço individual gera o desenvolvimento de um indivíduo, o princípio da **Común** reza que todos têm direitos iguais e, assim, devem ter acesso às mesmas oportunidades juntos, apoiando-se mutuamente. (BOLLIER, 2016).

Torres Galarza (2018) afirma que a disseminação do princípio do **común** e da vida com base na cooperação e compartilhamento de todos para todos ainda é um desafio, uma batalha a ser travada por muitos até que esses ideais se tornem, de fato, conhecidos e aplicados. Os **Comunes** (*bienes comunes*) são aqueles que se destinam ao uso de todos e, desse modo, são necessários para o alcance de uma condição de vida mais justa e digna. A água, parques, praças, postos de saúde, hospitais públicos, escolas públicas, todos são **Comunes** (bens comuns), desenvolvidos para o uso da população diante de suas necessidade, porém, são bens considerados secundários, vistos por muitos governos como gargalos pelos quais os recursos econômicos se esvaem e, não raras vezes, são deliberadamente ignorados.

Quando se busca conceituar os **bienes comunes** verifica-se que se trata de um conceito amplo, genérico e com variadas interpretações. Em linhas gerais, **bienes comunes** são aqueles que foram produzidos, herdados ou transmitidos em uma vivência comunitária. Pertencem a um interesse geral, todos e cada um. Assim, quando causam benefícios ou prejuízos, seus efeitos atingem a toda a comunidade e, apesar dessa visão tão ampla, existem especificidades para caracterizar aquilo que pode ser citado como *común*, todavia, tais características não são suficientes para verificar que tipos de relações levam à sua produção, se são políticas, sociais, econômicas ou de outros setores da vida. As últimas décadas vivenciaram uma produção conceitual escassa quanto aos bienes comunes e o desenvolvimento tecnológico. O que se obteve ainda é básico, análise, conceituação e gestão de

alguns bens materiais, determinados recursos naturais ou proteção ambiental genérica. (VERCELLI; THOMAS, 2008, p. 428).

Las tecnologías digitales, la inteligencia artificial/robótica, la biotecnología o la nanotecnología plantean cambios radicales sobre las formas de producir y regular valor a nivel mundial. En este sentido, todavía no se ha dado una discusión crítica sobre qué partes de estos nuevos desarrollos son “privadas/privativas”, qué partes pertenecen a la esfera de lo “público” o cuáles tienen un carácter “común”. (VERCELLI; THOMAS, 2008, p. 428).

Nesse diapasão, quanto mais avançam as tecnologias, mais mudanças ocorrem na forma de produzir e regular o valor desses **bienes comunes** no mundo. Porém, entender os conceitos genéricos desses bens não é suficiente para que sejam valorizados de forma real, protegidos e aplicados para o benefício da comunidade em toda sua extensão.

Tonucci Filho e Magalhães (2017) ressaltam que a preocupação com o **Común** e com os bens de uso compartilhado assume uma nova perspectiva nos últimos anos, diante do fortalecimento do neoliberalismo. O homem já não tem tempo de preocupar-se com o semelhante, já não percebe a necessidade de apoiar aos demais, principalmente aqueles cujas condições de vida e sobrevivência são extremamente limitadas. Sua preocupação maior é concorrer com as outras pessoas, mostrar que é um profissional melhor, mais bem qualificado e, assim, tem mais sucesso financeiro que os demais. Se para apresentar-se dessa forma tiver que ignorar os problemas que assolam as classes mais baixas, então o homem assim age como forma de proteger-se.

Dardot e Laval (2016) ressaltam que há uma diferença considerável entre a ideia de **Común** (o atendimento das necessidades e direitos de todos para que a vida seja digna e justa de forma ampla, não apenas para alguns grupos) e os **bienes comunes** (aqueles que são empregados para o atendimento dessas necessidades e direitos, como água potável, saneamento básico, escolas, hospitais, etc.). No cenário atual, esses conceitos são considerados menos importantes, enquanto Estado e desenvolvimento econômico são os mais fomentados.

De modo geral, o comum refere-se aos bens e recursos, materiais ou imateriais, que são compartilhados, usados e geridos coletivamente, por meio de uma série de práticas, regras e saberes gestados pela própria comunidade. Nos dias de hoje, as práticas e os conceitos do comum estão se fortalecendo em torno de um princípio político que suporta, ajuda a articular e reconhece a potência de uma pluralidade de lutas, resistências e

alternativas radicais ao Estado e ao mercado. Opondo-se à propriedade privada, fundada no direito de excluir, o comum não se confunde com a propriedade pública do Estado, mais bem entendida como forma coletiva de propriedade privada. (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 434).

É possível determinar a existência da ideia moderna de bens comuns, depois de seus passos em direção ao século XIX terem sido apagados, ressurgindo nos anos sessenta do século XX em um estudo sobre “ação coletiva” e “bens coletivos” do economista Mancur Olson, dando início a um longo debate acadêmico e científico que perdura até o presente. Alguns anos após a publicação do estudo de Olson, aparece outro trabalho que mostra um escrutínio negativo dos bens comuns, vendo-os como um modelo não recomendado para resolver os problemas de exaustão ou depredação de recursos esgotáveis ou consumíveis que estão disponíveis gratuitamente no planeta, em função de seu fracasso irremediável e à natureza racional do homem, que tende a proceder de seu uso ou abuso para garantir sua própria maximização da utilidade. Essa suposição era conhecida pela famosa frase da “tragédia dos comuns”, cujo autor, o biólogo Garrett Hardin, tornou público em 1968 em seu artigo. Trouxe uma consequência desfavorável de fortalecer o descrédito desses bens, sendo comumente mencionados em debates acadêmicos para sustentar sua inviabilidade e dar lugar a receitas de solução baseadas em leis de mercado ou intervenção estatal. (AÑÑOS MEZA, 2014, p. 156-157).

Mais tarde essa tese foi refutada por investigações econômicas que destacaram o valor dos bienes comunes em um modelo de organização econômico-social positivo e benéfico. O fato desses bens serem novamente valorizados no presente se deve a Elinor Ostrom, cujos estudos contribuíram de forma decisiva para a criação de uma nova ciência dos *bienes comunes*. Seus estudos apoiados em dados empíricos apontam a efetividade dos *bienes comunes* dentro de contextos culturais diversos e, assim, se firma a compreensão de que sua gestão e uso podem ocorrer sob parâmetros sustentáveis. A autora verificou, ainda, que o regime de bienes comunes pode ser mais efetivo para as pessoas do que a propriedade privada ou pública, aumentando a percepção de que as teorias que citavam seu fracasso ou ineficiência, de Hardin, não estavam certas. A partir disso se desenvolveu uma teoria chamada de economia institucional dos *bienes comunes* ou teoria da ação coletiva institucional pautada em normas, demonstrando que

devem existir condições para sua organização e gestão de forma bem sucedida e quais são essas condições (AÑÑOS MEZA, 2014, p. 157-158).

Diante de um cenário de crise nos mais diversos aspectos (economia, saúde, meio ambiente, etc.), realizar esforços para uma vida compartilhada e pautada no bem de todos é, sem dúvidas, uma iniciativa necessária para a redução dos impactos negativos da crise sobre o todo. Isso não quer dizer que a individualidade deixará de existir, ela só não pode ser considerada mais relevante do que a coletividade. (HOUTART, 2011, p. 9-13).

Assim, o comunitário, aquilo que é compartilhado, não se trata de um descobrimento daqueles que encontram uma ferramenta para a política frente ao fracasso de outras políticas, mas como uma teoria de mudanças,

Esses deslocamentos exibem a disputa aberta sobre a projeção de redução da comunidade a um conjunto de estereótipos, que confinam a comunidade a um modo ideal de socialização arcaica, geralmente associado a territórios estritamente não urbanos e a um catálogo de "usos e costumes" ancestrais. O modo como essas práticas se tornam estereótipos tem a ver com as maneiras pelas quais o caráter beligerante que eles têm como virtualidade - isto é, como um poder - é anulado e que vimos se tornar uma força concreta em momentos de crise, assim como momentos atualização de comunidade privilegiada. (GAGO, p. 75-76)¹.

Para que o ideal de comunidade capaz de compartilhar e cooperar seja alcançado, é preciso perceber que todos os cidadãos são dignos, todos têm direito de serem vistos e tratados com dignidade, simplesmente por serem pessoas humanas.

A dignidade da pessoa humana deve ser vista como o parâmetro que fundamenta os esforços de uma nação pautada sobre a ideia de fortalecimento do todo, da coletividade. A dignidade da pessoa humana define que devem viver em condições dignas todas as pessoas, sem qualquer análise quanto à suas características, condutas, classe social, etc. Ao nascer, toda pessoa deve ter

¹ Estos desplazamientos exhiben la disputa abierta sobre la reducción-proyección de lo comunitario a un conjunto de estereotipos. Estereotipos que confinan lo comunitario a un modo ideal de socialización de tipo arcaico, en general asociado a territorios estrictamente no urbanos y a un catálogo de «usos y costumbres» ancestrales. El modo en que estas prácticas se convierten en estereotipos tiene que ver con las maneras en que se anula el carácter beligerante que tienen como virtualidad —es decir, como potencia— y que hemos visto hacerse fuerza concreta en los momentos de crisis, justamente como momentos privilegiados de actualización comunitaria.

assegurada a dignidade que irá acompanhá-la até o fim de sua vida. (SARLET, 2015).

A Carta Magna brasileira, logo em seu primeiro artigo, define que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
[...]
III - a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, CRFB, 2018);

Compreende-se, assim, que a dignidade da pessoa humana é princípio constitucional e, como tal, deve reger todas as políticas, leis, normas e ações conduzidas pelo poder público, além de permear a convivência no âmbito privado, no qual tal característica também não poderá ser ignorada. (SARLET, 2015).

A dignidade nasce com o indivíduo e o acompanha por toda a sua vida. Não existe nenhuma previsão legal para que condutas, ações ou características diversas sejam utilizadas como possibilidade de exclusão de tal princípio no que tange a vida de todo e qualquer cidadão. De fato, mesmo diante de condutas sociais reprováveis, ainda que o indivíduo seja considerado culpado por atos danosos à coletividade, ele deverá ser punido por isso, inclusive como forma de corrigir sua conduta, todavia, em todo o processo de cumprimento de sua pena, se mantém sua dignidade que está posicionada acima de suas características ou caráter, mas tem relação direta com a vida. (ASCENÇÃO, 2006). Quanto à capacidade dos indivíduos de buscarem seus anseios e necessidades sem qualquer apoio, destaca-se que:

A pessoa individual, a família ou os grupos intermediários não são capazes de alcançar seu pleno desenvolvimento por si mesmos para viver uma vida verdadeiramente humana. Daí a necessidade de instituições políticas, cujo propósito é disponibilizar às pessoas os bens materiais, culturais, morais e espirituais necessários. O objetivo da vida na sociedade é, de fato, o bem comum histórico. (NICHOLAS, 2015, p. 1. Tradução nossa).

O que fica evidente é que a dignidade da pessoa humana não pode ser alcançada apenas a partir de esforços pessoais, demandam amplo envolvimento das pessoas, dos governos e das instituições públicas e privadas que permeiam a composição desses espaços.

Ascari et al. (2016, p. 5) ressaltam que:

[...] em face do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, pode-se dizer que a pessoa é o bem supremo da ordem jurídica, o seu fundamento e seu fim. Sendo possível concluir que o Estado existe em função das pessoas e não o contrário, a pessoa é o sujeito do direito e nunca o seu objeto.

Há uma relação direta entre a ideia de **común** e a dignidade da pessoa humana, destacada logo no art. 1º da Carta Magna do país como sendo um de seus princípios norteadores, tendo-se em mente que quando se atua pelo bem da coletividade, visando assegurar a todos as mesmas condições e oportunidades de vida, atua-se em defesa da dignidade da pessoa humana, para que não tenha que viver em condições degradantes, desrespeitosas e insuficientes. (ASCARI et al., 2016).

Para alcançar o bem de todos os indivíduos como princípio norteador de uma nação, deve-se reverter a ideia de que o Estado tem poder sobre os administrados, de fato, é do povo que emana o poder, das pessoas são as decisões e, em face disso, a administração pública deve ser conduzida por elas, para elas. (TORRES GALARZA, 2018).

Muitos movimentos ocorreram durante as crises financeiras ocorridas nos países do sul da América Latina, como na Argentina em 2001, e os movimentos que ocorreram na primeira década do século, como o 15-M na Espanha e *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. Com eles, se fortaleceu uma busca por relações sociais alternativas à precariedade e à privatização da vida neoliberal. Abordar a comunidade comum, aquela na qual ocorrem formas de relacionamento que não são reduzidas à primazia capitalista da propriedade e do dinheiro, envolve diálogos voltados a outra forma de vida, articulando práticas sociais apoiadas em redes de solidariedade, ajuda mútua e cooperativismo, mesmo dentro de um universo totalmente capitalista. Nesse contexto, abordar o cuidado apresenta especificidades e dificuldades de conceituação. (DRAPER, 2018, p. 167).

O cuidado pode ser conceituado a partir de determinadas tarefas comumente citadas quando se pensa no cuidado, além disso, há uma dimensão mais global, na qual existe uma rede entrelaçando o cotidiano dos indivíduos, implicando as relações de interdependência que tornam possível a vida social. (DRAPER, 2018, p. 168).

Nos últimos anos, a palavra comunidade se tornou uma forma de apelo político, em função da força nela expressa. Na América Latina ocorreram várias experiências ligadas a movimentos sociais, organizações de base, grupos de mulheres e resistência indígena e, assim, o termo vem sendo colocado em prática e dotado de força prática e discursiva. A maioria das revoltas, insurreições e lutas da última década no continente latino-americano teve na organização comunitária um componente de autogestão capaz de lidar com a crise, sinal distintivo da capacidade coletiva de desafiar a legitimidade política do neoliberalismo. (GAGO, 2018, p. 75).

Para Alves (2016, p. 40), impera atualmente um individualismo que gera práticas desumanizantes, enquanto a vida em comunidade, a produção para todos é um ponto de retorno e de projeção para formas de vida mais solidárias, constituindo um modelo civilizatório focado nas pessoas, na vida e no ato de compartilhar para que todos vivam bem, ao invés de acumular para que alguns tenham sucesso.

A abordagem do **Común** e dos **Comunes** (bienes comunes) implica necessariamente em uma nova ética, qual seja, a ética do cuidado

[...] o cuidado é suporte real da criatividade, liberdade e inteligência. No cuidado se encontra o ethos fundamental do humano. Nele identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir. Fazer dele um modo de ser no mundo, engendrando solidariedade na esfera pública, é um farol nos labirintos que tem no horizonte a coletividade. O cuidado diz respeito a uma atitude de abertura a toda alteridade. Por isso, distingue-se da racionalidade instrumental e abre perspectiva para uma nova ética que se ocupa com o sentido da vida. (COSTACURTA; PULINO, 2017, p. 59).

“O pressuposto da Ética do Cuidado é um horizonte utópico que nos mostra que “outro mundo é possível”; que há outras formas de pensar e executar políticas públicas. Portanto, riscos e possibilidades são os desafios que temos como realidade e que precisam ser enfrentados”. (COSTACURTA; PULINO, 2017, p. 60).

Kuhnen destaca que não existem princípios absolutos no ato de cuidar, não está subordinado a regras, que definam apenas alguns comportamentos como sendo aceitos. A ética do cuidado, de fato, busca verificar quais são as questões relacionadas a cada situação e, assim, permite encontrar respostas precisas em diferentes situações. O cuidado contextualiza-se nas situações em que ocorre, não sendo moldado por julgamentos morais abstratos. “Por conseguinte, o ideal de um

cuidado universal ou um cuidado voltado para todos leva a uma abstração que nada diz sobre o que fazer em situações concretas”. (2010, p. 158).

Silva et al (2005, p. 473), em uma análise do cuidado a partir da perspectiva de Boff, enfatiza que cuidar faz parte da estrutura da pessoa humana, enquanto o cuidado “[...] se realiza no mundo com os outros. Melhor ainda: é um modo de ser-no-mundo que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas”. Nesse sentido, cuidar não se refere apenas ao cuidado pessoal, mas ao cuidado de uns para com os outros, em relações sociais diversas, como forma de melhorar os espaços de convívio das pessoas.

Boff (2005, p. 1) aborda o cuidado de forma muito ampla, referindo-se não apenas aos seus conceitos, mas à sua real aplicação na vida e no cotidiano dos cidadãos. O autor afirma que o cuidado, no Latim, significa cura, “em seu sentido mais antigo, cura se escrevia em latim coera e se usava em um contexto de relações humanas de amor e de amizade”.

Assim, a cura trazia consigo a ideia do cuidar, de que o cuidado poderia conduzir à cura, permeado por atenção, por esforços em prol da pessoa destinatária de afeto e para a qual o cuidado era conduzido. “Outros derivam cuidado de cogitare-cogitatus [...]. O sentido de cogitare-cogitatus é o mesmo de cura: cogitar e pensar no outro, colocar a atenção nele, mostrar interesse por ele e revelar uma atitude de desvelo, até de preocupação [...]”. (BOFF, 2005, p. 1).

Compreende-se, assim, que em diferentes análises de sua origem, o termo cuidar refere-se à direcionar atenção e dedicação à outra pessoa, para que esta possa recuperar-se de seus problemas, das condições que atingem sua vida.

O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de suas conquistas, enfim, de sua vida. Cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Trata-se, como se depreende, de uma atitude fundamental. Como dizíamos anteriormente, cuidado implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitude. (BOFF, 2005, p. 1).

O cuidado é uma ação, mas também um modo de ser, deve vir de cada indivíduo, não pode ser imposto, caso contrário torna-se um cuidado parcial. Além disso, esse cuidado precisa fazer parte de todas as ações, não basta um cuidado

real em algumas áreas sociais, enquanto outras são desprovidas dessa atenção das pessoas para as pessoas.

Para isso, urge desenvolver a dimensão de alma, que está em nós. Isso significa: conceder direito de cidadania fundamental à nossa capacidade de sentir o outro; ter compaixão com todos os seres que sofrem, humanos ou não-humanos; obedecer mais à lógica do coração, da cordialidade e da gentileza do que à lógica da conquista e do uso utilitário das coisas. (BOFF, 2005, p. 1).

Quando o cuidado é um esforço real, uma opção dos indivíduos e das comunidades, eles não deixam de realizar suas atividades pessoais, mas compreendem que apenas o pensamento em si não é suficiente para a reconstrução social dentro de parâmetros de justiça e respeito. Abandona-se o hábito de avaliar a todos como objetos, de buscar valor material, mas verifica-se o valor real dos indivíduos dentro de uma construção social na qual todos são influenciados (de forma positiva ou negativa) pelos acontecimentos no entorno. O autor enfatiza que “Dar centralidade ao cuidado não significa deixar de trabalhar e de intervir no mundo”. (BOFF, 2005, p. 1). O cuidado traz consigo novos significados para as ações humanas,

Significa renunciar à vontade de poder que reduz tudo a objetos, desconectados da subjetividade humana. Significa impor limites à obsessão pela eficácia a qualquer custo. Significa derrubar a ditadura da racionalidade fria e abstrata para dar lugar ao cuidado. Significa organizar o trabalho em sintonia com a natureza, seus ritmos e suas indicações. Significa respeitar a comunhão que todas as coisas têm entre si e conosco. Significa colocar o interesse coletivo da sociedade, da comunidade biótica e terrenal acima dos interesses exclusivamente humanos. Significa colocar-se junto e ao pé de cada coisa que queremos transformar para que ela não sofra, não seja desenraizada de seu habitat e possa manter as condições de se desenvolver e co-evoluir junto com seus ecossistemas e com a própria Terra. Significa captar a presença do Espírito para além de nossos limites humanos, no universo, nas plantas, nos organismos vivos, nos grandes símios (gorilas, chimpanzés e orangotangos), portadores também de sentimentos, de linguagens e de hábitos culturais semelhantes aos nossos. (BOFF, 2005, p. 1).

O cuidado pode representar uma nova forma de viver, de conviver, de agir e interagir e, assim, permitir uma reconstrução social, abandonando o individualismo para assumir a cooperação e o apoio entre todos os cidadãos.

Estimamos que agora não será diferente. Há chance de salvamento. Mas para isso devemos percorrer um longo caminho de conversão de nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e públicos, culturais e espirituais. A

degradação crescente de adolescência. Importa que entremos na idade madura e mostremos sinais de sabedoria. Sem isso não garantiremos um futuro promissor. (BOFF, 2014, p.17).

Alcântara e Sampaio (2017, p. 232) ressaltam que, atualmente, a sociedade passa por uma crise em diversas áreas, sendo o desenvolvimento o foco central das nações, um desenvolvimento econômico, financeiro, tecnológico e em outros setores do cotidiano.

Boff (2014, p. 19-21) afirma que, atualmente, o descaso é uma característica presente nas sociedades, descaso com as crianças, com abusos cometidos contra elas, com sua inserção no mercado de trabalho ao invés de estarem nas escolas, descaso com a população pobre e marginalizada, com os desempregados, com a dimensão espiritual, com as coisas públicas, com a ideia de respeito, de bem comum, com a família, entre outros fatores.

A sociedade atual despreza os sonhos, as expectativas menos racionais e mais emocionais dos indivíduos de alcançarem uma construção do grupo social como uma grande família, na qual todos são valorizados, na qual espera-se que todos estejam bem, satisfeitos, saudáveis, com condições de vida positivas, que sejam capazes de comer bem, ter uma habitação digna, um trabalho respeitoso, enfim, cada pessoa busca o melhor para si, mas a visão do grupo e de seu bem estar foi perdida ou praticamente perdida. (BOFF, 2014, p. 19-21).

O conceito do Bem Viver, “Bien Vivir/Vivier Bien” surge na região andina na América do Sul – desde o sul da Venezuela ao norte da Argentina – e deriva por um lado, do Quechua (runa simi) e, por outro, do Aimara (aymará jaya mara aru), que são idiomas pré-hispânicos da região andina. Outras línguas indígenas, como os tupí-guaranis, também mencionam esse termo. O debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere reflexão sobre o sentido de Bem Viver, o qual se relaciona a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política, ética. Nessa perspectiva, há necessidade de amadurecer o diálogo sobre o tema Bem Viver como uma proposta alternativa de desenvolvimento, quando se pensa a relação sociedade e natureza. (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, p. 233).

Assim sendo, o bem viver, o bem estar, a qualidade de vida, são conceitos variáveis, estão atrelados à cultura e peculiaridades de cada nação, no entanto, pode-se dizer que, de forma geral, bem viver é sentir-se respeitado, ter os direitos assegurados, ter acesso a serviços básicos e minimamente essenciais para a manutenção das condições de vida, bem viver é mais do que sobreviver em um

grupo, mas trocar com as pessoas suas visões, compartilhar os fatos positivos e dividir as cargas decorrentes da crise social e dos resultados dela sobre as condições de vida, sem que, para isso, uma população menos favorecida seja eleita como menos valorizada ou menos importante para a construção social. “Nesse sentido, o Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, vestimenta e habitação, por exemplo), o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente”. (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, p. 234).

Boff (2014, p. 24-26) ressalta que as sociedades perderam, em alguma proporção, a capacidade de cuidar apenas pelo fato de sermos todos indivíduos de direitos, pessoas humanas que precisam e merecem apoio, atenção e afeto. Não basta mecanizar o cuidado, oferta-lo apenas em serviços específicos, ele deve fazer parte do cotidiano de todos. Certamente que esses serviços são importantes e, quando faltam há uma sensação de ausência total de cuidados por parte do Estado, porém, é preciso que as pessoas entendam que podem e devem ofertar cuidados e atenção umas às outras, levando à construção de um novo espaço social.

O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade. Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis. Nesses termos, o diálogo em torno do Bem Viver sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade. (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, p. 237).

Compreende-se, assim, que cuidado e bem viver são conceitos que seguem atrelados, não se pode bem viver se não se recebe cuidado para que a qualidade de vida, a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a cultura e o acesso aos direitos sejam assegurados a todos. O cuidar não se refere apenas ao próprio indivíduo, para que seja um paradigma universalmente adotado, o cuidado precisa contemplar a todos, de forma justa e igualitária. Quando o cuidado for adotado como forma de atender a si e aos outros, será possível alcançar um bem viver, além de uma considerável capacidade de compartilhar os bens que devem ser do alcance de todos, mas que acabam sendo usufruídos apenas por alguns.

Aquino e Zambam (2017, p. 107) apresentam uma análise do cuidado de forma mais ampla, citando-o como o cuidado com o meio ambiente, com as pessoas, a equidade social e as futuras gerações, tornando-se um compromisso fundamental para manter condições mínimas de sobrevivência humana, bem como de todos os recursos naturais. A Terra seria uma casa comum, uma casa que pertence a todos e que por todos deve ser cuidada, protegida. O homem, para que cuida de casa comum, deve reconhecer a importância dos espaços para a vida, além de ter consciência sobre sua responsabilidade solidária e cooperativa em relação aos outros homens, além dos demais seres vivos.

La “Casa Común” es la casa de todos los seres humanos y no humanos; la conciencia del cuidado, asociada actualmente, con la percepción de que los recursos naturales y ambientales son finitos, aguza con mayor intensidad la prerrogativa de la responsabilidad común. (AQUINO. ZAMBAM, 2017, p. 108).

O cuidado não quer dizer somente olhar para si e reconhecer os limites da uma condição e da natureza humana, é preciso sentir, compreender as angústias, reconhecer a opressão e a miséria causadas aos seres vivos, compartilhando entre todos a percepção dos impactos sobre a vida. Mesmo aqueles seres que não se comunicam sob o mesmo critério linguístico e racional humano precisam ser considerados como importantes e, assim, protegidos. A Terra clama por ajuda e cabe ao homem fazê-lo como forma de cuidado, que ultrapassa sua preocupação consigo e alcança todos os demais, inclusive aqueles que ainda virão nas próximas gerações. A partir do cuidado real, todos terão a possibilidade de se desenvolver, em equilíbrio e de forma harmônica, evitando que esse desenvolvimento ocorra às custas da degradação de um espaço que é de todos e para todos. (AQUINO. ZAMBAM, 2017, p. 108).

Compreende-se, assim, que quando se fala de cuidado, ele não abrange apenas as pessoas, mas os espaços, a Terra, os recursos naturais, enfim, o cuidado envolve a vida e todos os fatores que são indispensáveis para que ela se mantenha e ocorra de forma justa e digna para todos. Cuidado não permite exclusão, cuidado envolve todas as formas de vida e todos os esforços para que elas se perpetuem com segurança. (AQUINO. ZAMBAM, 2017, p. 108).

A comunidade e o ideal comunitário serão construídas, assim:

[...] una multiplicidad de funciones, tareas, tiempos y apuestas y hace de «infraestructura» móvil: como un saber-hacer de ensamblajes que permiten también variar el significado mismo de lo comunitario. No solo alojado y confinado en el taller textil, sino como un recurso también para las líneas de fuga. Las mujeres son la clave de esa función tejedora: a la vez niñeras, limpiadoras y costureras, pero también feriantes y, aunque pocas, algunas tratan con los intermediarios de las marcas que encargan los trabajos. Al cuidado propiamente doméstico se suma un tipo de cuidado en las tareas de costura, una vigilancia cotidiana respecto a la inserción en el barrio, y un ansia de integrar a la ciudad y a una serie de posibilidades de estudio futuras. (GAGO, 2018, p. 79).

Havendo-se compreendido que o cuidado é mais do que uma ação temporária de dar atenção à outra pessoa, mas se trata de um esforços contínuo para que todas vivam adequadamente em uma sociedade justa e digna, parte-se para a análise da demodiversidade com foco na realidade de que povos diversos precisam de sistemas democráticos capazes de reconhecer e valorizar essa diversidade de forma igualitária.

Será conduzida uma análise da democracia a partir de postulados teóricos, a importância da demodiversidade como ferramenta de reconfiguração da democracia, além do papel dos bienes comunes para a construção de uma democracia ampla, focada na comunidade, suas necessidades e expectativas.

3 DEMODIVERSIDADE: A DEMOCRACIA LIBERAL INTERPELADA POR NOVAS NARRATIVAS POLÍTICAS COLABORATIVAS

Este capítulo dedica-se à análise da demodiversidade frente à democracia, conceitos essenciais para a construção de sociedades nas quais o comum não é apenas uma teoria, mas um princípio real e presente.

Inicia-se a partir de uma análise dos postulados teóricos que permeiam a democracia em sua formação e seu andamento no mundo, enfatizando-se que a democracia trata-se de fato, da participação popular na tomada de decisões a respeito dos destinos de sua nação. A democracia atual, porém, está fortemente atrelada ao capitalismo e, assim, deixa de cumprir o papel de gerar debates entre os cidadãos, dedicando-se à obtenção de lucros como sendo seu foco. Além disso, trata-se de uma democracia superficial, incapaz de enfrentar os desafios que a cercam de forma adequada. Para que se efetive, mudanças se fazem urgentes:

Sem uma profunda **refundação da democracia**, poderemos chegar à conclusão a curto prazo de que não é possível corrigir por via democrática as distorções cada vez mais grotescas dos processos democráticos reais, como, por exemplo, o **golpe parlamentar-mediático-judicial** no **Brasil** que fez descer a qualidade da **democracia brasileira** de maneira dramática. Se era antes de baixa intensidade, é agora de baixíssima intensidade. (SANTOS, 2016, p. 1).

A democracia brasileira necessita de novos olhares e formulações mais aprofundadas para que se reconstrua em bases que, de fato, condizem com sua característica de levantar o debate e ouvir as vozes de cidadãos.

Na sequência aborda-se a demodiversidade e seu papel em uma possível reconfiguração da democracia. A democracia não pode ser engessada, assumir uma característica e jamais aceitar alterações. Como se trata da participação popular na tomada de decisões, então deve-se aceitar que as necessidades dos cidadãos mudam e, com isso, a forma como a democracia é conduzida também deve seguir caminhos diversos, nos quais todos os cidadãos possam ser valorizados.

Uma nação, em nenhum momento, é composta por apenas um tipo de cidadãos, cada pessoa é singular e, assim, suas inúmeras características formam os grupos sociais. Além disso, diferentes culturas fazem parte de um grupo, deixando evidente que os moldes democráticos precisam ser diversos para englobar todas

essas especificidades que se misturam na formação de um espaço. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 206).

Por fim, este capítulo dedica-se à uma análise dos bens comuns em um cenário democrático, buscando ferramentas que permitam, de fato, a participação comunitária.

O **común** que se reivindica não é uma garantia de que todas as pessoas tenham acesso a alguns bens, muito além disso, as lutas sociais demonstram que a todos cabe respeito, todos devem ser ouvidos e considerados como únicos dentro de um grupo amplo e, assim, valorizados por si. Essa ideia de **común** refere-se à uma nova visão do âmbito social, ultrapassando-se o capitalismo desmedido e chegando a um patamar no qual a busca central dos governos seja atender as pessoas. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 21).

3.1 UMA ANÁLISE DOS POSTULADOS TEÓRICOS DA DEMOCRACIA

Atualmente, entre os diversos temas de debates políticos atual, não se encontra outra questão que leve a uma gama tão variada de opiniões e percepções quanto a palavra democracia. Existem acordos e desacordos constantes sobre o tema, pois as concepções políticas do que seria a democracia diferem amplamente entre si. *“Hay un consenso mayoritario para considerarla el único sistema político legítimo, la única forma de gobierno dotada de una legitimidad universal”*. (SAÍZ, 1999, p. 1). A ideia de que a democracia é a única forma legítima de governo, sem dúvidas, está amplamente difundida, porém, não basta para que a interpretação da palavra ocorra de modo homogêneo em todos os locais e entre todos os grupos.

Mais do que conceituar o termo democracia, o que pode até parecer uma atividade simples, é preciso olhar através das teorias e perceber o que a democracia significa e o que deve significar na prática. A democracia que busca ser mais do que uma forma de impor decisões ao povo passa, sem dúvidas, por desafios consideráveis e, assim, precisa ser não apenas conceituada sob um prisma teórico, deve ser analisada e reanalisada a partir da perspectiva de sua construção histórica até sua chegada ao momento atual. (PRECIADO-CORONADO, 2014, p. 48).

De forma semelhante, Lima e Annunziato (2018, p. 49) enfatizam que a democracia é um conceito genérico, tão somente refere-se ao sistema de governo

construído a partir de um ideal de poder que deve emanar do povo, organizando as relações que ocorrem entre os governantes e seus governados. Novamente pensando-se na questão teórica, a democracia faz com que os cidadãos elejam seus representantes e esses devam tomar decisões de acordo com as necessidades da população.

Todavia, tratam-se de conceitos extremamente positivos enquanto fontes de um saber que não ultrapassa o papel, porém, quando transferidos para um cenário real, quando avaliados a partir da visão dos governados, então percebe-se que há uma distância expressiva entre o que é teoricamente defendido e aquilo que é praticamente aplicado, e essa diferença não é atual, consolidou-se ao longo dos anos.

Para que se possa abordar a democracia em sua ampla diversidade, inicialmente é preciso destacar um pouco de sua evolução histórica no mundo, destacando que data de mais de 3 mil anos no passado o intuito de inserir a participação popular na tomada de decisões das nações, conforme ressalta Bonifácio (2013, p. 388):

A ampliação da participação popular como uma característica constitutiva de regimes políticos entendidos como democráticos tem suas raízes no que se chama “democracia direta ateniense”. Tal tipo de experiência foi levado a cabo há cerca de 3 mil anos, o que indica uma longa relação entre democracia e participação. Essa sólida relação transborda a arena da política e chama a atenção dos filósofos e cientistas políticos, que há muito produzem reflexões a respeito e constroem um extenso arcabouço teórico que oferece distintas visões sobre o tema.

Já ressaltava Bonavides (2010, p. 286-287) que a democracia, no perpassar dos anos, passou por mudanças e enfrentou dificuldades para que fosse aceita. Ofertar ao povo o direito de participação na vida política de sua nação nem sempre foi do interesse dos governantes e, para alguns, configurava-se como um risco que não era necessário ou adequado. Acreditava-se que apenas pequenas minorias poderiam participar da vida política da nação, por serem representantes de classes sociais mais elevadas e, assim, com maior acesso à cultura e capacidade de compreensão do cenário social em que estavam inseridos.

O andamento histórico demonstra que houve uma maior aceitação entre as nações com maior poder econômico de democracias que se diziam defensoras da população, mas que em sua atuação real defendessem o desenvolvimento

econômico, o capitalismo e a luta interna e externa para que se tornassem competitivas e contribuintes para o enriquecimento.

Aos mais pobres e com menor nível educacional, o passado em muitas nações reservava o esquecimento, a exclusão da vida política e, muitas vezes, do próprio contexto social. Eram considerados adequados ao trabalho, a ofertar sua força e mão de obra para o atendimento das necessidades das classes mais abastadas, mas não seriam ouvidos, tampouco considerados como cidadãos de direitos para os quais as políticas públicas deveriam ser direcionadas. (BONAVIDES, 2010, p. 287-288).

Chomsky (1999) já destacava que a democracia foi vista como um risco, uma possibilidade de que as pessoas passassem a exigir maior valorização e, quando os Estados se esforçavam nesse sentido, visando evitar a exploração de seus cidadãos, eram vistos como fracos, inadequados ao contexto econômico mundial e tratados como ameaças que precisavam ser neutralizadas.

O último quarto do século foi palco da chamada terceira onda da democratização, após o declínio dos regimes autoritários no sul da Europa, o esgotamento das ditaduras militares na América Latina e o fim do bloco soviético, que aumentou o número de democracias no mundo. No entanto, onde termina a validade do argumento aritmético, começa a controvérsia sobre a natureza da democracia. O fato de existirem sistemas mais democráticos não implica que todos sejam iguais. Por exemplo, as democracias francesas ou britânicas são comparáveis aos regimes que surgiram na Europa Central e Oriental após 1989? (SAÍZ, 1999).

A euforia causada pela democratização dos sistemas da Europa Oriental deveu-se mais ao desaparecimento dos vestígios de um poder totalitário do que à sua comparação com outras democracias europeias mais sólidas. Por outro lado, a existência de mais democracias não deve nos fazer esquecer dos desafios que enfrentam no horizonte do final do século. No caso das transições para a democracia que surgiram após o fim da União Soviética, a política é muito condicionada pelo retorno à economia de mercado e pelos problemas derivados da exclusão de nacionalismos, enquanto nas democracias ocidentais a política é condicionado pela economia, globalização, novas tecnologias e multiculturalismo. Em suma, a unanimidade sobre a legitimidade da democracia como sistema político

coexiste com a diversidade de abordagens sobre seu significado diante dos novos problemas que deve enfrentar hoje. (SAÍZ, 1999, p. 1).

É imperativo destacar que em uma democracia real, construída não apenas a partir de preceitos teóricos, mas que leva em consideração a realidade de toda uma nação, os cidadãos são vistos como elemento central das ações do Estado e dos governantes.

Todos os regimes possuem governantes e governados e um domínio público, mas apenas será considerado um regime democrático dependendo da forma como trata sua população. Historicamente muitas restrições foram impostas à cidadania em regimes democráticos emergentes ou parciais segundo critérios de idade, gênero, classe social, raça, alfabetização, direito de propriedade, status de pagador de impostos etc. Somente uma parcela minoritária da população era elegível para poder votar ou candidatar-se a algum cargo público. Somente algumas categorias sociais podiam compor, agrupar-se ou manter associações políticas. (LIMA; ANNUNCIATO, 2018, p. 50).

O que se extrai do texto é que a história da democracia foi permeada por regimes que se classificavam como democráticos, mas que não se caracterizam realmente dessa maneira. Enquanto pregava-se uma democracia, o que se via era um processo de dominação, sempre haviam mais fortes para dominar e mais fracos para se submeter.

Somente após séculos de combate – em alguns casos com crises internas gravíssimas ou mesmo guerras mundiais – é que se conseguiu que essas restrições fossem eliminadas. Atualmente, os critérios formais para a inclusão são bastante semelhantes em todos os tipos de democracia. Apesar de certas restrições informais para o exercício legítimo dos direitos do cidadão ainda poderem ser presenciadas em vários países que adotam o regime democrático. É por isso que devemos nos ater aos procedimentos de forma bastante detalhada quando queremos compreender o funcionamento dos regimes democráticos, pois sutilezas inerentes à forma de acesso aos cidadãos na participação política podem revelar diferenças cruciais no tipo de democracia de uma sociedade em comparação com outra, mesmo quando, aparentemente, seus procedimentos se assemelham. (LIMA; ANNUNCIATO, 2018, p. 50).

O passar dos anos fez com que a democracia não fosse mais considerada suficiente apenas por tal título, os movimentos sociais passaram a exigir que mais do que um governo afirmar ser democrático, por ter sido escolhido a partir do voto popular, ele atuasse de forma democrática, devolvendo aos eleitores, favoráveis ou não ao governo, uma atuação pautada na pessoa. Esses esforços seguem ocorrendo, porém, de forma diferenciada em face de que a democracia não é única.

Silva (2012, p. 256) chama a atenção para a importância da Venezuela, Bolívia e Equador no desenvolvimento histórica da democracia na América Latina, em função de sua atuação para a refundação das instituições populares e o modo como direcionaram seu solhares para a insatisfação popular.

Sobre a Venezuela, o autor destaca:

O processo refundador venezuelano, iniciado a partir da eleição para presidente de Hugo Chávez em 1998, apresenta desde então transformações, de forma alguma unidirecionais, com indefinições, quebras e transições mais sutis. Transformações, no entanto, que levaram de um processo de refundação do Estado, da República (fundando a “V República”), a uma tentativa de lançamento de uma transição mais profunda a uma nova sociedade e economia, (in) definidas de forma geral como “socialismo do século XXI”, “um conceito vago associado a valores como a solidariedade, a fraternidade, a justiça, a liberdade e a igualdade). (SILVA, 2012, p. 257-258).

Esse processo valorizada a participação, a inclusão das pessoas e a valorização de seus saberes, de suas dúvidas e de suas insatisfações para a construção de um novo cenário político democrático.

Quanto ao papel da Bolívia nessa evolução e construção histórica, pode-se afirmar que:

O caso boliviano é distinto do venezuelano, em suas concepções democráticas e desenvolvimento posterior. O Movimento ao Socialismo (MAS), seu líder e as forças sociais que eles agregam desde o processo de construção contra- -hegemônica que os levou ao poder, apresentam, no entanto, uma característica comum ao desenvolvimento chavista: a pluralidade ideológico-identitária, que se traduz na complexidade do projeto e igualmente de sua visão de democracia. Como desenvolvi em trabalho anterior, o MAS se equilibra entre correntes indigenistas, nacional-populares e de esquerda “tradicional”. Assim se desenvolveu seu governo nos primeiros anos, e se construiu uma concepção plural de democracia, que preservou os elementos representativos (ainda que não em chave precisamente liberal), fomentou a participação e defendeu valores de uma “democracia comunitária” associada a ideias de coletivismo, consenso mediante debate, assembleísmo e cooperativismo – que deveria fazer-se presente nas organizações populares e movimentos sociais, nos espaços locais de autonomia territorial, e ser reconhecida pelo Estado plurinacional. (SILVA, 2012, p. 262).

Nesse sentido, a reorganização democrática boliviana direcionou os olhares para os cidadãos de forma muito mais ampla, valorizando todas as populações, os ideais de cooperação e participação comunitária e de apoio entre todos para a evolução do coletivo.

Por fim, quanto ao caso do Equador, o autor enfatiza:

A refundação levada a cabo no Equador por Rafael Correa e seu movimento Pátria Altiva e Soberana (PAÍS) está num ponto de desenvolvimento preliminar em relação aos casos anteriores, e parece mais moderada que seus congêneres, basicamente por duas razões: o perfil do líder e de seu movimento (o primeiro mais moderado e desenvolvimentista, o segundo mais difuso e “cidadão”); e o fato de se constituir descolado movimento indigenista, que lhe faz oposição. Aqui também se dedica especial atenção às modalidades de democracia participativa e direta, e foram desenvolvidos mecanismos plebiscitários e de consulta e apoderamento popular. Correa e seu movimento assumiram uma modalidade de governo “decisionista”, um esforço de “campanha permanente” associado “a uma variedade extrema de presidência plebiscitária”. No entanto, as modalidades de democracia representativa não chegaram a ser contestadas. (SILVA, 2012, p. 266-267).

Percebe-se, assim, que no caso do Equador, há uma visão ainda mais cidadã da construção democrática, valorizando-se os elementos ecológicos como tendo papel essencial para a manutenção da vida e para o desenvolvimento equilibrado, no qual há alcance de condições melhores, sem que para isso se justifique a destruição do meio ambiente que cerca as pessoas e é indispensável para que sigam vivendo. (SILVA, 2012, p. 267).

Esses são apenas alguns exemplos, outros esforços ocorreram no desenvolvimento histórico da democracia, alguns com maior outros com menor índice de sucesso, mas todos com alguma contribuição para a construção da visão atual de democracia.

Compreende-se, diante do exposto, que a democracia pode apresentar diversas formas, a **chamada demodiversidade**. Em cada país adota-se um modelo específico de democracia, ainda que a ideia central, a do poder que emana do povo, deva estar presente em todas elas. Democrático é o cenário no qual os cidadãos podem escolher, faz parte de seus direitos selecionar entre opções que se apresentam, apontando aquela que, de acordo com a maioria, é considerada a mais adequada. (FLORIAN, 2014).

Hashizume (2012) ressalta, porém, que nem todos os modelos democráticos são efetivos, destacadamente voltados à população, surgindo as democracias de baixa intensidade, nas quais o poder de decisão recai sobre os cidadãos, porém, apenas no que tange a seleção de seus governantes, quanto aos demais fatores, são decididos pelos próprios governantes, sem consulta aos cidadãos.

Baptista (2010, p. 492-493) conceitua a democracia como sendo:

A concepção de democracia de que se partirá aqui é o ideal da isocracia. Por isocracia entende-se a igualdade de recursos políticos dos cidadãos ao longo de todo o processo decisional. Noutros termos, mais gráficos, pode-se imaginar a realização absoluta deste ideal da seguinte forma: uma circunferência perfeita traçada a partir de um centro. O centro representa o poder político e os inúmeros pontos que constituem a linha da circunferência, os cidadãos da comunidade. Todos os cidadãos, por definição, estão equidistantes em relação ao poder político. Como se verá com mais profundidade, aquando da resposta às objecções dworkinianas às concepções processuais de democracia, o conceito de poder de que aqui se parte engloba tanto a capacidade de influir diretamente (poder de impacto), como indiretamente (por meio da influência exercida sobre terceiros), no processo de produção das normas e práticas que governam a comunidade política. Acrescente-se: a isocracia é o ideal da tendencial eliminação dos obstáculos à igual participação política e não o da efetiva igual participação. É a igualdade de recursos políticos, e não o exercício igual desses mesmos recursos, que se busca com a isocracia. Note-se: o ideal não se refere a uma realidade estática; refere-se a um processo contínuo (a política não começa ou acaba com os períodos eleitorais, por exemplo) caracterizado pela igualdade política das partes ao longo do mesmo.

De forma simplificada pode-se dizer que a democracia envolve um "conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados". (BOBBIO, 2015, p. 27).

A análise da democracia passa por uma dificuldade apontada considerável, o fato de que a democracia envolve tanto uma ideia quanto um conjunto de práticas institucionais forjadas da Grécia, trazidas para o presente e que busca uma convergência entre várias tradições do pensamento político. Muitos casos são inconsistentes entre si e revelam inúmeros problemas para os quais parece não haver resposta definitiva. Estar ciente dessa realidade que afeta a própria natureza da democracia não evita a tarefa de repensar seus problemas. (SAÍZ, 1999, p. 1-2).

Sua busca é, ou deveria ser, a identificação da vontade coletiva, de modo que esta deve prevalecer sobre o grupo. Não se trata de desrespeitar alguns, mas ouvir a maioria e, com isso, aproximar a vontade da população com as decisões políticas de sua nação. Pensando-se na questão eleitoral, o voto da maioria define os governantes que irão reger os espaços de convívio de todos, demonstrando que a coletividade deve ser o foco antes da individualidade. (BOBBIO, 2009; BOBBIO, 2015).

A democracia é o sistema de governo de diferentes países, e foi desenvolvida com o intuito de inserir os cidadãos na política, não para que fossem

expectadores, mas agentes de mudança. O objetivo era de que o Estado não fosse o detentor do poder, mas um representante da vontade da população, capaz de organizar recursos, políticas e ações para o bem de todos. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ocorre, porém, que o sistema sofreu mudanças, perdeu qualidade e importante características em alguns países, enfraquecendo-se e permitindo que o Estado assumisse um papel de superioridade, de dominação sobre os cidadãos que pouco ou nada poderiam fazer para alterar o cenário que lhes parecesse inadequado ou fosse insatisfatório. (DARDOT; LAVAL, 2017).

Na América Latina muitos discursos políticos ressaltaram a necessidade de aprofundamento e expansão da democracia, principalmente dos políticos que se intitulam de esquerda e, assim, afirmam que o poder não pode apenas emanar do povo, mas deve ser conduzido com foco no povo. A ideia é que os grupos então excluídos passem a ser vistos como foco da atenção e das políticas públicas, alcançando a mesma valorização que os demais. Todavia, é preciso ressaltar que se trata de um projeto democrático-participativo que ainda não foi colocado em ação. (HASHIZUME, 2012).

Sobre a esquerda, Santos (2016, p. 74) conceitua como sendo:

[...] o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que assim procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade. A essa alternativa foi dado o nome genérico de 'socialismo'.

Verifica-se, assim, que as teorias de esquerda, em sua essência, são voltadas para a população e para a valorização das pessoas dentro do âmbito social, não cabe a avaliação de acordo com classe social, raça, religião ou qualquer outro fator, de fato, as minorias devem ser apoiadas para que alcancem as mesmas condições e tenham as mesmas oportunidades que os demais e, assim, se desenvolva uma igualdade maior do que apenas na teoria, uma prática de valorização igualitária para todos. (SANTOS, 2016).

Negri e Hardt (2016) aduzem que diante de uma democracia ampla, plena e efetiva, na qual o Estado é representante da vontade do povo e em prol dessa

vontade direciona suas ações, o bem comum se torna mais alcançável, pois a ideia de benefício para a população já está disseminada e faz parte das concepções desse governo, de modo que não se trata de uma novidade desconhecida o esforço de alcançar benefícios para as pessoas antes dos benefícios próprios ou de alguns grupos de poder aquisitivo superior.

Moises (2010, p. 270) procedeu de um estudo junto a cidadãos brasileiros e verificou que a confiança do brasileiros na democracia vem aumentando e se fortalecendo, por outro lado, de forma muito contraditória, existe uma considerável desconfiança quanto aos órgãos públicos que atuam nessa democracia e, assim, percebe-se que no cenário brasileiro tanto o conceito exato de democracia quanto os órgãos que deveriam atuar em prol dela ainda não são amplamente conhecidos e compreendidos.

Santos (2016), de modo semelhante, afirma que a democracia é vista por muitos cidadãos como o direito de votar e, assim, acreditam que enquanto esse direito lhes é assegurado, estão vivendo em uma democracia no sentido mais amplo da palavra. Ocorre, porém, que estão inseridos em uma democracia superficial, sendo que seu direito mais essencial, o de tomar parte nas decisões que afetam diretamente sua vida, não lhes é assegurado.

Bobbio (2009) destaca que a democracia trata-se de um sistema de governo muito efetivo, por meio do qual a vontade da maioria é ouvida e respeitada, porém, tal sistema tem futuro, apenas, se for conduzido com vistas à inserção da população nos governos, sua participação não pode se resumir aos pleitos eleitorais, mas as decisões da vida pública, aquelas que afetam diretamente o modo como os cidadãos são tratados e vivem dentro de sua própria nação, também devem ter como base a visão das pessoas.

Sobre o tema Moisés (2010, p. 271) define que:

Com efeito, sem que os membros da comunidade política sejam motivados a recorrer às instituições e referenciar a sua ação por elas, as principais promessas da democracia – como a liberdade política, a igualdade dos cidadãos perante a lei, os seus direitos individuais e coletivos, e a obrigação dos governos de prestarem contas à sociedade de suas ações – ficam limitadas às formalidades da ordem constitucional.

Além disso, é preciso que sejam desenvolvidas ferramentas para a avaliação da satisfação dos indivíduos para com o governo, com suas políticas e os resultados

obtidos, para que a percepção dos pontos negativos sirva de base para estratégias de mudança, de melhorias e de ressignificação. Essas ferramentas devem ser:

Criadas para assegurar a distribuição do poder na sociedade e também a possibilidade de os cidadãos, em sua condição de eleitores, avaliarem e julgarem o desempenho dos que governam em seu nome, o descrédito ou a desvalorização pública das instituições podem provocar o seu esvaziamento e a perda do seu significado. (MOISÉS, 2010, p. 271).

No Brasil, a democracia está estabelecida desde 1988, quando a promulgação da Constituição Federal definiu claramente o regime democrático como sendo aquele em vigor na nação e, como tal, regendo suas atividades. O primeiro artigo define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, com o intuito de assegurar:

[...] os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]. (BRASIL, CRFB, 2018).

Aprofundar a democracia, torná-la realmente participativa é uma ferramenta extremamente importante para a construção de uma sociedade na qual a coletividade tem mais valor do que os benefícios para alguns cidadãos ou pequenos grupos. Para isso, o pluralismo jurídico tem papel fundamental, conforme será analisado a seguir.

Uma sociedade é construída a partir da interação de seus cidadãos, devendo-se recordar que cada um deles é singular. Ainda que existam semelhanças entre eles, nenhum é igual ao outro e, assim, a sociedade é plural, ou seja, heterogênea em sua construção. (TORRES GALARZA, 2018).

Na democracia o poder emana do povo, de modo que cabe aos cidadãos proceder de uma das escolhas mais importantes de uma nação, a de seus governantes. Não basta, porém, que a participação popular se limite ao pleito eleitoral, é preciso que as decisões que afetam sal vida sejam tomadas, também com base em suas percepções, necessidades e expectativas.

Bobbio (2009) afirma que a democracia é um regime de governo de extrema importância, considerando-se que a população é ouvida e a vontade da maioria atendida. Todavia, atualmente existe uma democracia muito superficial, que não

inclui, de fato, os cidadãos na tomada de decisões diversas. Para que isso ocorra, uma mudança de cultura e de visões sobre esse sistema precisa ser adotada e disseminada entre diferentes populações.

Uma nação verdadeiramente democrática ouve seus cidadãos e valoriza suas ideias, pois são eles que convivem diretamente com os problemas e, assim, apresentam conhecimentos relevantes que podem conduzir à solução dos mesmos de forma efetiva, rápida e, muitas vezes, com custos relativamente baixos.

A democracia, apesar de seu amplo valor para a formação de sociedades justas e respeitadas para todos os cidadãos, vem passando por uma crise considerável na maioria dos países nos quais foi adotada. Na América Latina, esta crise é considerável e transformações vêm sendo conduzidas com o intuito de conduzir a nações sólidas e participativas, tanto no cenário interno (participação da população), quanto no cenário externo (participação mundial com respeito às características de cada país). Ao longo dos últimos anos, os povos da América Latina conseguiram reduzir a pobreza, exclusão social, jovens vêm acessando a educação de forma mais ampla, com possibilidade de ingressar em instituições de nível superior. Em muitas famílias, esses jovens são os primeiros a conseguir uma formação superior, o que permite que tenham acesso, também a melhores oportunidades de trabalho, obtenção de renda e apoio financeiro ao grupo familiar. (GENTILI, 2016).

Apesar dessas alterações positivas e importantes para a população, a crise não atinge somente a democracia social, participativa, deliberativa e popular, mas também a democracia representativa e republicana, mesmo em sua versão mais tímida reformista. Trata-se de uma crise da democracia burguesa, na qual os cidadãos atuam unicamente como eleitores ocasionais. O que resta a eles é acreditar que a substituição de governantes poderá gerar seu bem-estar e defender seus interesses e direitos. (GENTILI, 2016).

Enquanto existem casos nos quais a população sequer pode votar, em outras esse voto não consegue representar as expectativas e necessidades das pessoas e, assim, Gentili (2016) ressalta que são pessoas votando contra as pessoas ou, em outras palavras, o voto não leva à eleição de um governo realmente preocupado com as necessidades, dificuldades e direitos das camadas menos favorecidas da população.

En Paraguay y Honduras, dos golpes de Estado derrocaron sus gobiernos democráticos ante la casi total indiferencia mundial. 52 millones de brasileños y brasileñas votaron por Dilma Rousseff, lo cual poco importó a la hora de destituir la mediante un golpe infame que ha puesto a Brasil al borde del abismo autoritario. Colombia avanzó en el inmenso desafío de construir una paz duradera que acabara con más de medio siglo de guerra. Sin embargo, más del 65% de la ciudadanía no se pronunció en el plebiscito convocado a tal fin. Así, menos del 20% del total de los votantes se expresaron en contra de la cuerdo de paz, lo cual alcanzó para ganarla consulta. Un hecho que expresa sin eufemismos la fragilidad de una democracia en la que, ante asuntos de la mayor relevancia, la ciudadanía siquiera se siente interpelada a opinar. En todos los países de la región aumenta el abstencionismo. (GENTILI, 2016, p. 12).

Identifica-se, assim, que a democracia existe, em muitas nações, apenas como uma teoria, um nome, já que a vontade das pessoas, seus interesses e expectativas não são, de fato, levados em consideração, seja na tomada de decisões simples como das mais complexas e incidentes sobre suas vidas.

Para Pizzorno (2017, p. 18), ao abordar o chamado “direito de voto” conferido à população nas nações democráticas, deve-se considerar que:

Si el elector es un agente racional, ¿por qué realiza un acto tan irracional como el de ir a votar? El votar, como cualquiera puede facilmente deducir, no produce ninguna utilidad, o en el mejor de los casos una utilidad sólo infinitesimalmente mayor que cero, ya que la probabilidad de que ese voto sea decisivo para la elección de un candidato es infinitesimalmente baja, como lo es la probabilidad de que la elección de ese candidato sea después decisiva para la aprobación de las políticas deseadas. Se podrá objetar que también el costo de ir a votar es muy bajo, y que por consiguiente se puede ser inducido a incurrir en él aún si la utilidad que se espera es prácticamente nula. Esto parecería ser confirmado por el hecho de que cuando por alguna razón (mal tiempo, distancia, compromisos de trabajo y similares) los costos de ir a votar aumentan, la participación electoral disminuye. Pero justamente esta circunstancia confirma la insuficiencia de la explicación de los bajos costos. Porque aun aumentando los costos —y los costos pueden aumentar: piénsese hasta en los riesgos físicos para quien acude a votar en momentos en que la democracia se ve amenazada— una gran cantidad de personas continúa yendo a votar, y esto sin ninguna utilidad. ¿Entonces por qué?

O autor afirma que o voto é visto pelos cidadãos como uma de suas únicas armas ou ferramentas na busca por mudanças significativas, reais e que tragam novos tempos para povos cansados, exauridos pela exploração e pelo dever de gerar lucros que não revertem em vantagens para a própria população. O ato de votar, ainda que pareça sem sentido e sem grandes benefícios para as pessoas, demonstra seu desejo de alcançar alguma mudança e, assim, os pleitos são

identificados como o momento no qual sua voz tão ignorada será, finalmente, ouvida, ainda que de modo parcial. (PIZZORNO, 2017).

Votar, para muitas pessoas, é mais do que indicar o nome do governante que gostaria que comandasse seu país, é sua expressão de luta, seu esforço de mudança e sua demonstra de satisfação ou insatisfação diante da realidade vivida. Pode ser uma utopia, um esforço sem grandes frutos, mas deixar de votar seria como acomodar-se diante de tudo aquilo que não está a contento e não existem sinais de mudança para esses pontos. (PIZZORNO, 2017).

Na América Latina, ao longo dos últimos anos, se fortaleceu a consciência quanto ao valor, à necessidade de respeito e proteção ao regime democrático, com base nas experiências vividas por ditaduras militares nas quais os direitos foram ignorados e as pessoas nada mais eram do que seguidoras mudas do regime, não podiam manifestar-se, opor-se a ele se quisessem proteger suas vidas e suas famílias. No presente, a valorização da democracia está atrelada à percepção do povo de que é preciso ouvir a voz de cada um dos cidadãos, sendo que a expressão dos desejos da maioria deverá prevalecer, evitando-se um domínio no qual o silêncio impera entre as pessoas. (GENTILI, 2016).

Ramirez et al (2015) enfatizam que existe uma visão de democracia que precisa ser amadurecida e esclarecida para que as transformações necessárias e significativas ocorram na América Latina. Existe, no presente, a visão da democracia como sendo um regime no qual a população tem o direito de eleger seus governantes, de fato, resumindo-se sua soberania a isso, ao ato de votar. Certamente que o direito de voto é essencial, porém, quando somente ele é considerado suficiente para o alcance da democracia, cria-se uma visão parcial, incompleta e que permite que os cidadãos sejam representados por seus governos, não ouvidos ou levados em consideração por eles.

É importante esclarecer, ainda, que a democracia pode ser conduzida sob diferentes configurações, cada uma delas com especificidades que não se confundem com as demais.

A democracia comunitária envolve muito mais do que o ato de votar para a seleção de um governante, ela tem início nessa ação, porém, abre-se de forma considerável sobre as pessoas e os espaços sociais. É preciso compreender que quando se observa a democracia apenas sob o âmbito da política, são englobados

os partidos e as instituições representativas, porém, quando se pensa em uma democracia comunitária, então é preciso levar em conta fatores como saúde, educação, cultura, tecnologia e economia. Nesse cenário mais amplo, a democracia comunitária é aquela formulada a partir dos serviços e políticas públicas essenciais para as condições de vida dos cidadãos e, justamente por isso, nos quais eles tomam parte, atuam diretamente para a construção de uma realidade capaz de atender a todos de forma igualitária, qualitativa e suficiente. (SUBIRATS, 2011).

Laval e Dardot, conforme análise de Rosado (2015), apontam falhas sobre o termo comum, e destacam que qualquer visão determinística será um impedimento importante para colocar as novas lutas e práticas coletivas de resistência ao capitalismo, com a marca da radicalização democrática que as caracteriza, como fonte de instituição e direito comum.

Mas (2017) afirma que é preciso compartilhar a administração de uma nação com seus administrados, ainda que o Estado represente seus interesses, existem setores da vida cotidiana que apenas as pessoas compreendem quais são as dificuldades e, assim, são capazes de destacar de que modo soluções podem ser delineadas e aplicadas com bons resultados.

No importa tanto el lograr un uso eficaz y eficiente de determinados bienes asegurando su utilización a las generaciones futuras, cuanto de articular a través de sugestión compartida un modo de actuar que permita superar la crisis política y de valores, la crisis de la democracia. (MAS, 2017, p. 2).

Assim, verifica-se que a democracia comunitária deve equilibrar-se entre inserir a atuação da população no desenvolvimento de ações para o atendimento de suas necessidades, além de permitir que o compartilhamento de ideias e esforços conduza a uma democracia real, na qual votar é o primeiro passo dos cidadãos, mas estes têm consciência de que sua participação deverá ser muito maior. (MAS, 2017; MAYORGA, 2017).

Aguiar (2014) ressalta que desde 2005, quando ocorreu a primeira eleição de Evo Morales, a Bolívia passa por um momento novo em sua história, momento no qual o Estado atua para a correção das políticas excludentes e centralistas.

O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância, determinando também os rumos políticos encarados por um processo que procura combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência

desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. No caso boliviano, o Estado Plurinacional é o grande projeto que alavancou a campanha e eleição de Evo Morales e que, pautado em um novo texto constitucional, que responde às antigas demandas pelo reconhecimento a multiculturalidade de seu país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, principal fonte de renda econômica na Bolívia. Porém, existem ressalvas quanto à continuação e efetivação dessa suposta recondução tomada por parte do governo para se mudar a realidade do país. (AGUIAR, 2014, p. 261).

Na Bolívia, a soberania do povo é vista como sendo diretamente atrelada à soberania da nação, em outras palavras, a ideia é de que o povo será soberano quando a própria nação o for. Essa soberania não se manifesta a cada cinco anos, mas todos os dias, na vida cotidiana dos cidadãos “[...] ao expor as necessidades e expectativas quanto aos rumos do país”. (AGUIAR, 2014, p. 261).

Vargas (2014) esclarece que os povos indígenas adentraram à Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia (ALP), incluindo-se, assim, os povos indígenas e seus sistemas democráticos de representação junto aos órgãos de poder público.

Así los pueblos indígenas de Bolivia procedieron a implementar el sistema de la democracia comunitaria reconocido en la Constitución Política del Estado, que les otorga la facultad de nominar, designar y elegir a sus representantes por normas y procedimientos propios, sin la intermediación de partidos políticos. Sin embargo, este avance, encuentra su limitación y sin la Ley del Régimen Electoral Transitoria de 2009. Norma que difiere la representación indígena a nivel nacional a la intermediación de los partidos políticos y la elección por voto individual. El sistema de democracia comunitaria, se convirtió en un modelo de elección de representación comunitario intermediada por partidos políticos. Esto se ratifica y consolida en la Ley N° 026 del Régimen Electoral. (VARGAS, 2014, p. 1).

Compreende-se, assim, que a democracia comunitária é aquela que leva em consideração as características de seu povo, por mais diversas que sejam, inserindo a todos nos esforços para que o país seja regido com justiça e igualdade. Em muitos países a diversidade é ampla, a formação de sua população foi construída a partir de diferentes características, hábitos e culturas, de modo que ignorá-las impede a construção de uma democracia comunitária real, ou seja, na qual a comunidade tem prioridade, ainda que para isso seja necessário adaptar-se a partir de inúmeros esforços e da inclusão de diversos representantes.

Democracia representativa refere-se ao sistema democrático no qual os indivíduos têm o poder de seleção dos governantes por meio do voto da maioria, porém, sua inserção política fica limitada a isso. Os governantes são eleitos e

representam, ou deveriam representar, os interesses da população, de seus eleitores e todos aqueles que não optaram pelo governo, mas serão geridos por ele por viverem em uma sociedade. Pizzorno et al (2017, p. 158) ressalta que:

Innumerables teóricos políticos han señalado que la democracia tiene componentes de autoritarismo, además de los inherentes al Estado como forma de poder, ya sea porque debe ser “representativa”, en cuyo caso los intermediarios pueden convertirse en importantes instrumentos de manipulación y control sobre los ciudadanos individuales, o porque es probable que sea “mayoritaria”, en cuyo caso los dirigentes de fuerte apoyo popular pueden verse tentados a usarlo contra la minoría adversaria.

Gaspardo (2018) ressalta que a democracia representativa ainda é o modelo de governo democrático mais visto no mundo. Os governantes eleitos são os representantes da população, as decisões estão em suas mãos e, em muitos casos, não se dirigem diretamente à população visando compreender quais são suas necessidades, expectativas ou desejos.

Ramirez et al (2015, p. 56-58) afirmam que, por muitos anos, a democracia representativa foi vista como suficiente para muitas populações, desde que pudessem votar, sentiam-se integradas à vida política e aos processos decisórios de suas nações. No entanto, o perpassar do tempo trouxe a percepção de que o voto é apenas uma decisão, mas muitas outras se fazem necessárias e interferem diretamente sobre a vida dos cidadãos todos os dias.

Em face dessa nova visão, surgem esforços para o alcance de uma democracia participativa. A democracia participativa foi concebida como sendo oposta à democracia representativa:

La “democracia participativa” era concebida en contraposición a la democracia representativa. Como he señalado anteriormente, la soberanía popular —entendida desde el principio de “todo el poder para el pueblo”— solo podría ser ejercida plenamente si, en lugar de representación partidista, se desplegaba como autogobierno del pueblo. Aquí los partidos políticos no tenían lugar y habrían de ser excluidos. Pero, así mismo, allende los partidos, el MBR-200 denunciaba la “responsabilidad” de la alianza político-económica entre éstos y las élites empresariales. (RAMIREZ et al, 2015, p. 115).

No entanto, com o passar dos tempos e o desenvolvimento dos ideais de democracia, participação e o papel do povo dentro do cenário político de seu país, surge a compreensão de que as duas formas de democracia não precisam se contrapor, podem existir de forma integrada, ou seja, os governantes representam a

população, porém, esta tem voz ativa, toma parte de atividades e decisões que incidem diretamente sobre suas vidas. (RAMIREZ et al, 2015, p. 134-135).

[...] os diferentes formatos de democratização, construídos pela participação ampliada de atores sociais em processos de tomada de decisões, alargam a possibilidade de procedimentos inovadores, que se tornam objeto de intensa disputa política por, em geral, incluírem temáticas ignoradas pelo sistema político, promoverem a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação, especialmente no nível local. Portanto ela discorre que a prática da participação busca aprofundar e intensificar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições democráticas representativas para torná-las mais inclusivas, ou ainda buscando formas de complementaridade entre democracia participativa e representativa. (VANZELLA; SILVA JÚNIOR, 2017, p. 102).

Gaspardo (2018, p. 69-70) afirma que no Brasil, diferentes iniciativas vêm sendo adotadas no sentido de aumentar a participação da população nos processos políticos, principalmente nas áreas em que a crise social é mais acentuada, como na saúde, com exemplos de sucesso de municípios que vêm aproximando seus governos dos eleitores e, assim, ouvindo a população para uma tomada de decisões mais efetiva.

Havendo-se compreendido de que forma a democracia foi formulada e conceituada ao longo dos anos, bem como os modos pelos quais ocorreram sua reformulação ou esforços para que assumisse novas características, parte-se para uma análise da demodiversidade, a existência de sistemas democráticos diversos e a necessidade de reconfigurar a democracia a partir de uma visão teórica para um acontecimento realmente prático.

Nesse sentido, o próximo tópico de estudos traz conceitos, mas também posicionamentos de autores quanto aos modos de reconfigurar a democracia para que possa realmente atender à realidade atual.

3.2 DEMODIVERSIDADE E RECONFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA

O presente tópico traz importantes considerações a respeito da demodiversidade e seu valor para uma possível reconfiguração da democracia.

Aguiló Bonet (2017, p. 27) ressalta que ocorrem, nos últimos anos, lutas pelo reconhecimento da demodiversidade e seu papel na reconfiguração da democracia,

esclarecendo que essas lutas vivenciam uma tarefa dupla. Ao mesmo tempo que se esforçam para deixar evidente que muitas limitações existem na democracia liberal, um sistema político cuja eficiência é nula, que fortalece as desigualdades e desrespeita os interesses comuns, para beneficiar os interesses privados, também busca resgatar experiências democráticas que foram desacreditadas pelos sistemas democráticos dominantes, os sistemas democráticos liberais.

Quanto aos eixos que norteiam essas lutas, destaca-se:

A batalha por uma nova definição e um novo significado da democracia², a batalha pela incorporação de novos sujeitos políticos³, a batalha por outros espaços de construção democrática⁴, a batalha por outras práticas democráticas⁵, e as batalhas por formas de sociabilidade alternativa⁶. (AGUILO BONET, 2017, p. 27-28).

É essencial levantar alguns questionamentos, buscando respondê-los para a compreensão mais ampla de demodiversidade. Por exemplo, é essencial perguntar se existe um conceito inequívoco de democracia que se apoia em uma tendência universal, se deve tomar como base a realidade polissêmica e uniforme, se é possível separar democracia do contexto sociocultural que permitiu sua transformação ou se deve aplicar uma fórmula universal de legitimação política que

² Las luchas por la demodiversidad son luchas por la resignificación política y social de la democracia; luchas por desnaturalizar la semántica de la democracia liberal y forjar lenguajes democráticos alternativos. La tradición política liberal dominante define la democracia en términos de derechos individuales, libertades civiles negativas y protección de la esfera privada contra el Estado, y no en términos de autogobierno popular participativo e igualitario.

³ Las luchas por la demodiversidad exigen el reconocimiento de la amplia gama de sujetos cuyas formas de lucha no se inscriben en las estructuras partidarias y sindicales convencionales. Estos sujetos presentan diferentes formas de organización y participación política y contribuyen a crear otra cultura política mediante la construcción de saberes de lucha que se expresan de muchas formas (por vía oral, afectiva, dialógica, etc.): el negro, el migrante indocumentado, el campesino, el indígena, el trabajador informal, etc.

⁴ Las luchas por la demodiversidad redefinen y amplían los espacios de la política, abriendo un campo político popular y democrático de acción extrainstitucional que señala el agotamiento de la democracia de partidos y reclama otros formatos participativos. No es casual que a menudo las luchas más promisorias por la demodiversidad se den al margen (y a menudo en contra) de los espacios institucionales de la democracia: en calles, plazas, escuelas, fábricas, redes sociales, etc.

⁵ La batalla por otras prácticas democráticas. Acampadas, asambleas populares, marchas, ocupaciones de lugares públicos, gritos mudos, desobediencias cívicas pacíficas, performances artísticas, escraches, plebiscitos populares, entre otras iniciativas, dan cuenta de un vasto repertorio de formas de ejercicio del poder popular y ciudadano que desbordan los límites de una democracia insuficiente que no sólo no lo permite, sino que a menudo lo bloquea y criminaliza.

⁶ Las luchas por la demodiversidad son portadoras de una cultura política en sentido amplio fundada en bases más igualitarias y participativas que se alejan de las formas de sociabilidad (individualismo, clasismo, consumismo, etc.) propias del mundo liberal y capitalista institucionalizado.

se aplique a sociedades diferentes, se há meios de associar representação política, participação cidadã e autogestão popular, enfim, os questionamentos não muitos e não podem ser ignorados. (AGUILÓ BONET, 2017, p. 28).

A inserção de práticas democráticas variadas no contexto da gestão de uma nação vem sendo uma questão amplamente debatida, principalmente nos países latino-americanos, nos quais vem surgindo uma percepção de que é preciso valorizar não apenas os cidadãos, mas as características culturais específicas que permeiam uma sociedade e, para isso, permitir que a democracia seja conduzida para o povo e pelo povo se torna bastante importante. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 206).

O processo de democratização liberal, amplamente citado em algumas partes do mundo, incorpora uma dimensão normativa, baseada na visão ideológica segundo a qual a democracia liberal eurocêntrica constitui a forma perfeita de governo humano. Ao longo das últimas décadas, vem se conformando o consenso sobre democracia liberal: a afirmação de que esse tipo de democracia é a única forma viável e legítima de governo, elevando assim uma experiência sócio-histórica concreta à categoria de valor absoluto inquestionável. O ideal de democracia liberal incorpora no senso comum político dominante o modelo liberal da democracia como uma realidade desideologizada e naturalizada, como se tivesse sido definitivamente adquirida, o que esconde as marcas de colonialidade presentes nos discursos e práticas democráticas hegemônicas. (AGUILÓ BONET, 2017, p. 26-27).

Así es como se ha venido consolidando lo que en términos metafóricos puede denominarse monocultura de la democracia liberal: el predominio mundial de la democracia procedimental, electoral, parlamentaria, representativa y partidocrática de inspiración elitista. Dada su pretendida universalidad, la monocultura de la democracia liberal puede ser trasplantada (manu militari, si es necesario) a otros contextos sociales y culturales, no reconociendo la “demodiversidad” que allí se encuentra, es decir, «la coexistencia pacífica o conflictiva de diferentes modelos y prácticas democráticas» más allá del imaginario político liberal. (AGUILÓ BONET, 2017, p. 27).

Compreende-se, assim, que existe um esforço ainda relativamente comum no sentido de disseminar a ideia de que a democracia deveria ser construída em uma base universalizada, pautada em características consideradas positivas por nações com amplos poderes econômicos e transferida para as nações vistas como mais fracas.

Porém, essa ideia desconsidera as especificidades das nações, ignora o fato de que as populações são diferentes e, assim, suas expectativas e esperanças também são distintas, de modo que uma universalização desrespeita as especificidades e singularidades dos povos.

Essa variedade de características culturais que incidem sobre uma nação e que atuam diretamente sobre seus processos democráticos é chamada de demodiversidade. Certamente que uma nação pode seguir apenas um molde democrático para orientar seus processos de governo e gestão, no entanto, quando ela compreende que diferentes abordagens podem levar a um progresso maior, com taxas elevadas de satisfação de seus cidadãos, ela começa atuar em prol das pessoas que fazem parte de seu grupo social. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 206).

La construcción de imaginarios democráticos emancipadores pasa por plantear la relación que se establece entre demodiversidad e interculturalidad. Reivindicar la demodiversidad es reivindicar la interculturalidad de la democracia. Para la epistemología del sur, la interculturalidad tiene que ver con una relación de intercambio recíproco ejercida en condiciones de igualdad que favorece las interacciones horizontales y solidarias. La interculturalidad es un proceso dinámico y conflictivo de relación, comunicación y aprendizaje entre individuos o grupos portadores de diferentes conocimientos, valores y creencias. Está fundada en el respeto mutuo, la apertura a la alteridad, el diálogo, la convivencia, el intercambio y, sobre todo, en la complementariedad recíproca entre las partes. (AGUILO BONET, 2017, p. 28).

Compreende-se, assim, que construir ou reformular a democracia passa, necessariamente, pela compreensão da existência de diversidades em todas as nações e, assim, pregar entre elas o respeito, a formação de uma sociedade que não seja benéfica apenas para um grupo de pessoas, mas para todas elas em igual proporção.

Dizon (2010) já ressaltava que a demodiversidade é uma ferramenta extremamente positiva para o fortalecimento da ideia do Comum e da proteção desses ideais dentro dos regimes democráticos. Quando além de eleger governos a população toma parte das atividades dos mesmos, as chances de serem desenvolvidas políticas com foco nas pessoas são maiores, pois elas mesmas assumem seu dever de participar, de citar quais são suas dificuldades no cotidiano e

de que forma essas dificuldades podem ser contornadas a partir da visão daqueles que, de fato, vivenciam as mesmas em seu cotidiano.

Trotta e Gentili (2016, p. 86) lecionam que:

Un autor que acuñó un concepto plausible para dar cuenta de los cambios en la democracia representativa de cuño liberal es Boaventura de Sousa Santos con el término “demodiversidad”. Esta noción alerta sobre la necesidad de reconocer la diversidad en la sociedad y ajustar las instituciones a la heterogeneidad de sujetos, proyectos, prácticas y formas de vida, que caracteriza lo social y que nunca será contenida o representada íntegramente por el Estado. Con anterioridad, y de manera específica, intelectuales bolivianos, como Silvia Rivera, teorizaron sobre las disyunciones entre formas liberales y modalidades sindicales o indígenas.² Precisamente, la noción de democracia intercultural es una respuesta al desafío de combinar distintas concepciones y modalidades de democracia prestando atención a las instituciones indígenas y campesinas, y se combina con las reflexiones sobre el Estado Plurinacional.

Quando o termo demodiversidade foi cunhado, trouxe consigo uma nova forma de olhar para as pessoas, para as diversas formas de composição social e para o valor que devem receber enquanto formas de representar a capacidade de grupos formados por pessoas diferentes, mas com o intuito de que tenham todas condições iguais.

Para os autores, Boaventura Souza Santos foi o autor que melhor cunhou o significado do termo demodiversidade, ressaltando seu valor para a construção de uma democracia que não tenha os olhos fechados para as diferentes possibilidades de gestão, pelo contrário, que perceba que as diferentes possibilidades podem ser agrupadas, aproveitando-se o que há de melhor em cada uma delas e, assim, construindo uma democracia que, de fato, beneficie o Estado e, acima de tudo, os cidadãos. (TROTТА; GENTILI, 2016, p. 86).

A partir de la noción de “demodiversidad”, De Sousa plantea algunas características de la democracia intercultural: “En primer lugar, debe tener diferentes formas de deliberación democrática. En segundo lugar exige una doble forma o un doble criterio de representación. Un criterio cuantitativo que es el voto, el de la democracia liberal... [y] otro criterio de representación que puede ser cualitativo. Por otro lado, hay muchas formas de participación... en la democracia de tradición occidental como referéndum, consulta, iniciativa popular, presupuesto participativo, etc. [y] formas indígenas de participación, formas propias que hay que reconocer como formas de democracia participativa”. (TROTТА; GENTILI, 2016, p. 86).

A interculturalidade contribui para uma democracia de emancipação social, uma democracia que não estimula a diferença sociais e que valoriza o cidadão integralmente. Assim, quando se fala em demodiversidade, aborda-se também a interculturalidade como um fator social que incide sobre todas as características percebidas em determinado local, a cultura de um povo é construída a partir das muitas culturas que fazem parte da vida de seus cidadãos. (AGUILO BONET, 2017, p. 29)⁷.

Falar em interculturalidade é afirmar que não existe um padrão cultural, que um povo não tem uma única característica e todos devem adaptar-se a ela. A interculturalidade é a capacidade de fazer com que todas as pessoas, quaisquer que sejam suas características culturais, encontrem um espaço de convívio em que exista respeito, valorização e construção de justiça para todos.

Por democracia intercultural pode-se citar:

La democracia intercultural puede definirse, en términos normativos, como el conjunto de luchas políticas y sociales que contribuyen a fortalecer la convivencia pacífica en el seno de un marco epistémico, político, social y jurídico de igualdad, intercambio y respeto mutuo por los valores, los conocimientos y las prácticas que las diferentes culturas o comunidades humanas aportan. Desde la epistemología del sur, la democracia intercultural es entendida específicamente como: 1) la coexistencia de diferentes formas de deliberación democrática; 2) la presencia de diferentes criterios de representación democrática; 3) el reconocimiento de derechos colectivos de los pueblos como condición del ejercicio efectivo de los derechos individuales; 4) el reconocimiento de nuevos derechos fundamentales; y 5) una educación orientada hacia formas de sociabilidad y subjetividad basadas en la reciprocidad cultural. (AGUILÓ BONET, 2017, p. 29).

Tockman (2017, p. 122) destaca que a constituição boliviana de 2009 articula em seu texto a combinação, a aplicação comum de três dimensões da democracia, quais sejam: representativa, participativa e comunitária. Essa coexistência foi caracterizada por Boaventura de Sousa Santos e outros autores como “demodiversidade”. Santos e os demais autores que auxiliaram na formulação

⁷ Ejercida en el ámbito de la democracia, la interculturalidad, como instrumento de emancipación social, busca superar los sesgos coloniales que perviven en la democracia de tradición eurocéntrica, sustituyendo la expansión monocultural de la democracia liberal por la construcción y potenciación colectiva de experiencias de innovación y profundización democrática capaces de resignificar la idea misma de democracia desde la polifonía y la interculturalidad descolonial; experiencias negadas o desacreditadas por las corrientes dominantes de las ciencias sociales y políticas, para las que el único modelo válido es la democracia liberal de tipo occidental.

de seus estudos ressaltam que uma democracia liberal-representativa de baixa intensidade se estabeleceu como hegemônica globalmente desde a década de 1970. Nesse sentido, atualmente é relativamente difícil alcançar uma democracia mais participativa e comunitária, porém, é possível.

Essa alteração no cenário democrático, porém, não ocorrerá por conta própria, como um resultado da evolução e da alteração das sociedades. Somente se concretizará a partir de esforços, de lutas, de movimentos sociais nos quais haja uma maior preocupação com o todo, ao invés de uma busca individual de alcance de objetivos.

Além da elaboração da Constituição pautada sobre as três formas de democracia e sua expansão do espaço político para a autogovernança indígena, o caso da Bolívia oferece uma alavanca importante para compreender esses fenômenos políticos, de várias maneiras. Inicialmente, os vibrantes movimentos sociais do país têm sido altamente eficazes em pressionar suas demandas por um espaço ampliado para a democracia participativa e comunitária, que moldou a estrutura legal atual na qual os direitos indígenas e a participação democrática ocorrem e são negociados. As pessoas já não são apenas expectadoras da vida política do país, mas fazem parte, exigem ser ouvidas e valorizadas na tomada de decisões. (TOCKMAN, 2017, p. 122).

Além disso, com a maioria da população se identificando como indígena, o partido Movimento ao Socialismo (MAS), do presidente Evo Mora Rales, adotou um discurso indigenista centrado no plurinacionalismo e na Mãe Terra (Pachamama). Não obstante, debates públicos sobre democracia, cidadania, liberalismo e capitalismo são comuns, tanto nas ruas da Bolívia quanto em seus muitos níveis de governo, enquanto o poder dos partidos políticos conservadores que introduziram e sustentaram o neoliberalismo foi debilitado. Assim, a Bolívia apresenta um excelente estudo de como a democracia e o autogoverno indígena interagem no que de muitas maneiras é um ambiente altamente propício para “inovações substanciais em termos de desvios das noções tradicionais da democracia liberal”. (TOCKMAN, 2017, p. 122).

O autogoverno é a capacidade de avaliar as situações e deliberar sobre elas a partir de perspectivas culturais específicas e incidentes em cada local. Se essa

deliberação toma como base características trazidas de outras nações, as soluções jamais representarão as necessidades naquele momento e naquele local.

No entanto, deve-se esclarecer que à parte dos discursos enfáticos e símbolos coloridos, a centralização do poder do MAS tem, em muitos aspectos, restringido o espaço político para a prática da democracia participativa e comunitária. Esta conclusão ilustra que, mesmo em um cenário relativamente favorável, os direitos indígenas enfrentam sérios desafios em estados-nações contemporâneos com histórias coloniais. Compreende-se, assim, que a Bolívia alcançou a compreensão e a formulação da demodiversidade como parte de sua política e sistema de gestão, no entanto, a transferência da teoria para a prática ainda demanda de atenção e melhorias para a maior efetividade. (TOCKMAN, 2017, p. 122).

O discurso e a prática contemporânea da política boliviana fornecem um ponto de vista útil para examinar as possibilidades e os limites das distintas dimensões da democracia. Muitos estudiosos deram especial atenção à qualidade e diversidade dos regimes democráticos, baseados em múltiplos padrões de avaliação. Autores na área propuseram uma mudança no sentido de pensar sobre a “qualidade da democracia” ou “democraticidade” como um conceito que incorpora não apenas o regime político, mas também critérios como desempenho institucional, o caráter da vida política e as aspirações dos cidadãos de um país. Outros observadores da democracia latino-americana conceituaram a democracia como tendo múltiplas dimensões, concebendo formas de democracia representativas, participativas e comunitárias que coexistem amigavelmente e / ou contraditoriamente. (TOCKMAN, 2017, p. 131).

O fato é que as pessoas têm um papel essencial na construção das sociedades, sem pessoas não existem grupos sociais, tampouco uma nação que possa ser soberana. Sabendo-se do valor das pessoas para a construção das nações, excluí-las da vida política, impedir que tenham voz e possam participar de processos mais amplos do que apenas os pleitos eleitorais, trata-se de uma forma de ignorar seu papel, o que atinge diretamente sua cidadania. Ser cidadão é conhecer o que ocorre no país e ter espaço para não apenas criticar, mas auxiliar no desenvolvimento de alternativas, de soluções viáveis para toda a população, não apenas para alguns grupos. (TOCKMAN, 2017, p. 132-133).

Sobre a questão da demodiversidade na Bolívia, já afirmavam Cameron, Hershberg e Sharpe (2012, p. 207) que o país encontra-se, há mais de 30 anos, em processo de democratização, processo esse marcado por sucessivos esforços em prol de uma reforma político-institucional, um novo adjetivo entrou em vigor para descrever sua forma de governo: “democracia intercultural”. A democracia intercultural trata-se, na verdade, da aplicação da demodiversidade pautando-se sobre os três tipos de democracia que vigoram na nação; representativa, participativa e comunitário. Cada um desses modelos recebe igual reconhecimento no regime reconfigurado que emergiu do recente processo constituinte. O modelo do Estado que sustenta esse regime permanece unitário, mas está evoluindo para um conjunto de instituições plurinacionais com reconhecimento da autonomia indígena.

Aguiló Bonet (2017, p. 32) leciona:

La América Latina de la última década viene constituyendo un campo relativamente fértil y abierto al desarrollo de la demodiversidad (Hashizume, 2012; Cameron, Hershberg y Sharpe, 2012). La Constitución boliviana de 2009 es un claro exponente del nuevo constitucionalismo latinoamericano anteriormente referido. Al igual que en las últimas Constituciones de Ecuador (2008) y Venezuela (1999), la nueva Constitución boliviana fortalece los mecanismos de participación democrática, los derechos sociales y tiene como objetivo establecer un Estado plurinacional e intercultural. Uno de sus principales objetivos es redefinir las relaciones entre el Estado y una sociedad étnicamente plural, otorgando a la sociedad civil una mayor participación en la política estatal. El artículo número 1 reconoce a Bolivia como un Estado plurinacional con “pluralismo político”. El artículo 7 establece que la soberanía del Estado reside en el pueblo boliviano y se ejerce tanto de forma directa como delegada. Además, incorpora artículos referidos a mecanismos de control social y a la revocación del mandato de cargos públicos⁶ inspirados en el sistema de gestión política de las comunidades indígenas, en las que el control y la revocación de representantes es ejercido por la colectividad. Los derechos de los pueblos indígenas se han extendido a las comunidades campesinas, así como a los afrobolivianos (art. n° 32). El artículo número 11, relativo al sistema de gobierno, además de ampliar la democracia representativa⁷ y profundizar la democracia directa y participativa, asume también, en igual jerarquía, el ejercicio de la democracia comunitaria, estrechamente relacionada con la diversidad étnica del país y constituida por los procesos de consulta, deliberación y decisión llevados a cabo por medio de los procedimientos y costumbres de los pueblos originarios. Desde esta óptica, la Constitución de 2009 representa un «laboratorio de la demodiversidad»

A constituição boliviana deve ser vista como mais do que uma inovação, mas um modelo a ser seguido pelas nações que desejam reconstruir seus sistemas democráticos, abandonando preceitos hegemônicos de submissão a outros países e

adotando o ideal de que cada nação tem valor, porém, esse valor somente será reconhecido se dentro dela tiver início essa ampla ressignificação.

Em assim sendo, percebe-se que a demodiversidade busca em culturas diversas as configurações democráticas que podem gerar benéficos para uma nação, sem que, para isso, a cultura da nação seja desconsiderada. Não se trata de agregar características de outros países no que tange a cultura e história, mas de analisar quais práticas são efetivas e, assim, contextualizá-las para a realidade de cada nação. (TROTТА; GENTILI, 2016, p. 86-87).

Já ressaltavam Santos e Avritzer (2002) que não poderá existir uma preocupação real com o Comum, com o bem-estar de todos, quando somente alguns governantes ou camadas da sociedade tomam parte da construção de políticas. Quanto maior a participação de todas as pessoas, maior o alcance das políticas que são desenvolvidas e aplicadas.

O fato é que o pensamento focado no bem-estar e valorização comum ocupou, por muitos anos, um lugar marginal na história das nações, principalmente em função da dominação de outras nações sobre elas. Com os esforços para a descolonização, a capacidade de um país de libertar-se do jugo dos colonizadores e de suas ideias na formação da sociedade passa a ser vista como uma necessidade e, assim, a participação dos cidadãos torna-se mais do que uma possibilidade, mas uma necessidade primária no alcance de um novo cenário. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 15-16).

No cenário atual, porém, o que se percebe é uma dominação da população pelos governantes na maioria das nações. Cria-se uma democracia de baixa intensidade, onde os eleitores são valorizados por seus votos, mas não por suas necessidades, por seus direitos ou pela contribuição que podem oferecer caso sejam inseridos, de fato, na vida e nas decisões políticas do seu país. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 15).

Tem poder a população consciente, aquela que compreende que tem direitos e deve agir para que sejam garantidos, mas também entende que tem deveres e, como tal, deve assumir responsabilidades que ultrapassam seus interesses pessoais e alcançam o benefício de todos os cidadãos de forma igualitária. Não existe empoderamento dos cidadãos quando estes apenas aceitam o

que lhes é oferecido, sem questionar, protestar ou atuar para a construção de uma realidade renovada. (DIZON, 2010).

Ao abordar a demodiversidade é necessário esclarecer que se refere à uma situação na qual modelos democráticos coexistem, são aplicados simultaneamente em uma mesma nação, com o intuito de que a representação e a participação popular sejam efetivadas em seu cenário. Santos e Avritzer (2002) afirmam que a democracia real é aquela na qual os governos representam, de fato, os interesses dos governados, além de haver setores e políticas nas quais a própria população pode tomar parte e, assim, expressar seus interesses, necessidades e expectativas.

Boaventura Souza Santos (2016, p. 71-73) ressalta, porém, que ao invés da demodiversidade ser mais bem esclarecida, compreendida e aproveitada, nos últimos anos, as nações vêm perdendo essa característica. Em outras palavras, a coexistência de diferentes modelos e práticas democráticas, eventualmente gerando conflitos que podem enriquecer sua aplicação, não é tão comum quanto poderia ser para gerar benefícios ao Estado, governos e população.

Para Wolkmer e Scussel (2018, p. 80), os países latino-americanos vêm conseguindo, nos últimos anos, expandir sua visão a respeito da democracia, não apenas de seu valor, como também das possibilidades de associação entre diferentes metodologias, visando respeitar os fatores culturais dessas nações que, por muitos anos, foram desvalorizados, considerados como secundários ou mesmo substituíveis. Nesse novo cenário, os povos latino-americanos compreendem que sua cultura tem valor, representa quem são, de onde vieram e para onde se dirigem, já não tentam mais apropriar-se ou imitar fatores culturais de outras países, no entanto, não fecham os olhos para a realidade fora de si.

Não se trata de testar a demodiversidade, de inseri-la em algumas das áreas sociais para que a população se sinta participativa, porém, sem levar em consideração que essa participação é limitada. De fato, a demodiversidade surge quando se torna uma construção, uma nova forma de entender a democracia sob um prisma de inserção dos indivíduos na vida pública, não apenas exigindo-lhes que votem nos candidatos de sua escolha, mas que assumam mais responsabilidades dentro do contexto no qual estão inseridos. (SANTOS; MENDES, 2018).

Santos e Avritzer (2002) ressaltam que essa coexistência de diferentes regimes democráticos pode ou não ser conflitual, em outras palavras, sua aceitação

poderá não ser absoluta, poderá haver momentos em que os sistemas apresentarão diferentes inclinações e será preciso tomar decisões mais próximas de um ou outro regime, porém, em todos os momentos essas decisões terão foco em duas questões: fortalecer uma democracia real e proteger os cidadãos e seu direito de tomar parte na construção da sociedade em que vivem de forma mais significativa.

O regime democrático é, sem dúvidas, importante para nações que passaram muitos anos sob o jugo da dominação de países desenvolvidos e, no presente, buscam construir e fortalecer uma identidade própria, alcançar para seus territórios e cidadãos um desenvolvimento amplo, no qual Estado e pessoas atuam de forma conjunta, sem que um seja considerado mais importante que o outro, mas ambos se tornem parceiros de esforços por condições de vida dignas e justas para todos.

Nesse sentido, o processo eleitoral é, sem dúvidas, um passo importante, pois é por meio dele que se inicia a participação dos cidadãos na vida política real de seu país. Em nenhum momento busca-se afirmar que o voto não tem valor, pelo contrário, compreende-se que sua necessidade é acentuada e sua validade inquestionável. No entanto, é preciso compreender que não basta conduzir os cidadãos aos pleitos eleitorais e, posteriormente, relegá-los a um segundo plano. Quando se fala em democracia, deve-se compreender que a participação limitada ao pleito eleitoral gera uma democracia limitada à representação dos cidadãos pelos governantes eleitos. (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Ao analisar o cenário atual da democracia nos países latino-americanos, o fato é que tal sistema já existe e vem sendo praticado de longa data. O que a demodiversidade busca e esforços vêm sendo apresentados nesse sentido, é a integração da população na realidade política de seu país de forma mais ampla. Depois de votar, cabe ao cidadão acompanhar, controlar, fiscalizar, mas também esclarecer quais são as falhas, de que modo sua vida apresenta dificuldades e como elas poderão ser trabalhadas para que gerem benefícios à toda população. (SANTOS; MENDES, 2018).

Ocorre, no presente, que o cidadão, muitas vezes, contenta-se em ter como única responsabilidade a seleção dos governantes, isentando-se de qualquer sentimento de culpa ou responsabilidade nos casos em que os eleitos não respeitam as demandas dos eleitores. Certamente que não se pode proceder de uma

generalização, pois no presente existem movimentos diversos que buscam a inserção da população na construção de políticas públicas, fazendo com que o cidadão assuma para si uma responsabilidade muito mais ampla. No entanto, a crença de que basta votar para participar da democracia e da construção do país ainda é relativamente sólida e precisa ser alterada, desconstruída e reconstruída. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 70-71).

Para Santos (2011, p. 141), a reconstrução da democracia levando-a a ter foco específica na participação das pessoas nas políticas e na vida pública do país demanda de determinados posicionamentos e ações, como:

Recusar a ideia de que a democracia liberal representativa é a única forma válida de democracia e legitimar outras formas de deliberação democrática, a já referida demodiversidade; procurar novas articulações entre a democracia representativa e a democracia participativa e, em certos contextos, entre ambas e a democracia comunitária própria das comunidades indígenas e camponesas da África, América Latina e Ásia; estender os campos de deliberação democrática para além do campo político-estatal de modo a evitar que a democracia política se transforme numa pequena ilha democrática integrada num arquipélago de despotismos (o fascismo social): na fábrica, na família, na rua, na religião, na comunidade, nos conhecimentos, nos meios de comunicação, etc.

Não é possível seguir os preceitos da democracia liberal e, ao mesmo tempo, reconstruir uma democracia que respeite a interculturalidade existente em um território.

Assim, compreende-se que eleger governantes para que representem a população não pode ser a única preocupação ou responsabilidade da sociedade, é preciso um envolvimento maior, as pessoas precisam tomar para si mais deveres do que eleger, elas precisam entender que fazem parte da construção social e, como tal, têm um dever para consigo e com os demais, sempre pensando em uma perspectiva mais ampla, a de atuar para que todos, de forma igualitária, sejam ouvidos, compreendidos e atendidos dentro das possibilidades de sua nação. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 71-72).

Falha o país que se contenta com uma democracia representativa de forma exclusiva, falham os cidadãos que aceitam ter como único papel o de dirigirem-se às urnas e selecionarem os governantes de sua referência, falha uma nação inteira quando não gera consciência, responsabilidade e envolvimento de todos para que possa se construir e reconstruir de forma constante.

Descolonizar é um imperativo bem difícil de concretizar. Por um lado, há quem pense que a descolonização já teve lugar e que por isso o colonialismo é um fato passado. Por outro lado, mesmo admitindo que o colonialismo continua a existir sob outras formas, é sempre possível confundi-lo com outras relações de poder desigual ou justificá-lo em nome de valores ou de exigências prioritárias. Colonialismo é toda a relação de opressão assente na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico-cultural do oprimido. São os mais diversos movimentos que concebem as suas lutas como visando uma ou outra manifestação do colonialismo e propondo alternativas descolonizadoras. (SANTOS, 2011, p. 142).

A demodiversidade, para que ocorra de forma real, demanda de uma jornada no sentido de alterar a concepção social de dominação, de que as grandes potências exercem poder sobre os países em desenvolvimento desde sempre e que isso é difícil de mudar. Pelo contrário, com esforços concentrados dos governos e dos cidadãos, com a educação para a participação e tomada de responsabilidades para cada indivíduo, isso se torna possível, ainda que não ocorra do dia para a noite. (SANTOS; MENDES, 2018).

O modelo hegemônico atual deve ser substituído pelo contra hegemônico, a dominação não deve ser vista como comum, existente de longa data e, por isso, mantida e perpetuada ao longo dos anos, inclusive para as gerações futuras. É preciso atuar diretamente na construção de novos saberes e visões dentro do contexto social, de modo a levar cada cidadão a compreender que não pode aceitar ser dominado ou viver em um país dominado. A demodiversidade permite que o cidadão assuma deveres, consciente de que seu papel é esse, não apenas buscar direitos, mas assumir responsabilidades dentro de seu espaço e com vistas a todos os demais indivíduos que fazem parte dele. (SANTOS; MENDES, 2018, p. 80).

(...) o modelo hegemônico de democracia (democracia liberal, representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privação do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social. Paralelamente a este modelo hegemônico de democracia, sempre existiram outros modelos, como a democracia participativa ou a democracia popular, apesar de marginalizados ou desacreditados. Em tempos recentes, um desses modelos, a democracia participativa, tem assumido nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos em luta contra exclusão social e a trivialização da cidadania, mobilizados pela aspiração de contratos sociais mais inclusivos e de democracia de mais alta intensidade. (SANTOS, 2016, p. 36).

Pereira (2017) afirma que Santos, em seu livro de 2016, cita que existe uma aceitação da população quanto à dominação e adoção de regimes democráticos nos quais votar é o cerne da participação popular. Ao longo dos últimos anos surgem movimentos sociais visando a inserção real do cidadão na vida política do país, porém, ainda estão longe de alcançar um cenário totalmente reconstruído e no qual essa visão é geral.

Santos (2016), de fato, afirma que em muitas sociedades atuais existe um comodismo com a representação política, pois é mais fácil culpar um governo pelas falhas na Administração Pública do que assumir que, apesar de ter responsabilidades, a própria pessoa não faz jus a elas. A demodiversidade não é um novo nome para velhas políticas ou sistemas, mas um termo que define representação e participação como regimes coexistentes, que se apoiam e se completam, não que devem duelar entre si para que apenas um seja reconhecido e adotado.

Dizon (2010) ressalta que o modelo de democracia de uma nação está diretamente ligado a suas características culturais, aquelas que vêm de longa data, que já fazem parte dos saberes, dos hábitos e da construção de um povo. Assim sendo, quando a população não toma para si a responsabilidade por atuar diretamente na construção de seu país, mas contenta-se com ser representada por seus governantes, ela apenas mantém valores culturais arraigados ao longo dos anos, engessados e voltados para interesses que não seus, mas que aprendeu a respeitar como se fossem a única norma aplicável.

Faz sentido relacionar democracia com cultura e vice-versa. Democracia e sua democratização contrapartida processual em seus níveis mais profundos e elementares estão preocupados com a qualidade da experiência humana e as relações sociais que ela possibilita. Pode ser definido como todo o processo pelo qual as relações desiguais de poder são substituídas por relações de autoridade compartilhada, assim como a participação igualitária em todos os aspectos da vida social. A democratização carrega em si a promessa de um tipo de democracia descentralizada e participativa, que é inclusiva e não exclusiva. (DIZON, 2010).

Além disso, a democracia também envolve naturalmente a cultura, porque a primeira é geralmente entendida como a ampla participação de diferentes tipos de atores sociais na tomada de decisões e na expressão cultural. Uma abordagem

cultural da democracia é muito apropriada, especialmente à luz das comunidades e redes cada vez mais cosmopolitas e multiculturais das quais as pessoas pertencem. A democracia exige a participação igualitária de diferentes pessoas e grupos, que frequentemente não estão em pé de igualdade cultural, social, política ou economicamente, na experiência da governança compartilhada. Como ideal, as pessoas e grupos devem poder ser arquitetos de sua cultura, construindo o que os outros fizeram antes deles e moldando o mundo que os moldará e aqueles que os seguem. (DIZON, 2010).

Democratização significa capacitar diferentes pessoas institucionalizadas 'a participarem no crescimento e desenvolvimento das culturas e subculturas que, por sua vez, ajudam a constituí-las como indivíduos. O intercâmbio cultural aberto e o discurso democrático livre são requisitos essenciais para o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da comunidade. A democracia participativa, portanto, é fundamentalmente sobre inclusão social e inovação cultural. Ao relacionar a democracia com a cultura, as questões essenciais da pluralidade cultural e da inclusão social são adequadamente reintroduzidas na agenda democrática (DIZON, 2010).

Tockman (2017, p. 124-125) ressalta que é possível reconfigurar a democracia, ainda que, para isso, esforços consideráveis sejam necessários. Esse ideal depende do envolvimento dos governos e dos governados, demanda de uma alteração no modo como a política vinha sendo vista ao longo dos anos e, talvez, esse seja o maior desafio, entender que as teorias, para se tornarem práticas, demandam de constância e alguns sacrifícios.

Para isso, a ideia de que os cidadãos devem ter o direito de consentir, mas somente isso, deve ser totalmente deixada para trás.

Na terminologia do pensamento progressista moderno, a população pode ser “espectadora”, mas não “participante”, à parte a ocasional escolha de líderes representativos do autêntico poder. Essa é a arena política. Da arena econômica, que é onde se determina a maior parte do que acontece na sociedade, a população em geral deve ser totalmente excluída. Aqui o público não tem nenhum papel a cumprir, de acordo com a teoria democrática dominante. (CHOMSKY, 1999, p. 24).

Não há democracia quando as pessoas devem concordar com imposições que, muitas vezes, decorrem da vontade e dos interesses de outras nações, ainda

que sejam amplamente prejudiciais para seu desenvolvimento. Enquanto o ideal capitalista considera a voz do povo como uma ameaça ao seu fortalecimento, esconde-se atrás de uma fachada de democracia que, na verdade, não se configura dessa forma.

Já acreditava Santos (2011, p. 143-144), que o Brasil tem em si raízes de sua colonização e, assim, sempre que se deseja alterar um fator consolidado ao longo dos anos, o desafio pode ser árduo, mas jamais deve ser considerado sem valor. Na América Latina, os esforços para o reconhecimento e a valorização da própria cultura em diversos países vêm se acentuando e, assim, o Brasil deve seguir o mesmo caminho, caso queira alcançar os mesmos resultados.

Quando se fala em reconfiguração política e democrática, não significa eliminar todos os preceitos e as conquistas alcançadas até o momento, mas atuar para que sejam atualizadas, para que ao invés de atuar como uma nação parada no tempo, haja uma busca por novas alternativas, avaliando-se cada uma delas e associando as práticas que podem trazer maiores benefícios. Reestruturar não é destruir e reconstruir, mas melhorar aquilo que existe, aproveitando-se da experiência como fonte de conhecimentos, não como uma raiz definitiva no passado. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 209-210).

Os dados apresentados deixam evidente que não basta que se afirme que um sistema de governo é democrático, quando este não foi formulado e não segue os preceitos de priorização dos interesses de seus cidadãos. Uma democracia se concretiza, tão somente, quando um governo escolhido pelo povo escuta a população, convida e aceita sua participação na tomada de decisões e valoriza as especificidades que fazem parte da formação de todos os grupos sociais.

O desafio, nesse sistema, é desenvolver espaços de participação real, que não existam apenas para gerar uma sensação de participação ativa, mas que possam, de fato, colocar as pessoas dentro do cerne de suas políticas e de todas as suas ações.

Para tanto, a democracia do comum, aquela desenvolvida pelas pessoas para as pessoas, precisa sem mais do que conceituada, ela deve ser compreendida e de fato integrada no cotidiano das nações que desejam libertar-se do jugo das nações consideradas superiores econômica e politicamente. Não pode haver ideal de superioridade, cada nação deve ter garantido seu valor.

3.3 A DEMOCRACIA DO COMUM: POR UM NOVO MARCO JURÍDICO E FERRAMENTAS INSTITUCIONAIS COMUNITÁRIAS

Uma democracia do comum depende do alcance de uma organização política pautada em princípios claros e bem definidos, capazes de conduzir a uma democracia direta, deliberativa e participativa. É essencial que se alcance a autogestão e a descentralização, transparência, subsidiariedade, direcionando-se do direito local ao direito global, bem como o assembleísmo, ou seja, a tomada de decisão em assembleia, a partir da voz de todos os grupos, não apenas de alguns. (CIC, 2020).

Dardot e Laval (2016, p. 56) ressaltam que uma democracia real e completa baseia-se “[...] na proporcionalidade da representação, é necessária para que essa realização pessoal seja efetiva: cada indivíduo deve ter condições de participar da instauração das regras que assegurarão sua liberdade efetiva”.

Em outras palavras, as decisões que incidem sobre a vida dos cidadãos devem passar por sua avaliação, as pessoas precisam ter o direito de participar ativamente na construção de uma sociedade na qual desejam viver e para a qual esforçam-se visando uma construção cada vez mais justa. A liberdade não está apenas no fato de defender ações que favoreçam suas vidas, mas no esforço de encontrar formas de beneficiar a todos os cidadãos em igual proporção, quaisquer que sejam suas características. “Cabe ao Estado assegurar essa forma real de liberdade que o velho liberalismo não concebera; cabe a ele garantir essa “liberdade social” (*social freedom*), que ele opõe à “liberdade não social” (*unsocial freedom*) dos mais fortes”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 56).

A expressão democracia vem sendo cada vez mais associada aos conceitos de liberdade, as pessoas utilizam-se do termo quando desejam indicar uma situação justa, na qual todos os envolvidos podem se expressar livremente sem censuras ou represálias, desde que com respeito aos direitos e características dos demais cidadãos. Outro ponto relevante é que não apenas as pessoas vêm fazendo uso do termo com diferentes intuítos em mente, mas também os políticos apropriam-se dele como forma de se protegerem, se escondem por trás do termo para defender suas

atividades e ações. Sobre o significado do termo quando cunhado, em sua origem, Lima e Annunziato (2018, p. 47) enfatizam que:

O termo democracia origina-se do grego antigo δημοκρατία (dēmokratía ou governo do povo), que foi criado a partir de δῆμος (demos, povo) e κράτος (kratos, poder) no século V a.C. para denotar os sistemas políticos então existentes em cidades-Estados gregas, principalmente Atenas. No entanto, o significado da democracia grega não é o mesmo que entendemos hoje. No sistema político da Atenas Clássica, por exemplo, a cidadania democrática abrangia apenas homens, filhos de pai e mãe atenienses, livres e maiores de 21 anos, enquanto estrangeiros, escravos e mulheres eram grupos excluídos da participação política.

Sobre o tema, Saíz (1999) já destacava que não se pode selecionar aquilo que se deseja compreender sobre a democracia, o termo não pode ser moldado para o atendimento de alguns interesses. Ainda que a democracia tenha sido forjada ao longo dos anos a partir de inúmeras ideias e percepções de diferentes povos, ela precisa atender a uma finalidade, a de colocar o poder verdadeiramente nas mãos do povo.

Por sua vez, pensando-se no que o termo democracia representa no presente, ressalta-se que este passou por remodelações e alterações conceituais que acompanharam o perpassar dos anos e as mudanças na sociedade, no pensar e agir dos indivíduos, governos e países. Podem, assim, ser citadas três grandes tradições de pensamento político como incidentes sobre sua configuração e construção atual.

A primeira teoria pode ser esclarecida da seguinte maneira:

A primeira teoria é a teoria clássica grega, também conhecida como teoria aristotélica, que distinguia quatro formas de governo: a democracia, como forma de governo do povo, ou seja, de todos os cidadãos que gozam dos direitos de cidadania, que se distinguia da tirania, como forma de governo de um só, da aristocracia, como o governo de uma elite, e da oligarquia como o governo desempenhado por grupos com privilégios. Como dito acima, o conceito de cidadão para os gregos não pode ser entendido com as noções contemporâneas de cidadania. (LIMA; ANNUNZIATO, 2018, p. 48).

Compreende-se, assim, que a primeira teoria vê o governo como sendo um governo do povo, representante daqueles que gozam de direitos de cidadania. Na segunda teoria, fica evidente que:

A segunda teoria é a teoria medieval, de origem romana, tendo por base o conceito de soberania na qual entende-se que há uma contraposição de

uma concepção ascendente e de uma concepção descendente de soberania. O poder supremo podia derivar do povo e se tornar representativo ou podia derivar do príncipe e ser transmitido por delegação do superior para os subordinados. Aqui também a ideia de povo não é a da noção contemporânea. Povo naquele contexto refere-se a um grupo privilegiado de pessoas que orbitavam, primeiro, ao redor do príncipe e mais tarde ao redor do príncipe e dos representantes da Igreja. (LIMA; ANNUNCIATO, 2018, p. 48).

Denota-se do texto apresentado que existe uma soberania, mas ela não é popular, soberanos são os governantes e, assim, sua vontade prevalece sobre tudo que o cerca, ainda que seja uma vontade individualista.

Na sequência, destaca-se a terceira teoria:

A terceira teoria é a teoria política moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias. Nessa teoria, as formas históricas de governo são essencialmente duas, a monarquia e a república, sendo a antiga democracia nada mais do que uma forma de república. Percebe-se, portanto, que em praticamente todos os governos tidos como democráticos ao longo da história antiga e moderna, a cidadania democrática valia apenas para um grupo privilegiado de pessoas. A ampliação de participação política para todos os cidadãos foi conquistada, na maioria das democracias contemporâneas, apenas durante os séculos XIX e XX por meio dos movimentos demandando o sufrágio universal. (LIMA; ANNUNCIATO, 2018, p. 48).

O que se extrai dos fragmentos analisados das palavras de Lima e Annunciato (2018, p. 48), é que a evolução do termo democracia ao longo dos anos carregou consigo visões antigas, arraigadas nas culturas em que foram cunhados e que passaram a ser assim aceitos nas demais culturas. A alteração do fato de que apenas alguns cidadãos gozavam do direito de participação na democracia para uma inserção de todos eles nessas atividades fez com que surgisse uma nova concepção, na qual é direito do cidadão avaliar as opções que lhe são oferecidas e exercer livremente seu direito de escolha entre elas.

Adentra-se, assim, a um esforço de deliberar a respeito da democracia como ferramenta para o fortalecimento do comum, da democracia como uma forma de governo centrada no todo, naquilo que não atinge a uma pessoa ou a um pequeno grupo, mas que exerce influência sobre a vida de todas, sem exceções.

Conforme Rosado (2015, p. 400);

En primer lugar, lo común remite al orden de la praxis, y es común porque es participable por todos, no solo por políticos profesionales, y expertos. Al

ser pragmático el concepto, la obligación política procede del hacer en común, y no de la pertenencia identitaria, ya sea nacional, étnica, religiosa o de la humanidad incluso. De otro lado, lo común no implica un bien común predefinido, ni en el sentido moral ni en el sentido de la propiedad. En el sentido moral: el bien común es bien porque lo define el común y mientras lo define el común. La acepción de bien como propiedad queda, por otra parte, descartada pues el gobierno de lo común, niega la propiedad, instituye la inapropiabilidad de determinados recursos, cuyo uso se regula o su abuso se prohíbe. Pero es el proceder en común quien lo instituye. Es la praxis lo que tiene prioridad, praxis instituyente que busca gobernar a favor de lo común, superando los conflictos sociales que no obstante alimentarían esta praxis, generadora a su vez de la co-obligación de participar. El sujeto de la política así entendida es un sujeto colectivo, pero no es un todo homogéneo ni preexistente; somos todos y no es nadie, somos los cualquiera que adquirimos el carácter de sujeto en el acto.

A democracia comunitária transfere a política das mãos dos políticos para o cotidiano, para a realidade das pessoas. É isso que a política precisa representar, um espaço de participação que ultrapassa o voto, se consolida na tomada de decisões sobre a vida das pessoas, para que essas decisões não sejam pautadas nas ideias de terceiros, ao invés de se apoiar nas necessidades, na realidade e nos desejo de todo o povo.

Mas (2017, p. 1) ressalta que

La crisis económica, y la globalización de las relaciones económicas y políticas, han determinado que en los últimos años se haya recuperado con fuerza creciente la idea de “lo común”, como noción que nos permite volver a pensar en lo que compartimos, en lo que nos une y que podemos perder de forma irreversible en virtud del creciente individualismo.

Compreende-se que a globalização, vista por muitos como uma vantagem, como algo positivo por reduzir as barreiras comerciais por meio da tecnologia e da possibilidade de comércio entre os diversos países do mundo, trouxe consigo um reforço ao ideal do capitalismo de que o sucesso de um indivíduo, de um grupo e de uma nação depende de sua capacidade de obter ganhos financeiros, dentro e fora de seus limites (mercado interno e externo). (MAS, 2017, p. 1).

Nesse diapasão, a concorrência se torna mais acirrada e com isso, o esforço individual toma uma forma predominante nas sociedades atuais. Cada um acredita que precisa lutar por si, esforçar-se para crescer, ganhar mais e, assim, ter maior representatividade no mercado consumidor capitalista. Com isso, as pessoas perdem a conexão entre si, deixam de apoiar-se por acreditar que, assim, estariam

apoando concorrentes, ao invés de entender que estão apoiando seus semelhantes e a coletividade de forma mais ampla. (MAS, 2017, p. 1).

Em assim sendo, falar da democracia e o *común* difere de abordar o *común* e a democracia no sentido dos esforços que são aplicados em cada abordagem. Enquanto o tema comum e a democracia parte da ideia de que o direito comum de participar na vida política de uma nação leva ao esforço pela seleção dos governantes adequados para o bem de todos, quando se aborda a democracia e o comum traça-se o caminho inverso, ou seja, os governantes já foram eleitos a partir do direito de voto dos cidadãos, justamente para que suas ações sejam voltadas ao alcance de melhorias nas condições de vida de toda a população. Não são situações a parte, mas complementares, que se apoiam e criam um ciclo que jamais deverá ser interrompido, apenas melhorado de acordo com as falhas identificadas dentro dele. (CABRERA, 2016; MAS, 2017).

Se é dever do Estado de prover o acesso dos cidadãos a serviços que atendam suas demandas e construam um vida digna e justa (como saúde, educação, preservação ambiental, acesso à água, etc.), então adentra-se ao tema democracia e *común*, quando o intuito é esclarecer que o Estado, por meio de seus governantes, não poderá deliberar por si ou para si, todas suas deliberações devem ocorrer de forma planejada, objetiva e clara, sempre tendo como destinatários os cidadãos que apresentaram seu voto e, a partir dele, esperam confiantes na construção de espaços de vida nos quais não sejam inseridos alguns poucos beneficiados, mas todos sejam convidados a tomar parte de uma vida comunitária pensada para o bem geral. (CABRERA, 2016).

Aguilar (2016) afirma que no Século XXI, ressurgem entre as nações Latino-Americanas a luta pelo direito de colocar em prática sua capacidade de coletiva de intervir nos assuntos públicos, considerando-se que os mesmos afetam a comunidade, o âmbito social de forma mais ampla. Surgem os movimentos sociais voltados à coletividade e aos ideais de comum, ou seja, com foco nos direitos que influenciam a vida de todos. Nesse sentido, o comum adentra à democracia como uma ferramenta para sua renovação, por meio do foco nas pessoas e seus direitos, é possível atuar de forma específica para o desenvolvimento e fortalecimento de uma democracia real, efetiva, na qual a participação dos cidadãos não se resume ao voto.

O caso latino-americano tem grande importância para o esclarecimento quanto à correlação entre democracia e integração, já que a consolidação democrática dos governos nacionais, caracterizados pela esquerda, que atuam na região desde o final dos anos 90, está trazendo novas realidades ao processo de integração regional. Em contraste com os esquemas de integração Norte-Sul, que são preponderantes em escala global, novos formatos de integração Sul-Sul surgem fortemente na América Latina, como resultado de esforços para articular a democratização nacional, para influenciar a democratização das relações internacionais, a partir da recuperação e defesa de uma autonomia capaz de igualar o nacional, o supranacional regional e um novo modelo de governança global. (PRECIADO CORONADO, 2014, p. 46-47).

Os esforços centrais na América Latina visam reavaliar a capacidade regulatória do Estado, elevar a capacidade de negociação em face da liberalização e abertura comercial e financeira, questionar abertamente o modelo econômico dominante, dar maior visibilidade à questão da justiça social e redistribuição de renda e atualizar o pacto social por meio de novas relações entre movimentos sociais e governo, um posicionamento chamado de pós-neoliberalismo. Apesar dessas forças fundadoras de uma nova gramática democrática, na América Latina coexistem duas linhas principais que norteiam sua integração regional: 1) os esquemas neoliberais dos tribunais, que respondem à matriz Norte-Sul, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Acordo de Livre Comércio da América Central + República Dominicana (Cafta + DR); Aliança do Pacífico, iniciativa do Peru, México, Colômbia e Chile, associada à Parceria Transpacífico (TPP), promovida pelos Estados Unidos com seus aliados para combater o poder dos países asiáticos no Pacífico, complementado pela Aliança Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), promovida em conjunto pela União Europeia e pelos Estados Unidos, com o mesmo objetivo de contestar a influência asiática no mercado mundial 2). (PRECIADO CORONADO, 2014, p. 47).

Por outro lado, nossa região possui esquemas de inspiração pós-neoliberais sul-sul, como os casos de surgem convergências entre a Comunidade Andina do Mercosul (CAN) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e até blocos pós-neoliberais com estratégias contra hegemônicas deliberadas, como é o caso da

Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Acordos Comerciais entre os Povos (Alba-TCP). (PRECIADO CORONADO, 2014, p. 47).

Enquanto nos formatos de integração neoliberal prevalece o paradigma de uma democracia elitista, apoiada por uma coalizão com um polo tecnocrático, nos esquemas pós-neoliberais há experiências crescentes baseadas na democracia participativa, nas quais uma democracia comunitária de base começa a ser renunciada étnico-nacional, que representa uma nova coalizão de interesses pluriclassistas, que busca processar o conflito social em bases deliberativas e inclusivas. (PRECIADO CORONADO, 2014, p. 47).

Essas nações não apenas passam a valorizar mais sua cultura, mas também entendem que os modelos democráticos dos quais vêm fazendo uso ao longo dos anos, mesmo tendo sido herdados de outras culturas, não precisam ser totalmente eliminados. É preciso que sejam reavaliados, repensados e reestruturados para que, assim, possam contribuir para a realidade da nação de modo muito mais significativo. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 209-210).

Germani (2017) ressalta que um dos maiores desafios atuais no que tange a democracia real refere-se à ideia de que o desenvolvimento econômico é imperativo para as nações e, assim, a obtenção de recursos financeiros assume um lugar privilegiado diante das preocupações com as pessoas e suas condições de vida.

El desarrollo económico y social y la modernización han sido considerados frecuentemente como relacionados de varios modos, con la democracia, el liberalismo, el pluralismo, la extensión progresiva de los derechos políticos, civiles y sociales, el individualismo y el igualitarismo, ya sea como precondiciones o como consecuencias o simplemente como procesos correlacionados. (GERMANI, 2017, p. 14).

O que é preciso compreender que a correlação atribuída ao desenvolvimento econômico com diferentes áreas da vida dos indivíduo não é incorreta, no entanto, ela não pode ser vista como fator de máxima relevância, com mais valor do que as pessoas e suas necessidades. Com isso, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico é positivo quando seus resultados trazem benefícios para as pessoas e os países em que vivem, quando apenas esforços desmedidos em busca de lucros ocorrem, esse desenvolvimento torna-se mais opressivo do que transformador (GERMANI, 2017).

Otra manera de relacionar negativamente democracia y modernización, o desarrollo económico social, es la de considerar lo contrario de la democracia, a saber, el autoritarismo, acompañado de formas totales o casi totales de negación del pluralismo, como uno de los caminos o de los medios para promover la transformación de una sociedad pre industrial en una sociedad industrial de desarrollo económico auto sostenido. Esta orientación ideológica estrechamente conexas a la señalada arriba, concerniente a la correlación negativa entre democracia y condiciones para el desarrollo, ha sido aplicada de manera especial a los países del Tercer Mundo, en particular a los ajenos a la cultura occidental. (GERMANI, 2017, p. 15).

Compreende-se que o capitalismo traz consigo um autoritarismo pautado sobre o desejo contínuo de enriquecimento, uma disputa não apenas entre as nações, mas entre empresas e pessoas dentro de um mesmo país, visando fomentar os esforços para a geração de lucro, sem dar qualquer ênfase ao pensamento comum, aquele voltado para o que todas as pessoas esperam ou necessitam em suas vidas pessoais, fora do papel de mão de obra.

Chomsky (1999, p. 10) aduz que muitos governos que se dizem democráticos permitem o uso do terror e da subversão como forma de assegurar que o sistema capitalista mantenha estável, que o desejo por lucros e o medo das represálias dos governos dominantes sejam motivos suficientes para que os governos das nações não oponham-se à disputa por mercados, mas se esforcem para que essa disputa se torne ainda mais forte e mais consolidada.

Sobre os países que se opunham a essas tendências de valorização do capitalismo acima das pessoas, Chomsky (1999, p. 10) ressalta que:

Os regimes nacionalistas que ameaçam a “estabilidade” são chamados de “maças podres” que ameaçam “estragar a caixa inteira” e de “vírus” que podem “infectar” outros países. A Itália de 1948 é um exemplo. Vinte e cinco anos depois, Henry Kissinger descreveu o Chile como um “vírus” capaz de enviar sinais equivocados sobre a possibilidade de mudanças sociais, contaminando países distantes como a Itália, ainda “instável” mesmo após anos e anos de atividades da CIA para subverter a democracia no país. Os vírus têm de ser destruídos, e os demais países, protegidos da infecção: em ambos os casos, a violência costuma ser o meio mais eficiente, deixando atrás de si um rastro de morte, terror, tortura e destruição.

Cada nação tinha um papel que deveria ser cumprido, ou seriam consideradas como pragas, como empecilhos para a evolução de todo o mundo, devendo ser combatidas, excluídas e, muitas vezes, tratadas como nações inimigas do desenvolvimento.

As “funções” da América Latina foram esclarecidas numa conferência hemisférica, em fevereiro de 1945, na qual Washington propôs uma “Carta Econômica das Américas” que eliminaria o nacionalismo econômico “sob todas as suas formas”. Os planejadores de Washington sabiam que não seria fácil impor um tal princípio. Documentos do Departamento de Estado advertiram que os latino-americanos preferem “políticas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza e a elevar o nível de vida das massas” e estão “convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país”. Tais ideias são inaceitáveis: os “maiores beneficiários” dos recursos de um país são os investidores norte-americanos, e a América Latina deve cumprir a sua função de serviço sem preocupações irracionais com o bem-estar geral ou com um “desenvolvimento industrial excessivo” que possa prejudicar os interesses dos Estados Unidos. (CHOMSKY, 1999, p. 11).

Preciado Coronado (2014, p. 47) esclarece que a integração neoliberal, comandada pelos Estados Unidos, vai para o imaginário (neo) pan-americanista cuja expansão se baseia em três pilares que são estabelecidos como condições: a democracia liberal ocidental centrada no Estado-nação; a adoção de reformas de mercado que promovam o modelo de exportação, abertura, privatização e liberalização econômica; e a geoestratégia de segurança americana compartilhada. Por outro lado, o imaginário latino-americano é o resultado de tradições históricas autônomas que são assumidas de forma heterogênea; em alguns casos, da retórica nacionalista e práticas pragmáticas dos fatos, em outros casos, da inspiração de um pensamento orientado à colonialidade do poder, através de uma nova gramática democrática que volta o olhar para o pensamento bolivariano, marciano e dos povos nativos.

Uma integração em múltiplas velocidades, onde, com tensões diversas, destaca-se a integração do grupo latino-americano, como foi recentemente o caso da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (Celac) e, por outro lado, avanços substanciais na América do Sul, que Eles podem até ser caracterizados como um americanismo sul-latino-americano, que caminha mais rápido e consolida mais profundamente os elos de sul para sul. (PRECIADO CORONADO, 2014, p. 47).

Santos (2016) enfatiza que os países passam a atuar como agentes geradores de recursos, não para as pessoas que dele fazem parte, mas para situar-se como forte e reconhecidamente poderoso diante de outras nações. O respeito que busca não é para suas pessoas, mas para sua força enquanto uma potência

capaz de gerar recursos, ao invés de se preocupar com a geração de renda para os cidadãos. Neste diapasão, o comum é ignorado e a democracia existente é puramente teórica, uma democracia superficial, falha e egoísta, na qual um governo após o outro é eleito para defender as pessoas quando, de fato, defendem apenas os interesses de poder e obtenção de vantagens financeiras, mesmo que às custas do bem estar e da proteção dos direitos comuns.

Para Chomsky (1999) a busca por poder fez com que as nações que atuavam por seus cidadãos fossem vistas como nações fracas, que estavam contaminando a relação entre os países e prejudicando o ideal de que o capitalismo poderia elevar as nações a novos patamares. Sobre o Brasil, a influência dos Estados Unidos foi ampla, foi fortemente disseminada a ideia de que quando a economia fosse forte mediante o mercado internacional, então todo o país estaria bem. É uma ideia que ainda perdura entre alguns grupos, aqueles que desejam que o capitalismo jamais deixe de ser o guia, o cerne da atuação de um país.

Os tentáculos desses ideais chegaram longe:

O exemplo mais recente é o México, louvado como o primeiro aluno das regras do Consenso de Washington e apontado como modelo para os demais – enquanto os salários despencavam, a pobreza aumentava quase tão depressa quanto o número de bilionários e o capital estrangeiro afluía (a maior parte dele especulativa ou destinada à exploração da mão-de-obra barata mantida sob controle por uma “democracia” brutal). Também ficou conhecido o colapso desse castelo de cartas em dezembro de 1994. Hoje, metade da população não atinge os níveis alimentares mínimos, ao passo que o homem que controla o mercado de grãos permanece na lista dos bilionários mexicanos, categoria na qual o país exibe uma elevadíssima posição. (CHOMSKY, 1999, p. 14).

Compreende-se, assim, que ao falar de democracia do comum, busca-se uma forma de romper com essas amarras que, por muito tempo, foram vistas como uma consequência necessária se o país desejasse ser valorizado pelas nações que eram consideradas “de fato importantes”, pelo poder que tinham no mercado. A democracia do comum rompe totalmente com essas amarras, ela não atua para dominar o povo e direcioná-lo para trabalhar em favor do enriquecimento, mas prega a necessidade de que todas as pessoas tenham direitos, sejam participativas e colaborem para uma gestão que foge da guerra por poder em nível internacional, pautando-se na proteção e valorização das pessoas e da vida em sociedade.

Boaventura Souza Santos (2016, p. 77-78) aduz que quando há um envolvimento da comunidade nas atividades, políticas e ações diversas, alcança-se com mais facilidade a satisfação dos cidadãos, não como uma forma de evitar suas críticas, mas de modo de aumentar entre as pessoas a percepção de que, ao serem ouvidas, ao atuarem como comunidade e em prol da comunidade, alcançam benefícios para si e para todos os demais e, assim, se fortalece o ideal de que o comum é mais efetivo do que a individualidade.

Lang, Lander e Velegrakis (2018, p. 5) enfatizam que o mundo atual encontra-se em meio a uma grave crise, que não atinge apenas alguns países, todos são afetados em alguma proporção. Essa crise está ligada a fatores financeiros, ambientais, culturais, entre tantos outros. Os fatores ambientais, além de fortemente impactados, colocam em risco o futuro das gerações, já que sem esses recursos a vida e a saúde são condições impossíveis de serem mantidas.

Há que se recordar que o meio ambiente e todos os recursos a ele atrelados fazem parte dos bens comuns, bens que não são de propriedade de uma pessoa ou empresa, mas de toda a humanidade, além de deverem ser mantidos para que as gerações futuras também possam fazer uso deles. Enfrentar a crise atual demanda de muito mais do que ações de sustentabilidade e preservação, mas do envolvimento de todas as nações para que alternativas efetivas sejam desenvolvidas e aplicadas, sem que os países tenham que abrir mão totalmente do desenvolvimento econômico, já que este também é necessário para que se possa ofertar melhores condições de vida para a população. (LAND; LANDER; VELEGRAKIS, 2018, p. 6-7).

Wolkmer e Scussel (2018, p. 84-85) afirmam que a população, com ênfase na América Latina, vem se posicionando de forma mais acentuada em busca de uma nova realidade, na qual os governantes não são os únicos tomadores de decisões, sem que venham a consultar a opinião popular para suas ações. O que a população deseja é uma atuação compartilhada, ouvindo e sendo ouvida para que, assim, sejam construídas políticas mais efetivas para o atendimento dos direitos de todas essas pessoas.

Essa nova realidade demonstra que, por um lado, há um maior esforço para que o comum seja respeitado, ou seja, para que todas as pessoas possam ser ouvidas, valorizadas e atendidas em suas necessidades. No entanto, há que se

recordar que, por outro lado, as preocupações individuais ainda são as mais fortes e mais presentes em algumas populações, na América Latina e fora dela.

A reivindicação do comum nasce, em primeiro lugar, nas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial. Ponto central da alternativa ao neoliberalismo, o "comum" se tornou o princípio efetivo de combate e de movimentos que, depois de duas décadas, têm resistido à dinâmica do capital e deu origem a formas de ação e de discursos originais [...] o termo "comum" não se refere ao ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas à emergência de uma nova maneira de desafiar e ultrapassar o capitalismo. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 21).

Os autores enfatizam que o comum tem como origem a preocupação social com a vida e com os direitos de todos os cidadãos. O comum é um princípio que se defronta diretamente com o neoliberalismo e o capitalismo de forma geral, não no sentido de afirmar que as pessoas não precisam de dinheiro ou não podem adquirir bens, mas como forma de leva-las a compreender que não precisam trilhar seus esforços sozinhas, podem e devem se apoiar para que todas sejam beneficiadas. (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 22).

Savazoni (2018, p. 93) enfatiza que ao abordar a questão do comum na sociedade atual, o primeiro ponto a se recordar é que o planeta é comum. A vida em sociedade demanda de bens que são essenciais e compartilhados entre os cidadãos e que variam desde o solo, o ar, as águas, até questões mais específicas como serviços de saúde, escolas, ruas, praças, etc. Esses bens tangíveis ou intangíveis são os chamados bens comuns, aqueles cuja presença favorece todos os cidadãos, enquanto a ausência reduz ou elimina sua qualidade de vida e as perspectivas de futuro.

Boa parte da literatura afirma que os bens comuns mais evidentes são aqueles que nos foram "dados" pela natureza. Ou seja, tudo que existe sobre a biota terrestre: os oceanos, os mares, os rios, as florestas, os bosques, o ar – portanto, a atmosfera –, as rochas, mas também o sangue, as células e os genes. Podemos pensar cada um desses bens – e sua específica gestão por meio de coletivos autogovernados – isoladamente. Mas por que não pensá-los como uma rede socioambiental interdependente? A vida, como diz Lovelock, é social, existe em comunidades que têm a propriedade de serem coligativas. Se entendermos essa formulação, podemos aceitar que Gaia, esse ser vivo em que vivemos, pode ser o nosso maior comum caso gerido coletivamente. (SAVAZONI, 2018, p. 93).

Compreende-se, assim, que a própria vida é um bem comum, não no sentido de que algumas pessoas deveriam decidir a vida das outras, mas como forma de ressaltar que as atividades da vida de um indivíduo podem e geram impactos sobre a vida do grupo. Nesse sentido, quanto maior o comprometimento com a coletividade, melhores os resultados. (SAVAZONI, 2018, p. 94).

Mas (2017) afirma que o conceito de bens comuns deve estar inserido no conceito do comum de forma mais ampla. Em outras palavras, não se pode fomentar a ideia de comum se os bens que devem ser preservados e ofertados a todos os cidadãos não alcançam essa realidade de compartilhamento. No entanto, apegar-se apenas a esse conceito seria incompleto, já que o comum envolve bens, ideias, políticas, esforços e cooperação por parte das pessoas e dos governos.

Para Bollier (2016), os chamados bens comuns, muitas vezes, são bens intangíveis, como a saúde, a educação, a preservação, as políticas públicas, as ações de um governo, e assim por diante. É um bem por ter valor, por ter a possibilidade de acrescentar à vida e às condições, todavia, seu foco pode recair sobre algo que não é palpável ou visível, como um imóvel, um veículo, etc.

Os bens comuns, segundo Hardin (1968), correspondem aos bens comuns de livre acesso, que podem ser definidos pela ausência de direitos de propriedade precisos. Em consequência, muitos dos casos anteriormente identificados como de livre acesso devem ser enquadrados na categoria da propriedade comunal. (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 274).

Bens tangíveis também podem ser destacados como bens comuns, como no caso dos recursos hídricos, dos quais todas as pessoas precisam ter acesso para viver. O uso desses recursos para a obtenção de benefícios próprio ainda é muito comum em alguns países, enquanto outros, além do uso, permitem o comprometimento de sua qualidade e disponibilidade e, assim, percebe-se um claro desrespeito ao bem comum das gerações presentes e futuras. (FORO DE LOS RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

De acordo com Beech (2013), tamanha é a necessidade de esclarecimento e maior compreensão sobre o comum, que não são raros os casos em que este se confunde com outros conceitos, como no caso do bem maior. O bem maior ocorre quando algumas vidas são sacrificadas em benefício de outras, como exemplo os soldados que morrem em tempos de guerra visando manter a soberania de seu país.

No bem comum não devem ocorrer sacrifícios de alguns em prol de outros, todos devem ser valorizados, apoiados, respeitados e beneficiados em proporções iguais.

Existem, ainda, casos nos quais o bem comum é confundido com o interesse público, todavia, ressalta-se que o bem comum não faz diferença entre público e privado, seu foco está nas pessoas, em todas elas, visando seu atendimento, enquanto o interesse público exclui a questão privada de sua área de atuação e alcance. Assim, verifica-se que o bem comum é amplo, sempre preza pela vida, dignidade e apoio a todos, não havendo diferenciação com base em qualquer tipo de característica (idade, sexo, conduta social, etc.). (BEECH, 2013).

No Brasil, a utilização do conceito de comum tem sido objeto de atenção sobretudo de ativistas e pesquisadores do campo da cibercultura, do meio ambiente e dos estudos sobre o direito à cidade e das comunidades tradicionais, sem que se possa registrar muitos autores produzindo conhecimento específico sobre o tema.⁴ Uma hipótese sobre o porquê de o comum não ser mais difundido no Brasil – embora esse cenário esteja mudando nos últimos anos com a realização de inúmeras teses e dissertações sobre o tema – tem a ver com a dificuldade de tradução do conceito para o português. Em inglês, os commons são as terras comunais, bens partilhados entre todos que precedem o processo de organização da propriedade privada que marca o início do capitalismo. Um termo, portanto, absolutamente incorporado à história política-cultural anglo-saxã. Não temos palavra correlata em português. (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018, p. 6).

Compreende-se, assim, que o comum trata-se do pensamento que se volta para a coletividade, para o esforço de que não haja apenas um grupo a ser valorizado ou beneficiado, mas para que todas as pessoas, além de serem vistas e tratadas como iguais, tenham acesso às mesmas oportunidades, além de serem destinatárias dos mesmos direitos e de esforços iguais para que suas vidas sejam dignas, adequadas, com uma visão de cada cidadão de que o valor maior não se encontra no atendimento de desejos pessoais, mas nos esforços para que o grupo seja devidamente protegido, valorizado e atendido. (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018).

Vieira (2014) destaca que é comum tudo aquilo que se desenvolve e se oferta à sociedade como forma de atender necessidades globais, com qualidade e em quantidade necessária. Políticas públicas de saúde são comuns, pois atendem a todos os cidadãos, do mesmo modo que a falta delas atinge negativamente vida de todos. Nesse sentido, enquanto o bem comum envolve bens a serem compartilhados e usufruídos por todos, pois pertencem à humanidade, a ideia de comum precisa ser mais aprofundada, pois não se trata de um bem ou um conjunto deles, mas dos

esforços para que todos os cidadãos tenham acesso a esses bens, além de serviços que são seus direitos, respeito que é devido a todos os homens, inserção nas políticas, entre uma série de outros fatores que devem ser ofertados de modo agrupado para que atendam à sua finalidade central, a vida dos homens, sem exceções.

Etzioni (2015) enfatiza que o bem comum engloba bens que servem a todos os membros de uma determinada comunidade e suas instituições e, como tal, refere-se a bens que não servem a um grupo específico identificável e aqueles que servem membros de gerações ainda não nascidas. Pode ser citado como um conceito normativo com uma longa e contestada história. Filósofos, teólogos, operadores do direito, políticos e o público chegaram a entendimentos distintos sobre o que o bem comum implica, como deve ser equilibrado com os bens individuais, se e por quem, ele deve ser aplicado. Embora haja muitos críticos da noção do bem comum, ela sobreviveu como um conceito significativo por mais de dois milênios, e continua a servir como um princípio organizador muito significativo da vida cívica e política.

É preciso reconhecer a diferença entre os bens públicos e o bem comum. O bem público é aquele que pertence à União, aos estados ou municípios, podendo essas esferas de governo fazer uso desses recursos para o cumprimento de seus deveres com a população. Esses bens se diferenciam dos bens comuns, que são aqueles que não têm um proprietário, mas pertencem ao mundo e aos cidadãos que nele vivem.

Houtart (2011, p. 7) já esclarecia em seus estudos que:

Atualmente, a defesa dos 'bens comuns' é uma forte reivindicação de muitos movimentos sociais. Ela inclui elementos indispensáveis à vida - como a água e as sementes-, como 'serviços públicos', hoje desmantelados pelas políticas neoliberais, tanto no Sul como no Norte. Esta luta consiste em uma oposição à onda de privatizações que atingiram a maioria das redes públicas, desde as ferrovias, a energia elétrica, a água, os transportes, a telefonia, saúde e a educação e também as florestas, os rios, as terras.

O que ocorre, porém, é que os bens comuns vêm sendo utilizados por governos, empresas e pessoas como se fossem de sua posse, com o intuito de conduzir à obtenção de lucros. Os recursos hídricos podem ser citados como exemplo dessa situação, recordando-se que são parte do rol dos bens comuns, no entanto, em determinados locais existem empresas privadas autorizadas a explorar

esses recursos, ofertando-os à população com custos atrelados (empresas de tratamento e fornecimento de águas).

É claro que a revalorização dos “bens comuns”, sob qualquer forma (nacionalizações ou outra forma de controle coletivo), tornou-se um objetivo fundamental para sair de um longo período no qual a lógica econômica centrou-se sobre o privado e o individual, a fim de promover o desenvolvimento das forças produtivas e o florescimento da iniciativa privada, excluindo de seus objetivos a maior parte do domínio público. Chegamos, inclusive, à mercantilização da vida humana. Esta lógica econômica instrumentalizou o campo político, o que se evidenciou durante a crise financeira dos anos 2008 e dos anos seguintes, com as operações de salvamento/resgate do sistema financeiro, sem nacionalizá-lo e deixando-o nas mãos daqueles que haviam originado a crise (exceto ao condenar os delinquentes). Tais políticas conduziram a medidas de austeridade, fazendo as populações sofrerem o peso da crise e preservando as políticas neoliberais. (HOUTART, 2011, p. 8).

Compreende-se, assim, que muitos governos não apenas deixam de fomentar a valorização do bem comum, como acreditam que podem fazer uso desses recursos para que sua administração possa alcançar melhores resultados financeiros, ainda que isso ocorra ao custo do sofrimento e do sacrifício da população, que deveria ter acesso a eles sem ser altamente onerada.

Abordar esse conceito de “Bem Comum da Humanidade” pode parecer bastante teórico frente a preocupações sociais e políticas. No entanto, este pode ser um instrumento de trabalho concreto muito útil para lidar com situações contemporâneas, tais como as diversas crises, ou a convergência das resistências e das lutas contra um sistema destrutivo da natureza e das sociedades. Trata-se de realidades muito concretas. Em primeiro lugar, a solidariedade, que se dilui frente à competitividade e ao individualismo; mas, também, o altruísmo, o respeito ao outro e à natureza, a ternura, tudo o que constitui o humano. (HOUTART, 2011, p. 8).

Percebe-se que o bem comum pode, se ultrapassar as barreiras teóricas, ser conspirado como um bem que atende às necessidades e direitos de toda a humanidade. Não importa sua origem, os bens comuns beneficiam muito mais do que um pequeno grupo de indivíduo. Silva Filho et al (2004, p. 1.511) já afirmavam que determinados recursos, quando usados de forma exacerbada ou descuidada, não apenas podem se extinguir, como também causam impactos sobre a vida no planeta, mesmo de indivíduos que se encontram distantes deles, como a água.

Schmitz; Mota e Silva Júnior (2009, p. 274) já destacavam que

Pequenos grupos locais e populações maiores são capazes de criar instituições, elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos

envolvidos em relação ao uso de bens comuns. Fatores externos podem dificultar a permanência desses modos de uso coletivo.

Percebe-se, assim, que não apenas sobre o Estado deve recair a gestão dos bens comuns, mas toda a população deve tomar para si uma parcela de responsabilidade, bem como um esforços de fiscalização para que, assim, os resultados obtidos sejam o envolvimento amplo de todos, fortalecendo o ideal de comum, de coletividade e compartilhamento.

A igualdade de voto não gera uma igualdade socioeconômica, ou qualquer forma de desigualdade que ocorra em um grupo social. Não basta o voto, é essencial que as pessoas participem de forma muito mais significativa, unindo inovação, inovação democrática e uma política que busque transformação econômica e social.

Si hablamos de democracia de lo común estamos señalando la necesidad de enfrentarnos a esas desigualdades desde un punto de vista global y transformador. Y desde esa perspectiva convendría analizar e impulsar nuevas experiencias y procesos participativos. (SUBIRATS, 2011, p. 27).

A participação deve embasar a reformulação e reconstrução da democracia, conduzindo a uma democracia comunitária, na qual a comunidade tem espaços e oportunidades de atuação voltada para todos os seus membros.

Após tais esclarecimentos quanto à democracia comunitária na reconstrução do cenário democrático de forma mais ampla, considera-se essencial abordar experiências específicas da democracia comunitária, como no caso de Nabón, no Equador, em função de seu relevante papel para a inserção dos cidadãos na construção política e social.

Serão abordados, ainda, dados a respeito da crise na Grécia e os esforços *ex parte populi* para a superação da crise e luta por maior justiça social, indicando que os esforços e movimentos sociais podem agir para que um momento negativo e grave seja superado. Por fim, será abordada a aposta municipalista em Barcelona e as alterações trazidas para a formação e integração social.

4 BENS COMUNS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FORA DOS MARCOS PÚBLICO/PRIVADO

Esta etapa do estudo tem foco nas iniciativas que envolvem os cidadãos na tentativa de revolucionar o sistema de gestão das cidades, bem como melhorar suas condições de vida dentro delas.

Inicia-se dando ênfase à democracia comunitária, o processo por meio do qual ocorre a participação, o cooperativismo e a autogestão visando uma inserção ampla e real dos cidadãos nos processos democráticos e na vida política de seu país. Além disso, o *buen vivir* somente poderá se concretizar em espaços nos quais todos os cidadãos são valorizados e, assim, há uma ligação direta entre democracia comunitária (*democracia comunal*) e o modo de viver das pessoas, com respeito e ampla valorização de suas especificidades. (MIGNOLO, 2014). O foco, neste capítulo, recai sobre a cidade de Nabón, no Equador.

A crise na Grécia causou amplos impactos sobre a vida dos cidadãos, que passaram a vivenciar não apenas pobreza, mas total falta de acesso aos serviços mais básicos para a manutenção da vida e da dignidade. Nesses cenários, os cidadãos passaram a atuar para a oferta desses serviços aos mais necessitados, criando um sistema de autogestão que não partiu do Estado, mas da necessidade e dos desejos das próprias pessoas.

O municipalismo em Barcelona também foi trazido como fonte importante de informações a respeito

4.1 DEMOCRACIA COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DO BUEN VIVIR NA CIDADE DE NABÓN NO EQUADOR

Ao longo dos últimos anos, a América Latina vem passando por transformações consideráveis, buscando para si uma maior autonomia, o respeito à sua cultura e valorização das raízes de seu povo, sem que esses países tenham que se submeter a políticas e tendências econômicas que em outras nações podem ter bons resultados, mas que em sua cultura específica não traz os melhores resultados. (WOLKMER, 2018, p. 9).

Subirats (2011, p. 25) afirma que “mercado, Estado y las fórmulas hegemónicas de desarrollo son cada vez más incompatibles con la democracia de lo común”. Compreende-se, assim, que sempre que há foco no mercado, na busca por agregar capitais e enriquecer, no poder do Estado como se tivesse prioridade diante das pessoas, então não há espaço para a construção de uma democracia comunitária.

A democracia comunitária carrega em si um importante objetivo, de levar à construção de um mundo no qual impere o respeito a todas as singularidades, autonomia e, ao mesmo tempo, a comunidade que une as pessoas que ali vivem. Todas as sociedades são compostas por pessoas diferentes, que carregam em si especificidades e, assim, cria-se uma sociedade de igualdade quando essas diferenças são respeitadas. Recebe maior valor aquilo que se busca ser, não aquilo que se pode ter. (SUBIRATS, 2011, p. 25)⁸.

A democracia comunitária não permite que representantes políticos vejam a si mesmos como superiores hierárquicos, cujos interesses devem prevalecer sobre os interesses das pessoas que integram as sociedades. “A democracia é o império da lei para todos, é o governo pela lei comum feita pelos homens”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 90).

Por outro lado, o interesse para que as leis e sociedades sejam feitas pelos homens e para os homens não é um interesse amplamente disseminado, em muitas nações há interesse maior na dominação, na aplicação do poder para impor seus desejos e necessidades sobre outras nações. Dardot e Laval (2019) enfatizam que o neoliberalismo não apenas fortalece a crise, como aproveita-se dela para impor uma

⁸ Esa democracia renovada que buscamos, esa defensa de lo común que nos impulsa, o esa forma de relacionarnos que nos inspira, tiene en internet, como ya hemos señalado, un escenario de potencialidades evidente. En lo político, ya que facilita notablemente el acceso, la información y la movilización, evitando la transición-intermediación forzosa vía partidos-instituciones. En lo económico, ya que, como hemos mencionado, permite el construir-financiar-distribuir iniciativas, empresas, productos, sin tener que acudir forzosamente a los canales establecidos, apoyándose en la capacidad de compartir, de generar valor desde la horizontalidad y la construcción colectiva. En lo social, ya que precisamente el incremento de la conexión online aumenta y refuerza las conexiones presenciales y la movilización social. No habrá renovación democrática sin ligarla a procesos reales de transformación social. Los ideales y valores que sustentan la democracia tienen un profundo sentido igualitario, y hoy esas aspiraciones deben convivir con el reconocimiento de la heterogeneidad y diversidad social y con la irrenunciable dinámica de reforzamiento de la autonomía personal. La conexión entre renovación democrática e inclusión social.

nova forma de governar, pela força e imposição da vontade de um governo⁹.

Nesse sentido, ao se falar em mudanças nos padrões democráticos ocorridas em diferentes nações do mundo, os exemplos existentes na América Latina não podem ser ignorados, pelo contrário, provavelmente se tratam dos mais claros e representativos nos últimos anos.

Nos últimos anos e décadas a América Latina passou por profundas transformações no campo político que refletiram diretamente no desenho constitucional de seus países. O processo de abertura democrática com a queda de regimes ditatoriais nas décadas de 1970/1980 fez com que essa área geográfica se inserisse em um novo ciclo político constitucional. Contudo, as principais inovações ocorreram nos últimos anos com as Constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009), que foram o marco daquilo que, posteriormente, se convencionou chamar de novo constitucionalismo latino-americano. (WOLKMER, 2018, p. 9).

Nesse sentido, percebe-se que Equador e Bolívia foram os marcos iniciais para uma nova tendência democrática e constitucional, com foco nas características e especificidades latino-americanas. Enquanto muitos países seguem Constituições Federais desenvolvidas com base em outras culturas e sistemas de governo, a América Latina vem apresentando uma preocupação em alterar esse cenário dentro de seus limites. (WOLKMER, 2018, p. 9-10).

Pensando-se especificamente no caso do Equador, destaca-se que:

Esse processo é enveredado pela refundação do Estado no Equador, na medida em que o país inscreveu no texto constitucional sua respectiva realidade social, abrindo o caminho para a influência da cosmovisão indígena e do pluralismo na Constituição. A refundação assenta-se em uma nova perspectiva no que tange à organização e atuação do Estado e à sua função na garantia dos direitos fundamentais. Trata-se de uma proposta que se contrapõe ao processo de depauperização do Estado que ocorre atualmente em grande parte do mundo ocidental, onde a forma Estado é substituída pela forma mercado. Busca-se, nesse contexto, a garantia do Estado de bem-viver, conceito que supera a noção tradicional de Estado Social nascida na segunda metade do século XX. No âmbito deste processo é também notável que a noção do pluralismo influenciou diretamente o processo de construção da nova constituição. Profundamente preocupada com a diversidade social, o texto constitucional reconhece a noção de Estado Plurinacional, onde supera-se a noção moderna de Estado-Nação, concebendo que no bojo de um Estado encontram-se uma pluralidade de nações e culturas distintas, exigindo uma nova atuação das políticas

⁹ O que caracteriza este modo de governo é que se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises. O **neoliberalismo** só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente.

estatais, a partir do paradigma da interculturalidade (WOLKMER, 2018, p. 9).

Em uma mesma nação encontram-se inúmeras culturas, origens, pessoas de todas as características que precisam conviver de forma harmônica e respeitosa. Para que isso ocorra, não basta repensar a questão das políticas públicas, é preciso rever o modo como o Estado se relaciona com a população, bem como o espaço que é oferecido para que os cidadãos tomem parte do processo de desenvolvimento cultural, econômico e, principalmente, democrático. (WOLKMER, 2018, p. 10).

A democracia comunitária foi instituída na Bolívia em 2009, quando da promulgação de sua nova Constituição Federal, visando valorizar um Estado composto por diferentes povos, no qual figura o pluralismo jurídico, cultural, econômico e, após essa inovação, também político.

En su faceta política, se expresa en el reconocimiento de la democracia comunitaria -formas de elección y selección de autoridades y representantes por medio de usos y costumbres indígenas- que se articula con la democracia representativa y la democracia directa y participativa. La combinación variable de reglas e instituciones de estas tres formas de democracia configuran la democracia intercultural. (MAYORGA, 2017, p. 1).

A democracia boliviana, incluindo suas instituições, atores e práticas, já não se apresenta da forma como foi no passado. Os esforços conduzidos têm como foco o alcance de uma democracia intercultural, na qual haja continuidade, mas também expansão e, é claro, mudança substantiva. O caminho a ser percorrido deve passar sobre as fundações, limites e lições da democracia liberal-representativa, sem desistir da prática institucionalizada da democracia direta e participativa. Trata-se de um desafio inserir a demodiversidade em uma nação e os resultados que se esperam podem demorar algum tempo para serem alcançados. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 208).

A primeira questão a ser considerada nesse cenário refere-se ao como a expansão e o (re)desenho institucional da democracia boliviana se desenvolve a partir de uma “democracia consolidada” em princípio centrada em partidos políticos / eleições e depois recoberta por mecanismos de participação direta, rumo ao que é hoje uma democracia majoritária, visando alcançar a demodiversidade. As consequências para o quadro normativo geral e, especialmente, para políticas extra / institucionais precisam ser consideradas. Em outras palavras, qual é o canal para os

novos mecanismos de participação direta, tomada de decisão, consulta, autonomia e deliberação nas lutas pela construção da democracia na Bolívia? (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 208).

A alteração do texto constitucional foi, sem dúvidas, um passo importante, porém, não pode ser o único, pois o caminho a ser trilhado é longo e tortuoso. Certamente que este primeiro esforço tem grande valia na alteração do cenário representativo para o cenário representativo, participativo e comunitário da democracia. Alterar o modelo democrático de gestão de uma nação não é uma tarefa simples, no entanto, os países que conseguem fazê-lo criam uma valiosa aproximação entre seus governos e os indivíduos, tendo-se em mente que são as pessoas que vivenciam as dificuldades do cotidiano, são elas que sabem onde estão os problemas e, muitas vezes, delas podem vir as melhores sugestões de alteração, melhoria e desenvolvimento de diferentes áreas. (CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012, p. 209-210).

Há uma tendência pela gestão representativa, na qual o poder de voto é o único oferecido aos cidadãos e, muitas vezes, parece ser suficiente para uma parcela da sociedade participar da vida política do país por meio do voto. No entanto, muitas sociedades vêm fortalecendo a percepção de que votar é apenas uma porta para uma mudança muito maior e mais necessária, a de inserir as pessoas, de forma real, nas decisões de seu país.

Wolkmer e Scussel (2018, p. 80) esclarecem que:

Contudo, as mudanças recentes que vêm se desenvolvendo nos Estados latino-americanos, especialmente no Equador e na Bolívia, a partir de processos constituintes com efetiva participação popular, representam uma nova possibilidade de renovação no âmbito da política, dos mercados, dos ecossistemas e da justiça social. No entanto, essas transformações apontam também para desafios a serem enfrentados e para a necessidade de reinvenção e transformação das instituições econômicas e políticas, em direção a sistemas adequados de proteção do comum contra as investidas do mercado global.

Compreende-se, assim, que em alguns Estados Latino-Americanos existe uma transformação dos processos democráticos, visando aumentar e efetivar a participação popular em seus processos políticos. Com isso, não apenas surgem mudanças no âmbito político, mas aumenta-se a justiça social praticada nessas regiões, já que seus cidadãos não são mais excluídos, pelo contrário, quaisquer que

sejam suas características, são sujeitos de direito e fazem parte de seu cenário em todos os setores sociais. (WOLKMER; SCUSSEL, 2018, p. 80).

Mayorga (2017, p. 2) ressalta que nesses locais, altera-se a relação entre Estado e cidadãos. As pessoas deixam de sentir valorosas apenas quando do momento de dar seu voto para determinado candidato e percebem que estão, de fato, integradas na vida política de seu país. O Estado muda sua posição frente aos indivíduos, ao invés de se posicionar como aquele que toma decisões sobre a vida dos indivíduos, passa a se posicionar como aquele que ouve, que se preocupa com sua realidade, suas características e suas necessidades e, frente a isso, desenvolve suas políticas públicas.

Los principales referentes del sujeto plurinacional son los pueblos indígenas y sus derechos colectivos son territoriales, por lo tanto, su ejercicio se define con relación al Estado. Esto implica que cada pueblo o comunidad debe establecer acuerdos con el Estado Plurinacional de manera particular y específica, un hecho que pone en cuestión la existencia del movimiento indígena como actor político, tal como sucedió en el caso del conflicto en torno a la construcción de una carretera en el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré (Tipnis), que puso en debate el tema de la autonomía indígena – como expresión de la vigencia de derechos colectivos – en contraste con el ejercicio de soberanía estatal y se resolvió mediante la realización de una consulta a las comunidades indígenas de la zona. (MAYORGA, 2017, p. 3).

Na Bolívia, a origem indígena é altamente predominante e, assim, a nova constituição trouxe consigo a preocupação com essa parcela da população tão considerável, porém, tão desvalorizada por muitos anos. Espera-se que todas as parcelas da população possam se desenvolver da mesma forma, contar com as mesmas oportunidades, tendo ficado evidente que, para isso, era preciso alterar o texto constitucional, incluindo essas pessoas no processo democrático de forma integral. (MAYORGA, 2017, p. 3).

O intuito é assegurar que as diferenças jamais sejam usadas como forma de excluir, mas como um meio de conhecer e compreender melhor as singularidades que podem ser percebidas em um povo.

Nesse contexto, a cidadania e a democracia passam a ser concebidas de modo amplo – naquela concepção alargada que engloba a identidade cultural, a inclusão social e a participação política – adotando novos perfis, novas maneiras não totalmente correspondentes à perspectiva moderna tradicional: superando-a, e indo ao encontro da necessidade de uma nova práxis jurídico-constitucional, preocupada com a complexidade e com a emancipação social. Nesse sentido, partindo da análise da subjetividade,

cidadania e emancipação realizada por Santos (Sousa Santos, B. de, 1999), que dão ensejo à teoria dos novos movimentos sociais, pode-se afirmar que o movimento político, jurídico e social do novo constitucionalismo latino-americano preocupa-se com essa trílice dimensão, superando a lógica da democracia essencialmente representativa e combatendo aos “excessos de regulação da modernidade”. (WOLKMER, 2018, p. 10-11).

Todos são cidadãos, todos têm direitos e se igualam em valor no contexto social. Na América Latina, essa forma de olhar para as pessoas e para suas necessidades vem se consolidando a partir de reconstruções democráticas amplas, comunitárias, participativas e que valorizam o ser humano acima de qualquer característica.

Danila (2014, p. 260), quanto ao modelo democrático na Bolívia, já ressaltava que:

No caso boliviano, o Estado Plurinacional é o grande projeto que alavancou a campanha e eleição de Evo Morales e que, pautado em um novo texto constitucional, que responde às antigas demandas pelo reconhecimento a multiculturalidade de seu país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, principal fonte de renda econômica na Bolívia. Porém, existem ressalvas quanto à continuação e efetivação dessa suposta recondução tomada por parte do governo para se mudar a realidade do país.

Assim, verifica-se uma preocupação com a população, com todos os cidadãos, qualquer que sejam suas características. No entanto, não se pode ignorar que apesar da relevância dessa nova mentalidade e esforço de alteração dos processos democráticos, ainda existem parcelas da população que são deixadas de lado, pelo menos em alguma proporção. Ou seja, teoricamente, o texto constitucional é extremamente importante e inovador, no entanto, na prática, esforços mais concentrados ainda se fazem necessários. (DANILA, 2014, p. 263).

Conforme Lang (2018, p. 13), Nabón é uma área de produção agrícola e assim foi por muitos anos. Trata-se de um local relativamente pobre em decorrência da pela erosão e degradação severa do solo, ocorrências relacionadas com o desmatamento e à monocultura intensiva de grãos (trigo, cevada, milho) em encostas íngremes, vulneráveis a más práticas de irrigação, chuva forte e vento. Nas primeiras décadas do século XX, a região havia sofrido amplo desmatamento para permitir um maior fornecimento de carvão para a nova ferrovia e para a construção

da Rodovia Pan-Americana, mas também devido à forte demanda por lenha e madeira fina da cidade vizinha, Cuenca.

A abertura de mais áreas para atividades agropecuárias também foi motivo para derrubar florestas. Entre os séculos XVI e XVIII, com o estabelecimento de fazendas pela Igreja Católica, a população indígena da região passou por um processo de concentração e desapropriação de terras. O sistema de fazenda era um sistema rentista, baseado no monopólio da posse da terra e formas de exploração do trabalho semelhantes à escravidão, que desapropriou e subordinou comunidades indígenas pela força. No início do século XX, as reformas liberais introduzidas durante o governo do Presidente Eloy Alfaro não apenas declararam o Equador como um Estado laico, mas também desmantelaram os bens da Igreja, incluindo as fazendas ao redor de Nabón. (LANG, 2018, p. 13-14).

Com a nova legislação ocorreram importantes mudanças no sistema de trabalho, foi abolida a servidão para a população indígena e as relações trabalhistas remuneradas generalizadas. As propriedades até então religiosas foram confiscadas pelo Estado e revendidas mais tarde a ex trabalhadores, um processo que começou por volta de 1930 e continuou durante as décadas seguintes. A população de Nabón lutou muito na esperança de recuperar a posse de suas terras, até que as políticas oficiais de reforma agrária foram introduzidas nas décadas de 60 e 70 para modernizar as regiões rurais no contexto da primeira onda do desenvolvimentismo latino-americano. (LANG, 2018, p. 14).

Nabón tem a maior concentração de população indígena, de origem inca e cañari, na província de Azuay. Quando libertos da servidão, da peonagem ou do serviço doméstico não remunerado no caso das mulheres, e com novos direitos sociais, esses povos indígenas compravam coletivamente grandes lotes de terra e formaram quatro comunas legalmente reconhecidas e que ainda existem até o presente. Essas comunas são estruturadas por uma democracia direta da assembleia, liderada por um conselho anual rotativo de cinco pessoas eleitas, pelo trabalho comunitário não remunerado dos Minga para construir e manter a infraestrutura coletiva e a propriedade coletiva da terra. Esses princípios da comunidade indígena de organização territorial e sócio-política foram regulados pelo Estado equatoriano na Lei de Comunas de 1937. (LANG, 2018, p. 14).

O caso de Nabón demonstra um amplo esforço direcionado para o *buen vivir*, para o reconhecimento dos direitos de todas as populações, eliminando-se a segregação que, por muitos anos, foi comum para com algumas populações, como indígenas e trabalhadores mais pobres. (CHICA; VERDÚ, 2017, p. 145)¹⁰.

Os exemplos do Equador e da Bolívia permitem que outras nações compreendam que podem assumir para si uma nova postura. Para isso, é preciso compreender as múltiplas culturas que fazem parte de sua nação, as diversas características atreladas a elas, as especificidades que apresentam diante das demais nações do mundo para que, assim, sejam valorizadas pelo que são, bem como valorizem seu Estado pelo que ele proporciona e o modo como se relaciona com as pessoas. (WOLKMER, 2018, p. 10).

Nessa perspectiva, a refundação do Estado se dá sobre novas bases, que atribuem um valor fundamental à biodiversidade e à sociodiversidade, reconhecidas constitucionalmente como bens da comunidade e das coletividades e como prerrogativas para o futuro, o que representa desafios significativos e estimulantes, seja para a hermenêutica, a interpretação e aplicação das disposições constitucionais, seja para as políticas públicas e para a redefinição das relações sociais no âmbito de um novo paradigma de sustentabilidade socioambiental. Pela primeira vez na história da América Latina, uma grande inovação para a teoria constitucional, se inclui parte dos princípios da cosmovisão indígena, que concebe os recursos e a própria estrutura social como bens comuns, expressões da Pachamama. (WOLKMER, 2018, p. 10).

Chica e Verdú (2017, p. 147) esclarecem que os discursos do *buen vivir*, pensando-se especificamente no Equador, ultrapassam as reflexões acadêmicas a respeito do desenvolvimento, trata-se de um dos cerne da política equatoriana, visando mediar relações de poder, conflitos de interesse, organizar a gestão de recursos, as interações entre Estado e sociedade civil, entre tantas outras questões.

Não é possível refundar o Estado se as bases são as mesmas, se não se alteram os preceitos e conceitos aplicáveis em suas atividades¹¹.

¹⁰ Nabón es un área eminentemente rural, ubicada al Sudeste de la provincia sureña de Azuay con una población de 15.892 habitantes según el censo de 2010. Una población estancada demográficamente, principalmente por efectos de la migración, con un crecimiento anual del 0,6% y con una composición étnica dividida en dos mitades: la indígena, ubicada en las comunas, y la mestiza, ubicada en el resto del cantón.

¹¹ Muchas autoras y autores en años posteriores tomaron la Constitución de 2008 como la norma contra la cual midieron la posterior implementación del Buen Vivir o su reinterpretación gradual en los sucesivos planes de desarrollo o del Buen Vivir instituidos por las instituciones del Estado correísta (Gudynas y Acosta 2011; Vega 2014). Sin embargo, en Ecuador, el concepto de origen indígena fue progresivamente sometido a un proceso de expropiación y resignificación. En retrospectiva, no se

Silva e Guedes (2017, p. 683) afirmam que com a globalização e o desenvolvimento tecnológico, passa a ocorrer uma maior integração e troca de experiências entre as nações, o que fez com que influências culturais fossem passadas de umas para as outras. Em muitos locais, essas influências não foram apenas aceitas, mas agregadas ao seu cotidiano, no entanto, na América Latina, que há muitos anos vinha aceitando as influências externas de outras nações, passou a surgir um esforço maior para a valorização do povo, da cultura, do capital, enfim, de tudo aquilo que é construído pela população ou para a população.

A partir do último quarto do século XX, intensificaram-se as relações transnacionais originadas no sistema de produção, nos fluxos migratórios, financeiros, e de informações, que marcam um fenômeno denominado de “globalização”, em que convergem vértices político, econômico, cultural, religioso, social e jurídico para uma realidade complexa. Tal fenômeno aparenta uma existência universal em um mundo sem fronteiras, mas esconde dicotomias concretas entre esta aparência e as diversidades locais. Pela amplitude do seu escopo, esse fenômeno, que define alterações na forma como podemos compreender o mundo e vivê-lo, abriga situações problemáticas de ordem econômica, ambiental, política e social, consequentes de um modelo ocidental de progresso, de desenvolvimento, da relação do humano com a natureza, do direito, da cultura, dentre outras questões relevantes para os estudos organizacionais e os estudos internacionais em gestão/administração do desenvolvimento. (SILVA; GUEDES, 2017, p. 683).

No Brasil, a participação comunitária nos processos de desenvolvimento de políticas públicas está diretamente envolvido com o orçamento participativo (OP), que teve início há mais de uma década em Porto Alegre, uma das cidades mais populosas do sul do Brasil e pode ser caracterizado como um processo que permite aos cidadãos apresentar suas demandas e prioridades para melhoria cívica, influenciando por meio de discussões e negociações as alocações orçamentárias feitas por seus municípios. (BHATNAGAR et al, 2019).

Desde 1989, as alocações orçamentárias para obras de bem-estar público em Porto Alegre vêm sendo conduzidas após as recomendações dos delegados públicos e aprovação pelo conselho da cidade, prática que resultou em melhores instalações para o povo de Porto Alegre. Por exemplo, as conexões de água e

puede dejar de señalar que ya en el momento de su inscripción en la forma Constitución Política del Estado, el paradigma del Sumak Kawsay pasó por una primera resignificación, dado que una Constitución tiene una función específica en el Estado liberal moderno; se elabora en un escenario político-institucional claramente demarcado y de acuerdo a un procedimiento y a formato específicos, que son ellos mismos propios de la lógica representativa y no comunitaria-asamblearia.

esgoto passaram de 75% do total de domicílios em 1988 para 98% em 1997. O número de participantes no processo de orçamento participativo em Porto Alegre chegou a 40.000 por ano em menos de uma década, indicando a capacidade do OP de incentivar e aumentar o envolvimento dos cidadãos. (BHATNAGAR et al, 2019).

O valor desses esforços de participação popular recai sobre a inserção de suas visões, necessidades e dificuldades na agenda dos governos, ou seja, as verbas já não são direcionadas apenas de acordo com o que acreditam os governantes em suas áreas específicas, mas naquilo que um grupo de pessoas, inclusive as menos favorecidas, ressaltam que vem faltando em ser oferecido para a população, comprometendo suas condições de vida e de desenvolvimento. (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Fedozzi e Martins (2015, p. 182-183) afirmam que a prática vem se espalhando, sendo vista como uma oportunidade para a conscientização do cidadão sobre seu papel de participação na vida e nas decisões que envolvem não apenas a própria vida, mas dos outros cidadãos em seu entorno:

De fato, após a emergência dos OPs no Brasil, com destaque para o paradigmático caso de Porto Alegre, vem ocorrendo um processo crescente de mundialização desse tipo de instituição participativa, com presença, hoje, em todos os continentes. Assim, o OP iniciou sua história no Velho Mundo e espalhou-se para os demais, em especial na Ásia e na África. Recentemente, está presente nas cidades de Paris, Nova York e Havana.

O sucesso da participação popular na determinação do uso de fundos públicos de assistência social na cidade de Porto Alegre inspirou muitos outros municípios a seguirem o exemplo. Até o momento, dos 5.571 municípios brasileiros, mais de 140 (cerca de 2,5%) adotaram OP, cujo impacto positivo é uma melhoria notável na acessibilidade e qualidade de várias comodidades de bem-estar público. A participação e a influência de pessoas pertencentes a grupos de baixa renda no processo de alocação orçamentária são prova de seu empoderamento. No entanto, a falta de representação das pessoas pobres no processo é uma lacuna do OP que precisa ser abordada. (BHATNAGAR et al, 2019).

Apesar das diferenças em termos de desenho institucional, poder efetivo e inclusão de atores, cinco critérios são adotados para a definição mínima de uma prática de Orçamento Participativo: (1) a vertente orçamentária e/ou financeira é discutida de forma pública; o Orçamento Participativo lida com recursos escassos; (2) o envolvimento social no processo se dá no âmbito da cidade; o nível de bairro não é suficiente; (3) o processo tem momentos

repetidos em instâncias, regras e critérios de participação e de escolha de prioridades orçamentárias; um encontro ou um referendo sobre questões financeiras não são exemplos de um Orçamento Participativo; (4) o processo inclui alguma forma de deliberação pública, no âmbito de encontros específicos ou fóruns; a abertura aos cidadãos das reuniões dos corpos administrativos ou políticos não é um Orçamento Participativo; (5) a prestação de contas sobre as decisões adotadas é essencial. (FEDOZZI; MARTINS, 2015, p. 183).

Porto Alegre era uma cidade que, apesar da elevada expectativa de vida e alfabetização dos cidadãos, apresentava uma realidade bastante negativa, com um terço da população vivendo em favelas isoladas nos subúrbios da cidade, sem acesso a serviços públicos como água potável, saneamento, instalações médicas e escolas. Para superar essa situação, alguns programas inovadores de reforma foram iniciados em 1989. O orçamento participativo surgiu como a peça central desses programas. O orçamento participativo foi iniciado e apoiado por três prefeitos, eleitos por uma coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e seus funcionários. (BHATNAGAR et al, 2019).

Em função do OP, novas unidades habitacionais, que abrigavam apenas 1.700 novos residentes em 1986, abrigavam outras 27 mil em 1989, o número de escolas quadruplicou desde 1986, o orçamento de saúde e educação de Porto Alegre aumentou de 13% em 1985 para quase 40% em 1996. A participação do PIB nas alocações orçamentárias totais aumentou consideravelmente, 17% do orçamento total foram alocados pelo OP em 1992, participação que cresceu para 21% em 1999. Em Belo Horizonte, metade dos recursos de investimento local da cidade, cerca de US \$ 64 milhões, foi alocada após o OP em 1999. Um indicador do sucesso do OP é o maior nível de participação. O número de participantes em Porto Alegre cresceu de menos de 1.000 por ano em 1990 para mais de 16.000 em 1998, para cerca de 40.000 em 1999. A participação não se restringe à classe média ou aos apoiadores convencionais do Partido dos Trabalhadores. Pessoas de grupos de baixa renda também participam ativamente do processo. Este mecanismo de transparência e responsabilização criou uma tensão saudável entre a administração e os cidadãos. A participação dos cidadãos garante mais decisões de alocação orçamentária orientada para as pessoas e sua implementação oportuna. (BHATNAGAR et al, 2019).

A preocupação em conhecer e ouvir a comunidade já não é mais uma ilusão, uma utopia, países latino-americanos vêm se esforçando nesse sentido e conseguem

demonstrar que é possível formular políticas na quais o Estado se mantém forte, bem estruturado, porém, contando com a participação de seus cidadãos em todos os setores, como saúde, educação, segurança, entre outros. A preocupação é evitar que a busca excessiva por recursos financeiros acabe por anular a população, transformá-la em trabalhadores sem voz, sem opinião e sem direitos. (WOLKMER, 2018, p. 11-12).

Havendo-se compreendido a questão da democracia comunitária na América Latina, com ênfase na Bolívia e Equador, bem como da participação comunitária no Brasil, parte-se para a avaliação de um novo posicionamento social e de gestão pública, o do buen vivir.

Wolkmer (2018, p. 41) apresenta os postulados centrais do buen vivir, de modo que são elencados na tabela 1, que segue.

Tabela 1: Postulados do Buen Vivir

POSTULADOS DO BUEN VIVIR
Garantia de justiça social para todos os cidadãos;
Reconhecimento do valor de todas as pessoas do modo como são, com suas especificidades e diferenças;
Redistribuição dos recursos visando maior igualdade de condições (todos com acesso igualitário);
Justiça cognitiva e valorização dos saberes para a proteção ecológica e ambiental (para proteger é preciso conhecer e entender);
Reconhecimento do meio ambiente como um recurso comum, o qual é essencial para toda a vida no planeta (não há um proprietário dos recursos ambientais, devem servir a todos e por todo ser protegidos);
Respeito ao território e à terra como recurso que precisa de proteção para que siga sendo um bem comum (a terra precisa do homem para ser protegida, o homem precisa da terra para viver);

As gerações presentes e futuras têm direito de acessar a esses recursos de forma equilibrada (as gerações presentes não podem usar desses recursos como se fossem seus ou como se fossem inesgotáveis);

Envolver o pensar e sentir dos cidadãos nas políticas públicas, por meio de sua participação nos processos democráticos de forma integral (as pessoas devem compreender seu papel e a importância de sua participação ativa);

Valorização da terra como ponto central da vida dos homens, fauna e flora como recursos essenciais para a vida das gerações atuais e futuras e como direito ao qual todos devem ter acesso;

Divisão dos poderes familiares entre homens e mulheres, despatriarcalização do poder (equilíbrio nas relações familiares para que homens e mulheres tenham valor);

A mulher como indivíduo de direitos, valorizada e respeitada (a mulher não é submissa ou secundária, mas parte importante da sociedade);

Relação de cooperação entre as pessoas e as comunidades, ainda que sejam diferentes entre si, respeitando essas diferenças como suas especificidades culturais e que não devem ser desprezadas, mas mantidas para as próximas gerações (as diferenças não são fatores de exclusão, apenas especificidades que devem ser respeitadas);

Eliminação dos processos de colonização e submissão às nações desenvolvidas, por meio da capacidade própria de produzir, gerar renda para seus cidadãos e para a nação de forma geral;

De acordo Wolkmer (2018, p. 41-42) o buen vivir trata-se, assim, de uma preocupação com todos, de forma igualitária, para que as pessoas sintam-se integradas à sociedade da qual fazem parte, mesmo sabendo que são diferentes entre si.

Viver bem depende da possibilidade de viver em uma sociedade justa, digna e igualitária e esses preceitos são amplamente defendidos pelo buen vivir para a vida de todos e para o benefício de todos.

Na Tabela 2, a seguir, são apresentadas as semelhanças e diferenças dos conceitos de Buen Vivir entre Equador e Bolívia.

Tabela 2: Comparativo dos conceitos entre Equador e Bolívia

Diferenças	Equador	Bolívia
Novo desenho constitucional	Ênfase nos direitos (direitos do buen vivir e da mãe-terra)	Ênfase na reestruturação do Estado-nação (plurinacionalidade)
Discurso político oficial principal	Indianismo – socialismo	Revolução cidadã – socialismo
Política econômica	Exploração histórica de óleo, ênfase recente na mineração	Exploração histórica da mineração, ênfase recente no gás
Semelhanças	Equador	Bolívia
Posse dos recursos naturais	O estado é proprietário dos recursos naturais do subsolo	
Organização indígena	Organização indígena forte	
Consulta/consentimento	Povos indígenas detêm direitos de consulta (mas não consentimento)	
Política de desenvolvimento	Plano nacional de desenvolvimento mantém	

visões convencionais

Desenvolvimento social	Aumentos nos gastos sociais
------------------------	-----------------------------

Fonte: Merino (2016, p. 3).

Roger Merino (2016, p. 1) leciona que ao longo da última década o conceito de Buen vivir vem se difundindo crescentemente entre os países andinos. Tal conceito toma como base cosmologias indígenas ao invés da filosofia política ocidental e tornou-se uma alternativa aos paradigmas de desenvolvimento tradicionais. O buen vivir está sendo implementado nas constituições, legislações e políticas de muitos países, particularmente as políticas ambientais e de desenvolvimento na Bolívia e no Equador. No Peru, o termo começou a ser usado pelos povos indígenas como um projeto político para expressar sua capacidade de autodeterminação, territorialidade e direitos culturais. Atualmente, o conceito de Buen vivir é aplicado na teoria política, na economia política e nos estudos jurídicos, e não apenas nos campos da história e da antropologia. É usado por movimentos sociais, organizações indígenas e acadêmicos para abordar as limitações da teoria de desenvolvimento atual e políticas de desenvolvimento e propõe novos caminhos políticos guiados por princípios não-ocidentais.

Shiraishi Neto e Araújo (2015, p. 380-381), quanto ao buen vivir e ao conceito boliviano equivalente de vivir bien, enfatizam que:

A noção do buen vivir, assim como sua coirmã boliviana, vivir bien, possui um antecedente prático que não pode ser esquecido nas leituras e aplicações que se pretendam fazer deste importante e paradigmático conceito constitucional. Tal é sua importância que tonifica, densifica e orienta os princípios e regras da Constituição equatoriana. Vale destacar, ainda, que as viradas constitucionais operadas pelas Constituições da Colômbia (1994), da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009) inscrevem-se nos marcos do que os juristas envolvidos com a análise dessas mudanças denominam de “neoconstitucionalismo latinoamericano” (ZAFFARONI, 2011). A consagração do buen vivir como direito na Constituição equatoriana e como princípio na boliviana traduz a opção político jurídica de afastamento da tradicional teoria constitucional europeia, seguida por diversos países na América Latina, dentre eles o Brasil, que vive um intenso processo de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Donelly (2014, p. 221) ressaltava que o buen vivir trata-se de um esforço para que as nações não se mantenham presas a conceitos e políticas de outros

países, por meio dos quais se tornam quase que escravas, seguindo preceitos que não estão de acordo com sua própria visão de sociedade e das necessidades em seu cotidiano.

Como ontologia, apesar dos poucos estudos empíricos realizados, o Buen Vivir é um projeto em construção que vê possibilidade de resistência ao modelo dominante e se configura como uma voz não apenas de resistência, mas também de alternativa às civilizações – portanto tem sido contra hegemônica. Considera-se a concepção de contra hegemonia neste ensaio como resultado de “[...] um trabalho organizado de mobilização intelectual e política contra a corrente, destinado a desacreditar os esquemas hegemônicos e fornecer entendimentos alternativos credíveis da vida social”. (SANTOS, 2014, p. 33-36). Observa-se que o contra hegemônico não pretende a hegemonia. (SILVA; GUEDES, 2017, p. 687).

Para o constituinte equatoriano, assim como posteriormente o boliviano, o buen vivir é um conceito que ainda não foi totalmente compreendido, porém, quando puder ser esclarecido, devidamente ressaltado e aplicado efetivamente na vida dos cidadãos, as mudanças em questões de qualidade de vida, satisfação e cooperativismo serão acentuadas.

Para entender o poder transformador da noção indígena do buen vivir, é preciso visualizar o modelo constitucional assumido pelo Equador antes da Constituição de Montecristi. Nesse sentido, convém mencionar que o Equador possuiu 19 Constituições, as quais transitaram entre o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chamou de “constitucionalismo antigo”, ligado ao período pré-hispânico e colonial hispânico; “constitucionalismo moderno” (primazia do ideal liberal), marcado pelo reducionismo da intervenção do estado, monocultural e juridicamente monista; e o “constitucionalismo contemporâneo”, que “[...] rescata el constitucionalismo oculto, practicado por otras nacionalidades, en particular las indígenas, es plurinacional y correspondería a un modelo distribuidor, reconecedor y demo-diverso”. (SANTAMARÍA, 2011, p. 85).

O buen vivir refere-se ao viver bem, ao viver com qualidade e atendimento das necessidades básicas, aquelas sem as quais a vida pode tornar-se mais difícil. O ideal de buen vivir não seleciona, tampouco segrega, seu intento maior é que todos atuem para que a coletividade tenha uma vida nessas condições, de vida adequada, não para que alguns sejam mais ou menos felizes e satisfeitos em suas necessidades do que os outros. Os ideais indígenas de compartilhamento entre todo o povo permeiam diretamente os princípios adotados no buen vivir. (DONELLY, 2014, p. 222).

O que se precisa esclarecer quanto ao buen vivir é que este tem como foco as pessoas e tudo aquilo que se faz necessário para que, ao invés de dominadas pelo capitalismo, consigam viver bem com a compreensão de que compartilhando entre si, se apoiando e respeitando, todos podem viver bem, com qualidade e dignidade, de forma coletiva.

4.2 ALTERNATIVAS (*EX PARTE POPULI*) EM TEMPOS DE CRISE NA GRÉCIA

A ação coletiva e os movimentos sociais considerados fenômenos políticos fortes que se desdobram em uma interação estrutural com fatores sociais, políticos e econômicos, e que se baseiam no tecido institucional e relacional das sociedades. (ROUSSOS, 2019).

Gohan (2011, p. 335) afirma que os movimentos sociais devem ser encarados como “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

Nesse sentido, antes de adentrar a um relato específico dos movimentos ocorridos na Grécia no perpassar dos anos, é preciso esclarecer a importância desses movimentos. Quando pessoas de diferentes classes sociais, níveis educacionais e com variados objetivos de vida se unem em prol de um objetivo maior, o bem de toda uma população, passa a se delinear um esforço que toma conta dos espaços e gera mudanças, ainda que seja um processo lento e, muitas vezes, permeado por repressão e violência.

Para analisar o ciclo de protestos anti-austeridade na Grécia, é importante atender às questões e dúvidas mais prementes que os atores tiveram que enfrentar no início da crise. Embora uma abordagem baseada na análise de estruturas de oportunidades políticas possa ser usada para explicar alguns aspectos do surgimento e formação das mobilizações anti-austeridade gregas, é necessário um conjunto diferente de parâmetros para enquadrar e problematizar a conjuntura de crise que os eventos ocorreram. (ROUSSOS, 2019).

Os conflitos que os movimentos produzem, e em torno dos quais eles se estruturam, apresentam uma especificidade: eles extrapolam o âmbito restrito dos conflitos de interesses ou de demandas pontuais no interior dos subsistemas nos quais atuam e se vinculam diretamente às disputas

relacionadas à forma de organização da vida em sociedade. Ou seja, movimentos sociais que atuam no sentido da transformação ou da manutenção de políticas públicas sempre expressam conflitos mais amplos, relacionados às diferentes concepções (projetos políticos) sobre como a sociedade deve ser organizada. Cabe, nesse ponto, esclarecer que os movimentos sociais podem também se inserir nas disputas nos subsistemas para defender os modelos dominantes contra a percepção de ameaças por modelos alternativos. Estudar essa atuação é um desdobramento importante para testar o modelo analítico que estamos propondo e compreender as variações significativas. Neste estudo, contudo, vamos abordar os movimentos sociais de setores subalternos que encontram oportunidades e ameaças específicas em seu esforço de fazer sua voz ouvida nos subsistemas. (ATAGIBA; ABERS; SILVA, 2016, p. 106).

Verifica-se, assim, que os movimentos sociais permitem a criação de novos parâmetros, sendo esses voltados ao atendimento de necessidades públicas que foram ou são ignoradas por alguma razão.

Tais parâmetros podem derivar em parte da eficácia da ação coletiva para transformar, cristalizar e produzir significado e conhecimento. Seguindo tal perspectiva, destaca-se que tanto os eventos de ação coletiva, quanto os atores que os realizam, estão envolvidos em um processo constante de criação e reformulação de significados. Assim, inicialmente, em vez de uma abordagem puramente teórica, que envolveria o desenvolvimento de uma teoria específica para explicar fatos, adoto uma estrutura orientada a problemas que investiga como as diferentes soluções para a crise grega foram construídas, mas também como essas soluções diferentes resultam de uma forma específica de problematização. (ROUSSOS, 2019).

[...] os movimentos sociais se inserem em conflitos relacionados não apenas à existência de propostas de políticas concorrentes, mas também de conflitos que envolvem a própria configuração institucional do subsistema e ideias mais gerais sobre a organização da vida social. Essa capacidade de acionar conflitos associados à forma de vida em sociedade distingue a atuação dos movimentos sociais de outras entidades ou organizações da sociedade civil que estabelecem parceria com o Estado e recebem recursos para implementar política pública. Assim, movimentos sociais são um tipo particular de ator/rede (ou coalizão) que participa do processo de produção de políticas públicas, elaborando, experimentando e disputando modelos alternativos de políticas, que traduzem seu projeto político em um subsistema específico. A produção das ideias e o desenvolvimento das experiências sempre ocorrem em interação com outros atores (aliados, concorrentes, adversários), e seus resultados dependem de como estas interações se estruturam e se desenvolvem. (ATAGIBA; ABERS; SILVA, 2016, p. 109).

Desde a queda da ditadura militar de sete anos até o final da Guerra Fria (1974-1990), a Grécia passou por quase duas décadas de politização sem precedentes e mobilização robusta, entre várias outras queixas. Apela à soberania nacional e à democratização e à crescente oposição ao capitalismo, a OTAN e a CEE mobilizaram os cidadãos gregos a desenvolver uma cultura de protesto social e político que se refletisse no aumento da participação política. Partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais acomodaram-se ansiosamente a essa tendência, que também foi resultado da repressão política durante a Junta, quando movimentos de protesto varreram os campos da Guerra Fria na Europa e nos EUA. O legado da guerra civil e a radicalização causada pela crise de Junta e Chipre de 1974 consolidaram a propriedade da esquerda dos movimentos sociais, tanto em suas manifestações comunistas quanto de centro-esquerda, bem como o antagonismo entre eles. (GUTIÉRREZ, 2018).

No início dos anos 90, a disputa com a ARJM interrompeu a hegemonia esquerdista, como um consenso partidário quase transversal que levou nacionalistas do centro à esquerda e à direita e à extrema direita nas ruas. A agenda de protesto esquerdista foi ainda mais contestada em 2000, quando o povo da igreja, principalmente conservadores, povoou as ruas para protestar contra o registro opcional da religião nas carteiras de identidade nacionais. Em um sentido mais amplo, a agenda de mobilização nas décadas de 1990 e 2000 foi marcada pela alteração entre valores materialistas e pós-materialistas: movimentos de escolas e estudantes, protestos contra a guerra, oposição à reforma previdenciária, antiglobalização e demandas ambientalistas. (GUTIÉRREZ, 2018).

A centralidade dos partidos na mobilização social definiu o desenvolvimento e a pesquisa de movimentos sociais para o período em discussão. O protesto pacífico que se seguiu aos incêndios mortais de 2007 pareceu trazer à tona um novo tipo de reação massiva e espontânea da sociedade civil. Outra transformação, incluindo a violência civil generalizada, tornou-se evidente nos tumultos que se seguiram ao assassinato de Alexandros Grigoropoulos por um policial em dezembro de 2008. Alguns anos depois, a crise econômica, com magnitude e duração sem precedentes, trouxe protestos maciços e frequentemente violentos. A vanguarda da política. Movimentos anti-elite, anti-partidos, anti-austeridade, anti-imigração, anti e pró-UE, protestam por interesses locais, causas ambientais, compuseram um novo e

explosivo mosaico de protestos, sendo o etnopopulismo o denominador comum. (GUTIÉRREZ, 2018).

Desde o final de 2008 a Grécia vivencia crises e contendas. A união dos fatos foi extremamente influente no surgimento do movimento Syntagma Square de 2011, bem como na ascensão ao poder do partido populista de esquerda Syriza. Essa, porém, é apenas uma parte da história, devendo-se recordar nos interstícios criados pela repressão estatal e retirada do Estado, pelo projeto hegemônico do Syriza e pela escalada do populismo reacionário, a Grécia presenciou o surgimento de iniciativas anarquistas e auto-organizadas que desafiam qualquer categorização direta. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 505).

Os movimentos socialistas na Grécia surgem no início do século XX, destacando-se como casos mais notáveis os confrontos entre trabalhadores e empregadores nas minas de Lavrio (1906) e Serifos (1916). Todavia, os desenvolvimentos mais significativos ocorreram após o final da Primeira Guerra Mundial, com a disseminação de ideias socialistas em todo o país. Quando da ascensão do ditador Ioannis Metaxas ao poder em 1936, ocorreu uma brutal repressão da dissidência e do sindicalismo. O regime estabeleceu uma intensa censura da mídia, tendo como alvo principalmente jornais socialistas, como Rizospastis (o Radical), o jornal do Partido Comunista Grego (KKE), e publicações como a Luta de Classes e a Nova Sociedade, ambas variantes trotskistas e socialistas. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

O governo de Metaxas aprisionou milhares de socialistas e sindicalistas, além de manter uma forte repressão e perseguição de comunistas, anarquistas e socialistas, que se mantiveram durante e após a ocupação alemã. Em resposta à invasão alemã, em setembro de 1941, o KKE, em colaboração com pequenos partidos de esquerda, estabeleceu a Frente de Libertação Nacional (EAM), que rapidamente se tornou o maior movimento da Resistência Nacional Grega contra a ocupação do Eixo. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

As ações da EAM representaram uma forte influência radicalizante sobre o povo grego, através de discursos públicos e propaganda, distribuídos principalmente por Rizospastis. Ressalta-se, ainda, a ação direta ocorrida enquanto a escassez de comida causava a morte de milhares de pessoas, muitos combatentes EAM / ELAS, essa frente conseguiu fornecer alimentos para aldeias famintas. Os discursos e

ações da EAM influenciaram as lutas sociais e políticas e ainda são influentes, considerando-se que slogans usados pela EAM / ELAS durante a ocupação nazista e a guerra civil grega recentemente ressurgiram, junto com fotografias circulando como memes, enquanto referências a batalhas travadas pela EAM voltaram vigorar no cenário político cerca de setenta anos depois. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

Quando Rallis foi nomeado o terceiro primeiro-ministro colaboracionista da Grécia, em abril de 1943, inicia-se oficialmente a "guerra contra o comunismo". Rallis reuniu todos os cidadãos que concordavam com seus ideais e por ele eram chamados de disciplinados, para auxiliar no que ele destacou como um esforço "restaurar a ordem em casa". Surgiram forças anticomunistas reacionárias (Batalhões de Segurança (SB)), e receberam assistência financeira dos alemães. Seu discurso seguia os preceitos de extrema-direita, com um apelo para "salvar a Grécia dos bolcheviques", classificando as forças da EAM como inimigas da Grécia. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

A EAM e o KKE foram criticados por muitos trotskistas, como Castoriadis e Stinas, que afirmavam que o KKE fazia uso de métodos repressivos stalinistas contra qualquer um que desafiasse sua hegemonia ideológica. Sua estratégia comunicativa e midiática, incluindo a comunicação entre seus membros e entre o partido e o público em geral, era de total controle de ideias e notícias. Foi encarnado por Rizospastis como o "órgão" do comitê central do partido e pelos numerosos "instrutores", ou apparatchiks partidários responsáveis pelo recrutamento, orientação ideológica e coordenação dos membros do partido. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

Em 1994 se deu a libertação da Grécia, porém, acentuados confrontos passaram a ocorrer em Atenas, envolvendo os guerrilheiros da EAM e as forças do exército britânico e seus colaboradores gregos. Os confrontos de dezembro de 1944 terminaram com a derrota da EAM / ELAS, que foi forçada a entregar suas armas às autoridades. Os andartes que se recusaram a capitular foram perseguidos pelas tropas do governo. Após a derrota da EAM, inicia-se uma reação de direita resultando na reforma de bandos de combatentes da resistência, montando o Exército Democrático da Grécia (DSE), que era basicamente controlado pelo KKE. Todavia, o DSE foi totalmente derrotado pelo exército britânico e milhares de seus

membros foram presos, executados ou fugiram para a Europa Oriental. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 506).

Nesse período, vários homens que haviam lutado nos Batalhões de Segurança ao lado dos alemães foram direcionados sem qualquer dificuldade para a Guarda Nacional pós-guerra. Foi nesse período que se estabeleceu o estado ultra repressivo pós-guerra civil, marcado pela liquidação constante de comunistas e partidários de esquerda e sentença dura de dissidentes em campos de trabalho forçado, situados em ilhas penais. Operando em condições de ilegalidade, tanto durante a ocupação alemã até 1974, o Partido Comunista controlava quase toda a mídia de esquerda, e os setores político e ideológico de esquerda. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 507).

No período de repressão, as comunicações entre os movimentos políticos e as pessoas poderiam ocorrer apenas através de discussões pessoais, ainda que vários jornais ilegais e publicações menores circulassem na clandestinidade. O Centro Nacional de Arquivamento da Grécia lista 40 títulos ilegais impressos principalmente em Atenas, em comparação com os cinco meios impressos legais que circulavam durante a ocupação alemã. Em 1944 ocorreu uma explosão da mídia esquerda: a EAM publicou 116 títulos em toda a Grécia, enquanto o KKE publicou outros 93. No entanto, esses títulos foram todos banidos após a derrota do DSE. O período de 1955-1963 foi caracterizado por uma repressão sem precedentes, com os membros da Polícia Secreta (KYP) sendo proporcionalmente mais do que os membros da Stasi alemã, se considerado o tamanho da população. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 507).

Embora a repressão tenha diminuído um pouco nos anos 1963-1967, o período de perseguições terminou com o colapso da ditadura anticomunista de 1967 em 1974. Atribuiu-se a queda da ditadura à revolta estudantil na Universidade Politécnica de Atenas, em novembro de 1973. Acredita-se que a insurreição politécnica reduziu a tolerância popular da junta militar, que foi um dos fatores que levou ao seu colapso em 1974. Essa revolta é considerada um marco para o movimento antagônico no país. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 507).

O primeiro governo do Pasok, em 1981, instituiu reformas populistas / socialistas, levando a consideráveis mudanças na Grécia. Os casamentos civis foram introduzidos, enquanto as medidas que restringiam a liberdade de expressão

foram revogadas, juntamente com a legalização dos partidos de esquerda e o reconhecimento da Resistência Nacional da EAM / ELAS. O novo consenso contribuiu para a rápida folclorização da luta estudantil e a institucionalização do ativismo anti-junta. Como resultado, uma forte atitude anti-direitista no público floresceu, embora discursos e ideias reacionários tenham sobrevivido. Os defensores do consenso anti-comunista (e pró-Junta) da Guerra Civil tiveram que esconder seu perfil extremista ao se comprometer com a ala mais conservadora do partido de centro-direita Nova Democracia ou associar-se aos discursos de muitos pastores ortodoxos fundamentalistas cristãos, que se tornaram os pioneiros do isolacionismo paroquial e populismo nacional na Grécia. Depois de 2005, eles gradualmente emergiram da periferia através da retórica do partido populista de direita LAOS e depois Golden Dawn. Ao mesmo tempo, durante o consenso de Metapolifsi, surgiram novas tendências e discursos, incluindo esquerdismo radical, anarquismo e feminismo. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 508).

O reaparecimento do movimento antagônico ocorreu, inicialmente, durante a revolta politécnica. Nos anos de 1980 e 1990, o anarquismo começou a se espalhar entre os jovens gregos, principalmente através de meios alternativos (de propriedade coletiva), criando um discurso alternativo, além da ideologia estatista dos partidos de esquerda, neoliberalismo ou populismo reacionário, além da democracia liberal. Subculturas punk e tendências contraculturais, surgiram especialmente em torno da área do distrito Exarcheia de Atenas. De certa forma, essas correntes são a continuação de movimentos contraculturais (como os yieyiedes e tediboydes - hippies e "teddy boys") que surgiram inicialmente na década de 1960. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 508).

A dupla repressão por parte do Partido Comunista e do Estado, que se prolongou até os anos 1970, é um fator importante para a compreensão e o esclarecimento da relutância de grupos políticos alternativos em seguir estruturas políticas partidárias e métodos organizacionais. Nos anos de Metapolitefsi, a mídia e a paisagem ideológico-política caracterizavam-se pela hegemonia populista do Pasok, por seu apelo a uma falsa retórica terceiro-mundista e eurocéptica, ao mesmo tempo em que sustentava e inflacionava as relações clientelistas estabelecidas por seus competidores de direita. Pasok estabeleceu um controle firme da mídia, através do subsídio de publicações via publicidade estatal e fazendo

acordos preferenciais com os proprietários de mídia. Isso foi ainda mais pronunciado no caso da radiodifusão comercial, estabelecida em 1989, em uma paisagem confusa e parcialmente desregulamentada que mais uma vez reforçou o clientelismo. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 508).

Os movimentos esquerdistas, anarquistas e libertários na Grécia apresentaram algum envolvimento na maioria dos grandes protestos, e especialmente aqueles contra a globalização. Em junho de 2003 ocorreram muitos protestos em Tessalônica contra a cúpula da União Europeia, parcialmente organizada pela Rede Antiaforritarian Movement (Antiexousiastiki Kinisi), que também participou de grandes protestos antiglobalização, por exemplo, em Rostock, na Alemanha, em 2007. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 509).

O principal meio do movimento durante este período foi a Indymedia Atenas, enquanto outras mídias incluíram versões digitais de publicações impressas e uma série de blogs. Arquivos digitais apresentavam um vibrante cenário de mídia anarquista alternativa, incluindo publicações impressas. A famosa revista anarquista Apatris (Stateless), um dos mais notáveis jornais anarquistas gregos, reconta muitas revistas e jornais, como Enantia (Contra), Alfa, Gilotina (Guilhotina), bem como Mavri Simaia (Bandeira Negra), Resalto, etc. Essa paisagem vibrante permanece até hoje, com algumas dessas publicações aparecendo ainda em formulários impressos e digitais. Enquanto no início dos anos 2000 os movimentos anarquistas e alternativos eram marginais, em meados de 2010 sua posição no cenário político grego havia mudado dramaticamente. O momento crucial foi a revolta de dezembro de 2008. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 508).

Acredita-se que os eventos desde 2008 não podem ser compreendidos fora de todo o contexto histórico anteriormente discutido. Os fatos que se seguiram aos acontecimentos de 2008 mostram que é impossível para este movimento aliar-se a qualquer partido político de esquerda, incluindo o KKE e o Syriza, ainda que brevemente o Syriza tenha procurado recrutar e subjugar o movimento sob a sua hegemonia. A virada dos acontecimentos após o assassinato de Alexandros Grigoropoulos em 6 de dezembro de 2008, ambos estavam em continuidade direta com o passado antiautoritário da Grécia e sinalizavam uma ruptura. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 509).

A revolta de dezembro não foi planejada ou liderada por nenhum partido, porém, o Syriza foi o único grupo parlamentar que expressou simpatia pelos jovens em revolta, enquanto os demais partidos e a própria mídia condenaram os eventos, havendo ameaça de lei militar nas ruas de Atenas. A mídia e as forças políticas dominantes não buscaram compreender os eventos e seu significado, concentrando-se exclusivamente na violência e nos saques. Ecoando os eventos durante a revolta politécnica, a auto-organização, a união e a amizade substituíram o terror e a desconfiança, e uma esfera pública começou a emergir. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 510).

A revolta de dezembro pode ser descrita como uma experiência de socialização. Os participantes dos eventos afirmavam estar vivendo em um momento igualitário, gerando, em uma noite, mudanças nos termos de inclusão e exclusão. Eles ressaltavam que transformaram-se de figuras solitárias invisíveis vagando na miséria urbana, em sujeitos políticos que conseguiram desafiar, não as soluções que tinham que ser aplicadas a uma situação, mas a própria situação. Nesse diapasão, a revolta de dezembro, embora não fosse exclusivamente um evento anarquista, foi parcialmente inspirada por ideais anarquistas, que moldaram um discurso que configurou-se como as bases para o surgimento do movimento das praças na Grécia e na Espanha. (SIAPER; THEODOSIADIS, 2017, p. 510).

Vladis e Dalakoglou (2011, p. 29) já destacavam que ocupações e confrontos violentos ocorreram como formas dominantes de ativismo político e traçaram uma linha formal entre práticas revolucionárias e reformistas. No entanto, ressalta-se que a gradual demarginalização dessas táticas, como parte de lutas políticas e sociais consecutivas, atingiu seu fim em dezembro de 2008. Em certo sentido, a dominação ou exercício “absoluto” dessas táticas significou também seu fim como índices políticos de radicalismo. Dezembro de 2008 desafiou seus limites e, ao ultrapassar as fronteiras das formas mais radicais ou máximas de ação política, desnudou o vazio dos discursos e identidades políticos que haviam sido construídos em torno de sua formalidade.

A revolta destacou ainda mais o papel desempenhado pelas novas mídias e, mais especificamente, pela Indymedia Atenas, que logo após os eventos de dezembro se tornou o principal canal de disseminação de ideias anarquistas para o público grego. Durante a revolta, o Indymedia Atenas transmitiu notícias através da

percepção de ativistas e manifestantes, chegando a dezenas de milhares de visitantes por dia, sendo que até 2011 estava entre os dez sites mais populares do país. Ao mesmo tempo, o espaço anarquista cresceu rapidamente e parques auto organizados e centros sociais surgiram em quase todos os bairros. (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 510).

Em abril de 2010 o primeiro-ministro grego anunciou que o país não conseguia superar suas dificuldades financeiras e solicitaria a ajuda do FMI. O governo assinou um memorando de acordo sobre a dívida do país e começou a impor severas medidas de austeridade à sociedade grega. Desde então, vários memorandos foram assinados e várias ondas de medidas de austeridade foram impostas pelos governos subsequentes. Fortes protestos ocorreram em todo o país contra essas medidas e contra o empobrecimento da sociedade em geral. Em muitas ocasiões, os protestos foram enfrentados pela polícia, que usou força séria para conter manifestantes. (CHRYSSOCHOOU; PAPASTAMOU; PRODOMITIS, 2013).

Uma das primeiras, e talvez a maior manifestação desde o final da ditadura, em 1973-74, ocorreu em 5 de maio de 2010. Infelizmente, terminou com a morte de 3 pessoas sufocadas em uma agência bancária que pegou fogo depois de ser atacada com bombas de gasolina. Em maio de 2011, uma nova onda de medidas de austeridade levou o movimento de cidadãos indignados a ocupar a praça Syntagma no centro de Atenas. Esse movimento, seguido por milhares de pessoas, durou até o outono do mesmo ano, quando pessoas foram violentamente perseguidas da praça pela força policial. A primavera de 2011 foi marcada por importantes manifestações públicas. Em 29 de junho de 2011, outro grande protesto foi brutalmente neutralizado pela polícia, deixando várias pessoas feridas. O protesto tomou uma forma diferente em outubro de 2011, quando, durante as celebrações nacionais, as pessoas expressaram sua raiva contra os políticos jogando contra eles ovos e iogurte e perseguindo-os dos desfiles. (CHRYSSOCHOOU; PAPASTAMOU; PRODOMITIS, 2013).

Os mesmos eventos continuaram nas celebrações nacionais subsequentes. O fim da ocupação da praça Syntagma levou ao nascimento de diferentes assembleias populares nos bairros. Grandes manifestações, incluindo confrontos com a polícia, continuaram a ocorrer em 2012. A sociedade grega protestou

veementemente contra medidas de austeridade. No entanto, os protestos não assumiram apenas a forma de manifestações públicas. Há, por exemplo, atos de desobediência pública e de recusa de pagar impostos e pedágios que são considerados insuportáveis e injustos. Em 4 de abril de 2012, D. Cristoulas, 77 anos, se matou no centro da praça Syntagma, deixando uma mensagem política de protesto. Desde o início de 2009 até agosto de 2012, segundo registros policiais, mais de 3000 pessoas cometeram suicídio na Grécia, o que corresponde a um aumento de 37%. Atualmente 26% dos cidadãos da população ativa estão desempregados, entre os mais jovens, o desemprego ultrapassa 60%, o que faz com que muitas pessoas mudem-se para outros locais em busca de uma vida melhor. (CHRYSSOCHOU; PAPASTAMOU; PRODOMITIS, 2013).

Dorneles e Silva Júnior (2015, p. 2) esclarecem que:

A crise grega foi caracterizada por eventos relevantes como a contração da economia em torno de 25%, taxa de desemprego em torno de 25%, maior no estrato mais jovem da população e queda nos salários, com uma redução da renda média em torno de 40%. Ainda, para atender as orientações do Banco Central Europeu, BCE deste ponto em diante, as medidas sugeridas de austeridade fiscal e monetária causaram uma incerteza nas estratégias adotadas pelo governo grego ao ter que alternar entre as demandas dos agentes externos e o atendimento das demandas internas. Uma das consequências fundamentais, gestada no período de crise, foi o elevado risco de exclusão social de grande parte da população, face aos cortes feitos na área da saúde e demais serviços, essenciais à qualidade de vida da sociedade, com vistas ao atendimento das exigências dos credores.

De muitas maneiras, portanto, a revolta de 2008 prefigurou os movimentos que se seguiram. Os anos que se seguiram a 2008 foram bastante traumáticos para o corpo social grego, caracterizado pelo colapso político, após a crise financeira. Dois outros eventos foram significativos na compreensão do momento atual na Grécia. O primeiro foi o Aganaktismenoi ou o movimento das praças em 2011 e o segundo a vitória eleitoral do Syriza em 2015. O primeiro foi caracterizado pela popularização e ampliação de uma cultura de protesto, ampla inclusão e popularidade. Enquanto o movimento das praças se dobrava no verão de 2011, Syriza conseguiu capitalizar o descontentamento generalizado, adotar e adaptar com sucesso a retórica das praças e a tradição da esquerda na política grega. O Syriza conseguiu ser eleito em janeiro de 2015, formando um governo de coalizão

com um partido nacional-populista de direita, o Independent Greeks (ANEL). (SIAPERA; THEODOSIADIS, 2017, p. 510).

Os anarquistas gregos vêm se organizando de modo tão amplo e efetivo, como jamais havia acontecido anteriormente. A ocorrência de sete anos de medidas de austeridade e uma recente crise de refugiados atuaram diretamente para que o governo do país tivesse cada vez menos recursos, refletindo diretamente sobre os serviços oferecidos aos cidadãos, que foram sendo reduzidos ou eliminados em muitos locais. Diante dessa realidade, indivíduos que nunca tiveram esperança de tomar parte de ações como essas, tomaram atitudes por conta própria, para o desagrado das autoridades. Tasos Sagris, 45 anos, membro do grupo anarquista Void Network e grupo de teatro que arrecada fundos para os refugiados (Embros), é um dos principais promotores do ativismo social que busca preencher as lacunas deixadas pelo governo. "As pessoas confiam em nós porque não as usamos como clientes ou eleitores", disse Sagris. "Cada falha no sistema prova que a ideia dos anarquistas é verdadeira". (KITSANTONIS, 2017).

No presente esta ideia não refere-se a promover caos e derrubar as instituições do Estado e da sociedade, inclusive por que a crise econômica prolongada e tem sido responsável por isso. De fato, a anarquia referida representa a ação cidadã e de autoajuda. Alguns partidos enfatizam a necessidade de ativismo social e outros priorizam a luta contra a autoridade com vandalismo ou confrontos de rua com a polícia. Outros querem combinar esses meios. Dezenas de "centros sociais autogeridos" surgiram em toda a Grécia desde 2008 e recebem financiamento privado de shows, exposições e bares dentro das instalações. Existem cerca de 250 centros em todo o país. Neles os ativistas distribuem alimentos ou remédios para aliviar o colapso de certos serviços sociais e a alta pobreza. Nos últimos meses, o foco tem sido também aos refugiados. Apenas na capital de Atenas vivem cerca de 3000 asilados em 15 prédios abandonados que foram ocupados pelos anarquistas. (KITSANTONIS, 2017).

O movimento anarquista na Grécia já desempenhou um papel importante na história do país: foi parte da revolta estudantil que derrubou a ditadura em meados da década de setenta. Eles se juntaram a grupos de esquerda nas universidades gregas, onde ainda existem espaços ocupados por eles e se opuseram a várias causas, como uma reforma educacional ou as Olimpíadas de 2004 em Atenas. O

público em geral tolera o movimento, reflexo da desconfiança que existe entre os gregos para com as autoridades, algo que foi aprofundado pelas medidas de austeridade impostas pelos credores internacionais para lidar com a dívida pública. (KITSANTONIS, 2017).

A divisão entre os movimento nos eventos de 2008 e posteriormente pode ser observada a partir do movimento das praças, onde grupos anarquistas e libertários estavam expressando suas críticas e objeções: quatro pontos principais e inter-relacionados que foram levantados incluíram, primeiramente, o papel dominante do afeto nas mobilizações; em segundo lugar, a demanda pela implementação imediata da democracia direta sem prestar atenção às subjetividades e práticas reais que tal regime político requer; em terceiro lugar, a demanda subjacente era entendida como uma (re) volta para a socialdemocracia ou para alguma forma de capitalismo benigno, apontando, em quarto lugar, para a abertura acrítica a todos, sem considerar as diversas posições sociais e ideologias que representavam. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 512).

As críticas desses grupos sobre a dimensão afetiva do movimento das praças e suas práticas comunicativas refletem de certa forma as críticas feitas por Srnicek e Williams (2015) contra o que chamam de política popular. O problema não é que o afeto é expresso ou que forma o ímpeto das mobilizações, mas que está atrelado a análises mais racionais e sóbrias da situação, contra o planejamento estratégico e a organização efetiva. Em última análise, o problema com o afeto de acordo com essa linha de pensamento é que ele se abre para soluções fáceis expressas por partidos políticos "messiânicos" que, de alguma forma, vão paraquedas e tornam tudo bom novamente. Nessas críticas, expressões afetivas são aceitas, mas elas precisam ser acompanhadas por uma reflexão fundamentada sobre o que as causou e qual pode ser o caminho a seguir. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 512).

Ainda em 2011, Vladis e Dalakoglou (2011, p. 28) esclareceram que os eventos de dezembro de 2008 constituíram a desintegração total das superestruturas políticas até então vigentes, após a remoção completa dos fundamentos sociais sobre os quais se encontravam, resultando em seu violento colapso. Entretanto, na irrupção de dezembro de 2008 e durante as rupturas

anteriores, esse posicionamento do social em relação à sua abstração política (representação e estado) não foi articulado em uma alternativa social coerente.

Foi articulado como um “realinhamento” violento, não-direcional (ou melhor, multidirecional) do político com os terrenos sociais das estruturas anteriores desmanteladas, forçadas a existir pela “rua”. É nesse sentido que os participantes das revoltas em dezembro completaram o trabalho de antagonismo social que desafiou os “limites de protesto” que os regimes democraticamente eleitos haviam imposto. Esses momentos anteriores causaram várias rachaduras no estabelecimento político do estado pós-ditadura que levou à revolta. Dezembro também significa uma das primeiras revoltas dentro da última crise econômica global, marcando em um sentido o fim da hegemonia neoliberal, expondo seus remanescentes. (VLADIS; DALAKOGLU, 2011, p. 28).

Em 5 de maio de 2010 três bancários morreram em um incêndio, supostamente iniciado por ativistas do “bloco negro”, durante uma greve geral anti-FMI. Ao mesmo tempo, a revolta de dezembro de 2008 reproduziu essas formas em sua mais alta fidelidade, percebendo-as como simulacros. Assim, o resultado de dezembro de 2008 que gerou algo que era e é de uma ordem diferente - revelou não necessariamente a inadequação de tais formas de ação, mas o vácuo político por baixo ou por trás delas, já que não eram apoiados nem apoiavam uma forma alternativa de fazer ou imaginar coisas. Isso sugere que a revolta de dezembro de 2008 foi mais a expressão de uma implosão social do que de uma explosão social. É nesse contexto de implosão que se pode detectar a revolta de dezembro de 2008 como ruptura e como oportunidade perdida. Ou, como dizia um slogan em uma parede de Atenas durante esses dias: “dezembro não foi uma resposta. Foi uma pergunta. (VLADIS; DALAKOGLU, 2011, p. 29).

Kavada (2015, p. 874) afirmam que, no presente, as diversas mídias existentes vêm permitindo que opiniões e posicionamentos sejam divulgados. Mesmo diante de esforços para que a voz dos cidadãos seja calada, essas mídias são difíceis de ser controladas e, assim, permitem a expressão livre. Na Grécia, assim como em outros conflitos, essa possibilidade de comunicação com parcelas mais amplas da população apresentou um importante papel no sentido de levar a população a compreender as demandas que eram realizadas pelos manifestantes, além de auxiliar essas pessoas a compreenderem que não eram protestos vazios,

apenas para a prática da violência, mas esforços para que a população tivesse maior acesso a serviços essenciais, bem como dignidade e qualidade de vida, que até então lhes eram negados.

As estratégias comunicativas e políticas dos grupos estudados e que foram o motivo para o início das revoltas, são explicitamente contra a noção de liderança e a construção de um povo unido. Sua ênfase está na ação e organização direta e localizada, e em vez de procurar unir as pessoas que estão mais interessadas em apontar as linhas de falha que separam as pessoas entre classes e outras divisões. Em vez de usar a comunicação para formar equivalências e símbolos para apontar para essas equivalências, eles a usam de um lado instrumentalmente para alcançar objetivos imediatos e pragmáticos e, de outro, para reforçar sua identidade e instigar e disseminar novas aprendizagens. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 519).

Resumindo, essas estratégias comunicativas, juntas, sustentam, fortalecem e apoiam o movimento antagônico na Grécia. Eles fornecem continuidade com o passado, ligando-se a outros e organizando-se no presente, enquanto eles também promulgarão o futuro através do seu envolvimento na economia solidária e em várias ocupações e iniciativas de apoio aos refugiados. A contrainformação explícita nesses grupos tem a importante função política de socializar os movimentos anarquistas, libertários, radicais, socialistas e autonomistas, no sentido de retorná-los e reposicioná-los das margens para o centro da sociedade, construindo solidariedades locais e globais, ao mesmo tempo em que aprimoram e refinam as habilidades críticas para a análise política, reestruturando, assim, as subjetividades políticas. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 519).

Os protestos na Grécia deram início a um novo momento, no qual a população deixa de aceitar pacificamente qualquer coisa que lhe é oferecida e passa a se posicionar contra as condutas que desrespeitam seus direitos mínimos para uma existência digna. Como os governos não vinham cumprindo seu papel de atuar pela população e para a população, os participantes dessas revoltas se organizaram e conseguiram ofertar mais serviços e mais atendimento das necessidades do que muitas outras iniciativas anteriores. Não se trata de uma justificção para a violência, mas de um esclarecimento de que, sem os protestos, não teria ocorrido uma mudança tão importante no cenário das políticas, comunicações e das condições de vida na Grécia. (SIAPERÁ; THEODOSIADIS, 2017, p. 517).

Gohn (2011, p. 333) afirma que “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social”. Assim, os movimentos na Grécia trouxeram consigo novos saberes, novas formas de pensar e agir entre as populações, com esforços para que atuem como incentivo para mudanças e exemplos para situações futuras.

As crises na Grécia, ocorrendo seguidas umas das outras, se deram por motivos diversos, na sua maioria relacionados à incapacidade do Estado de assegurar estabilidade e atendimento das necessidades de sua população, assumindo dívidas que se tornaram cada vez maiores e levaram a uma carga ainda mais acentuada sobre as pessoas que já se encontravam em situação de extrema dificuldade.

Se a Grécia se tornou o laboratório do totalitarismo financeiro, também é verdade que é o país da Europa onde emergiram as perspectivas mais interessantes no que diz respeito à auto-organização da ‘gente’, baseada numa dinâmica transiente e não linear, capaz de impelir uma resistência radical às instituições europeias, tanto do ponto de vista político, social e económico. De qualquer modo, a Europa já não é a mesma, depois da ‘crise’ grega e sua lição de democracia, havendo sinais de que há uma certa mudança no modo como gere a invasão dos refugiados e as manobras financeiras dos bancos chineses. (GARCIA PEREIRA, 2015, p. 8).

Compreende-se que a crise na Grécia foi, sem dúvidas, um processo longo, não apenas em função das dificuldades financeiras vivenciadas, mas pelas limitações no atendimento das necessidades e direitos da população e, assim, os movimentos sociais exigindo melhorias nas condições de vida foram muitos, alguns de cunho pacífico, outros violentos e responsáveis pela morte de alguns cidadãos.

Na sequência adentra-se à aposta municipalista em Barcelona, visando finalizar o estudo com dados de uma realidade participativa diferente daquelas vistas em outros países e em outros esforços para que os cidadãos tenham papel mais ativo na construção política em seu entorno.

4.3 A APOSTA MUNICIPALISTA EM BARCELONA

Nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2017, 700 participantes de mais de 180 cidades de 40 países, se reuniram para o encontro internacional de cidades sem medo, organizado pelo Barcelona «enComú» - uma plateia cidadã, criada pelo partido político vencedor as eleições municipais em 2015 - e apoiadas por vários parceiros (Commons Polis1) e fundações europeias (Fundação Charles Léopold Mayer, Fundação Guerilla, OSIFE, Fundação Ford, Fundação Chorus, Grassroots International, Fundação Karibu, Fundação Cultural Europeia) que pertencem à Rede EDGE Funders Alliance. A ideia de "cidades sem medo" representa um chamado à alteridade em particular para mulheres e refugiados políticos (cidades de esperança, cidades de refúgio), bem como uma maneira diferente de praticar democracia e outro tipo de relação com o poder e a política. (DAU, 2017).

Silveira e Savazoni (2018, p. 6), sobre o comum e os movimentos que sobre ele se apoiam, como em Barcelona, ressaltam que:

Commons – ou o comum [...] – não é um conceito novo. Nas ciências sociais, principalmente a produzida no mundo anglo-saxão, é bastante utilizado pelo menos há 50 anos por autores de diferentes correntes do pensamento (neoinstitucionalistas e marxistas, para ficar em apenas duas). Na Espanha, na última década, esse conceito foi utilizado para explicar os movimentos sociais surgidos a partir dos protestos de 2011, gerando inclusive organizações político-partidárias que se auto intitulam “en común”, organizados em cidades como Barcelona e Saragoça. Em outros países da Europa, há municípios que se utilizam do conceito para organizar políticas públicas, como é o caso de Nápoles e Bolonha, na Itália. No ano passado, em Madri, foi realizada a segunda European Commons Assembly (ECA), reunindo ativistas e pesquisadores do emergente movimento comuneiro europeu. Nesse encontro, havia grupos de trabalho sobre “ferramentas participativas para a democracia”; “leis para o comum”; “moedas e financiamento do comum”; “direito à cidade”; “dados do comum e a cidade colaborativa”; “produções do comum: comida, saúde e lazer”; e “a solidariedade como um comum: migrantes e refugiados”. Mais de 100 organizações assinaram a convocação desse encontro.

Sobre o tema, Russel (2019, p. 1-2) afirma que em junho de 2017, menos de dois anos após a eleição da ativista dos direitos da moradia Ada Colau como primeira prefeita de Barcelona, a “confluência” política de Barcelona em Comú sediou a primeira cúpula internacional das Cidades Sem Medo, com mais de 700 participantes de seis continente oficialmente registrados. O Fearless Cities – ou Cidades sem Medo - foi a primeira vez que muitas dessas iniciativas foram discutidas entre si. Com uma série de encontros regionais do Cidades Sem Medo em 2018 (em Varsóvia, Nova York, Bruxelas e Valparaíso), uma segunda reunião da

América do Norte supostamente planejada, e um segundo encontro global programado para o outono de 2019.

Muitas ideias foram reunidas para a formação do método municipalistas, como a capacidade das cidades de se rebelar, o direito a todos nas cidades, a rejeição ao desenvolvimento urbano neoliberal, etc. A partir desses diversos conceitos surgiram grupos dispostos a conduzir estudos e pesquisas, enquanto outros com ênfase militar, como o DESC Observatory de Barcelona, grupos coletivos como o Observatório Metropolitano de Madri, editores alternativos como Dream Trafficients ou programas de auto formação como Noções Comuns apresentaram suas percepções e ideias e foram fundamentais no processamento e na elaboração das referências teóricas que encampam o tema. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 6-7).

Salomón (2018) aduz que, sem dúvidas, a reconstrução urbana e social de Barcelona com base na transição democrática foi exitosa. As quatro décadas franquistas (1936-1975) deixaram, como resultados visíveis, significativa deterioração social e urbana, um crescimento descontrolado dominado pela especulação, perda de espaços públicos e proliferação de bairros da classe trabalhadora sem serviços ou infraestrutura adequada nas periferias, entre outros problemas. A partir de 1979, com a primeira gestão socialista municipal, teve início um processo de remodelação, os espaços públicos foram recuperados, assim como infraestrutura, centros de bairro, as áreas centrais foram passadas por melhorias e novas áreas foram criadas. As administrações do prefeito Pasqual Maragall (PSC, 1982-1997) demonstraram grandes transformações. O “modelo de Barcelona”, como eram citadas as práticas e políticas de gestão urbana que levaram à reorganização urbana, foi qualificado por planejadores urbanos, economistas e sociólogos como digno de estudo e imitação em outros locais que necessitassem do mesmo perfil de desenvolvimento e melhorias para a população¹².

¹² Un ejemplo muy ilustrativo de la conexión entre el modelo Barcelona y el peso internacional de la ciudad es la difusión internacional de la modalidad de plan estratégico idealizado y aplicado por los gestores municipales locales, considerado una de las claves del éxito del modelo Barcelona. La exportación y difusión sistemáticas del modelo Barcelona a través de su metodología de planificación estratégica urbana (que ya había sido adoptada por ciudades españolas como Bilbao y Valencia y también por Lisboa) comenzó en 1993, a partir de la creación, por parte de las autoridades municipales, del Centro Iberoamericano para el Desarrollo Estratégico Urbano (CIDEU), organización concebida como una red de ciudades iberoamericanas (actualmente 123) con el objetivo de promover y aplicar procesos sostenibles de planificación urbana (CIDEU, 2017) con ayuda de los mismos consultores responsables de su aplicación en Barcelona. Montevideo, Río de Janeiro y Valparaíso

No entanto, deve-se ressaltar que o esforço para a concretização do municipalismo e de seus ideais não é recente:

De este modo, el municipalismo navegó a través de unos siglos XIX y XX en los que la política local condensaba a menudo muchas de las líneas de conflicto que atravesaban el país: monarquía vs. república, centralismo vs. federalismo, burguesía vs. proletariado, democracia formal vs. democracia radical.¹ A modo de anécdota puede recordarse que fueron precisamente los resultados de unas elecciones municipales, en abril de 1931, los que precipitaron la caída de la monarquía y la proclamación de la Segunda República Española. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 5).

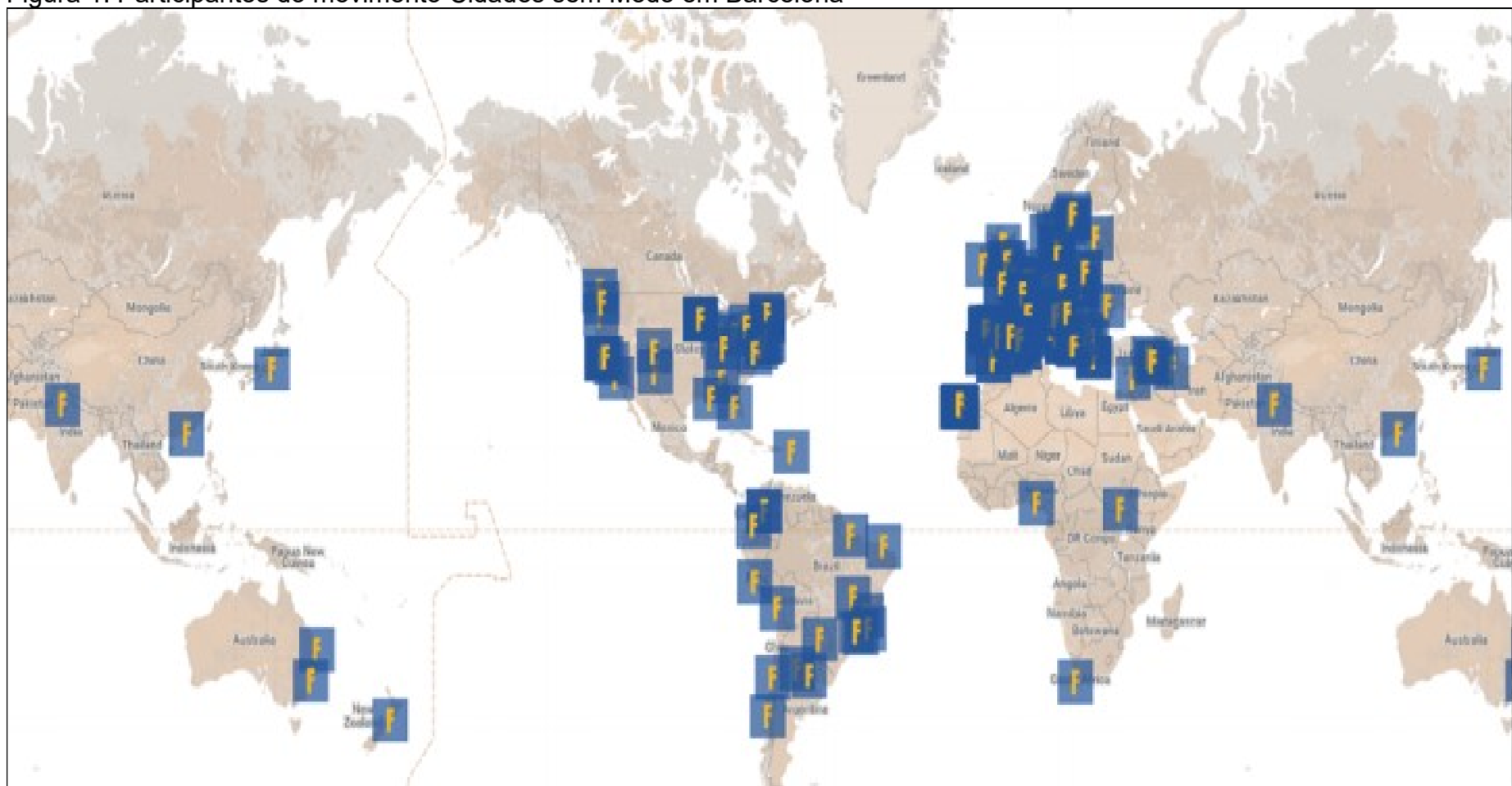
Verifica-se, assim, que enquanto o encontra Cidades sem Medo é uma iniciativa bastante recente, suas raízes encontram-se no passado, no perpassar dos séculos XIX e XX, quando os conflitos políticos passaram a ser vistos como questões negativas, pendências a serem resolvidas para o benefício das populações. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 5).

Russel (2019, p. 2-3) resalta que o encontro Cidades se Medo foi uma forma de dar voz a preocupações e esforços que já vinham de longa data, mas até então não haviam sido agrupados, apresentados em um mesmo local, para um público amplo e aberto, como forma de transpor a barreira teórica, adentrado ao imaginário, à compreensão de governantes e cidadãos de que a população não deve ter medo de exigir seus direitos, mas estar consciente de que, quando o faz, será ouvida, respeitada e políticas serão criadas para que os problemas possam ser resolvidos da melhor forma possível.

Apenas para a visualização dos participantes do movimento Cidades se medo, apresenta-se a figura 1, que segue.

son algunas de las ciudades que han formulado y aplicado planes estratégicos con ayuda del CIDEU. El órgano directivo principal del CIDEU es una Asamblea de Alcaldes, con un presidente rotativo anual. Los sucesivos alcaldes de Barcelona, incluyendo la actual alcaldesa, han sido miembros de la asamblea. La secretaría del CIDEU está en Barcelona, que es también su sede permanente.

Figura 1: Participantes do movimento Cidades sem Medo em Barcelona



Fonte: Russel (2019, p. 2).

Ao invés de fornecer definições fixas ou declarações finais, as palavras dos participantes deveriam ser retiradas de plataformas municipais de sete cidades do norte e do sul do mundo para esboçar algumas semelhanças emergentes. Da feminização da política ao foco na área comum e na economia solidária, uma série de abordagens e prioridades políticas estratégicas estão surgindo e podem vir a caracterizar esses movimentos e inspirar outros. (RUSSEL, 2019, p. 3).

Nesse sentido, o encontro foi mais do que um local no qual alguns falavam e outros ouviam, ocorreu o compartilhamento de ideias, problemas, dificuldades e medos para que, assim, essas informações se tornassem uma base de apoio para outros países preocupados em inserir em seus cenários o municipalismo como ferramenta de comunicação e aproximação com os cidadãos. (RUSSEL, 2019, p. 3).

O que foi claramente compartilhado entre os participantes foi um conjunto de orientações para uma política urbana, bem como o senso de compromisso compartilhado com a força social progressista que Barcelona na Comu (BComu) passou a representar. (RUSSEL, 2019, p. 2).

Integrando essas referências com preocupações concretas e traduzindo-as em propostas e estratégias políticas, essas iniciativas geraram um volume notável de análise crítica e conhecimento técnico, posteriormente incorporado às confluências municipais. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 6-7).

Si bien la diversidad de contextos locales y de diferentes fuerzas presentes en cada ciudad hacen difícil resumir los diversos procesos de confluencia, existe una serie de conceptos y prácticas comunes, entre los que pueden destacarse el propio término de confluencia, las discusiones en torno a los nuevos liderazgos y la noción de desborde, entre otros. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 7).

Compreende-se, assim, que quando se avalia o municipalismo em Barcelona, há uma infinidade de ideias e conceitos envolvidos, gerando discussões voltadas para a formação de espaços sociais específicos dos municípios e nos quais o cerne das atividades encontra-se na elaboração de planos de ação e medidas práticas que atendas a necessidades locais, capazes de gerar melhorias de vida para todos os municípios, configurando-se o municipalismo como uma ferramenta de proteção e fomento à ideia de comum. (RUBIO-PUEYO, 2017).

Por iniciativa da plataforma cidadã Barcelona em Comú, o encontro internacional Cidades Sem Medo com o credo «Cidades sem medo, cidades de

esperança, cidades de refúgio» abriu um espaço de encontro para reuniões e intercâmbios sobre a diversidade de expressões do municipalismo em todo o mundo. Destacou a força das demandas pela emancipação cidadã, pela justiça social e pela ética, que permite que os movimentos de cidadãos "ganhem cidades" e exerçam o poder compartilhado. Se a Espanha claramente se destaca com vitórias eleitorais em vários «municípios de mudança em 2015», outros estão surgindo também no Reino Unido, Chile, Brasil, Estados Unidos, França e até mesmo províncias curdas no norte da Síria. (DAU, 2017).

Moraes et al (2015) destacam:

O movimento "Barcelona em Comú" é, por sua vez, expressão de um novo municipalismo radical que propõe o fortalecimento da gestão comum da saúde, política de moradia, ocupação dos espaços públicos, uma plataforma aberta e participativa que agregou a multiplicidade cidadã presente na cidade e seu desejo de fazer política fazendo a própria cidade. Contra a precarização da vida neoliberal, uma proliferação de vínculos fortes, política que produz grupos, afetos, composições e existências.

Apesar da diversidade de contextos, várias características comuns emergem desses movimentos municipalistas. Primeiro, a semelhança das crises que os encorajam. Uma forte ambição compartilhada nasceu deles para "recriar instituições para gestão compartilhada, responder às necessidades, expectativas e urgências das quais só resta a indiferença e a injustiça de todo um sistema é uma prioridade que traz de volta a noção de interesse comum e serviço público no centro da política municipal. (DAU, 2017).

Em 2017 foi conduzido o referendo para consulta da opinião popular quanto à possibilidade de independência da Catalunha. Os meios de comunicação internacional não apenas abordaram o tema, como destacaram a situação como uma "apropriação de poder" antidemocrática, alguns chegaram a citar um "golpe de Estado". Apesar das críticas e dos posicionamentos em diferentes nações a respeito do referendo e da questão da independência da região, o ocorrido indica uma profunda transformação pela qual vem passando a cultura política espanhola. Recentemente vêm ocorrendo mobilizações diversas e novos atores sociais e políticos vêm sendo percebidos, em um cenário de crise econômica, social, política e cultural. (RUBIO-PUEYO, 2017).

Para ser criado, o processo e as ferramentas do municipalismo exigem um nível de demanda e uma certa radicalidade democrática. E, no entanto, há inúmeros desafios para os municípios que tentam realizar uma verdadeira mudança nas práticas e percepções de poder e política. Apesar de sua disposição, as apostas na participação permanecem intransigentes, de modo que os resultados da participação não estagnem em torno de 15% a menos. De dentro, os movimentos municipalistas enfrentam um verdadeiro desafio de estrutura, de mudança de escala e também de posição na difícil passagem do ativismo para a gestão pública. A ambição de alguns para avançar para as instituições não estatais revela a profunda batalha que está ocorrendo em oposição às instituições do Estado neoliberal e hierárquicas em que os cidadãos não terão mais acesso às esferas de decisão e sofrem as injustiças de um sistema que serve apenas uma minoria. (DAU, 2017).

Por trás dessas práticas de municipalismo, uma genuína refundação da instituição municipal está se desenrolando. Essa refundação convida os cidadãos a considerar diferentemente a democracia da co-construção e a longa, lenta passagem do tempo que ela implica. Também aceita cada indivíduo, funcionários eleitos e cidadãos, visando que compreendam e atuem como partes integrantes na tarefa de transformação. Em uma época em que outras majorias exigem o intervencionismo e a retirada, essa refundação reafirma a necessidade de fazer parte de um espaço público republicano, um espaço com a possibilidade de encontro de ação coletiva de forças sociais e instituições públicas para colocar a política de volta ao serviço da cidade e de suas populações, em sua pluralidade. (DAU, 2017).

O período atual pode ser caracterizado como de desconfiança generalizada dos poderes oligárquicos (especialmente nas sociedades ocidentais), que são, por vezes autoritário (Turquia, Rússia), e que se distinguem pela apropriação do poder político pelas elites político-econômicas, desde o interior de cada território até o âmbito internacional. Os sistemas políticos que resultam levam ao exercício do poder político que não cumpre sua função de gestão e regulação de restrições, especialmente no mundo das finanças. Esses sistemas não pararam de produzir e acumular desigualdades e cada vez menos atendem as necessidades das populações, como habitação, saúde, integração, emprego, etc. Em todos eles, ainda que em graus diferentes, ocorrem práticas de corrupção com total impunidade

(Espanha, França, Itália, Brasil, deputados europeus, etc.), o que aumenta a desconfiança dos seus cidadãos. Essa realidade agora atravessa o mundo de um hemisfério para outro, do nível local ao mais global. É uma fraqueza compartilhada nas democracias ocidentais. Esse é o caso das formas de organização em torno do comum e de uma economia que é social e solidária, até mesmo colaborativa, bem como movimentos municipalistas. (DAU, 2017).

Mendes (2015) ressalta que:

Da luta contra os efeitos da crise, surge o desafio de construir de um “novo municipalismo”, concebido não pela formação de cidade-pátria ou a emergência isolada de um poder local democrático, mas através da possibilidade de constituição de uma plataforma transversal cidadã compartilhada entre várias iniciativas municipalistas: uma ampla teia de institucionalidades constituintes.

Assim, compreende-se que o novo municipalismo é uma tendência ampla e crescente em inúmeras nações nas quais fica evidente o descaso ou a incapacidade dos governos locais de assegurarem a todas as pessoas o acesso a serviços essenciais para sua segurança e qualidade de vida e, assim, surge uma organização de cidadãos pautada em colaboração, apoio, troca de ideias e experiências que não se destinam à divulgação ou benefício de um partido, mas que têm como foco as pessoas. (SANCHEZ, 2017).

Baird (2016, p. 1) ressalta que o movimento municipalista baseia-se em um emaranhado de organizações que trabalham dentro e fora da política eleitoral em nível local. É um movimento definido pela política e pela forma como atua em prol de seus objetivos, a busca para que se expanda a visão de que é necessário fazer as coisas de forma diferente, dando ao municipalismo uma força excepcional no contexto atual.

Deve-se compreender que o municipalismo atua em nível local. O fato é que o momento atual é permeado pelo aumento nos discursos xenófobos, que excluem as pessoas com base em critérios nacionais ou étnicos e, em face dessa realidade degradante para uma considerável parcela da população, o municipalismo esforça-se para construir formas alternativas de identidade coletiva e cidadania com base na residência e na participação. (BAIRD, 2016, p. 1).

El municipalismo es pragmático, y está basado en objetivos alcanzables: en un sistema neoliberal que nos dice que «no hay alternativa», el

municipalismo demuestra que las cosas pueden hacerse de manera diferente a través de victorias pequeñas, pero concretas, como la remunicipalización de servicios básicos o la puesta en marcha de esquemas locales de identificación para inmigrantes indocumentados. (BAIRD, 2016, p. 1).

Por meio da visão municipalista, é possível recuperar a autonomia dos cidadãos e da coletividade, já que os cidadãos vêm, cada vez mais, cobrando uma democracia real e, assim, o municipalismo permite que sejam desenvolvidas formas de participação que ultrapassem o ato de votar de tempos em tempos. Os indivíduos não são apenas eleitores, são pessoas de direitos, com sentimentos, expectativas e receios e, assim, precisam ser vistos como parte integrante de um grupo que não deseja alcançar melhores resultados apenas para algumas pessoas, mas para todos os cidadãos que compartilham aquele espaço e, assim, estão inseridos em uma realidade bastante semelhante. (BAIRD, 2016, p. 1-2).

Sobre o alcance do movimento municipalista, pode-se afirmar que:

El movimiento municipalista ha alcanzado ya importantes avances en algunas partes del mundo. Quizás una de las expresiones contemporáneas más profundas del municipalismo se encuentra en los movimientos kurdos en Oriente Medio. En el contexto más inhóspito de los conflictos y de la represión, los kurdos están construyendo modelos feministas, a base de modelos asamblearios de democracia sin Estado, sobre todo en la región autónoma del Kurdistan sirio, en el norte de Siria. El municipalismo también está floreciendo en el sur de Europa. En España, las plataformas ciudadanas gobiernan la mayoría de las principales ciudades, entre ellas Barcelona y Madrid. Estas plataformas siguieron los pasos de las Candidaturas municipales de Unidad Popular (CUP), que obtuvieron una significativa representación en las elecciones locales de Cataluña de 2007 y 2011. (BAIRD, 2016, p. 2).

Tais esclarecimentos permitem compreender que o municipalismo é um movimento em constante crescimento em diferentes partes do mundo, chegando ao Oriente Médio e expandindo-se na Europa, carregando consigo um maior esforço para que a população local seja respeitada, sabendo-se que suas necessidades diferem de outras regiões e, assim, é preciso destinar um olhar específico e direcionado para que essas demandas sejam atendidas de forma satisfatória. (BAIRD, 2016, p. 2).

Sobre a formação das ideias de municipalismo, Rubio-Pueyo (2017, p. 7) declara:

Ciudades rebeldes, derecho a la ciudad, comunes, el rechazo al desarrollo urbano neoliberal... Todas estas ideas, junto a muchas otras, han

constituido ingredientes importantes en la formación del método municipalista. Basados en estos y otros conceptos, algunos grupos de investigación —tanto académicos como de tipo más militante, como el Observatorio DESC en Barcelona, colectivos como el Observatorio Metropolitano de Madrid, editoriales alternativas como Traficantes de Sueños o programas de autoformación como Nociones Comunes— fueron claves a la hora de procesar y elaborar estas y muchas otras referencias teóricas. Integrando esas referencias con preocupaciones concretas y traduciéndolas a propuestas y estrategias políticas, estas iniciativas —y muchas otras similares— han generado un notable volumen de análisis crítico y conocimiento técnico que más tarde fue incorporado a las confluencias municipalistas.

Compreende-se, assim, que o municipalismo não se formula a partir de uma única vertente de conhecimentos, ações e alternativas, mas visa ouvir todos os grupos que ali se encontram e, após essa aproximação, criar uma visão na qual todos esses conhecimentos sejam abordados de forma conjunta, não de forma solta, mas integrada, configurada como políticas capazes de gerar benefícios reais a todos esses cidadãos e outros que não tenham se expressado, mas ali estão representados. (RUBIO-PUEYO, 2017, p. 7-8).

Ressalta-se que o municipalismo vem tomando um corpo muito mais forte em diferentes nações, fazendo com que a percepção de que os cidadãos precisam ser ouvidos e valorizados dentro de seu espaço governamental mais próximo, os municípios, seja aceita em outras nações. O cerne é encontrar formas de ouvir e atender essas pessoas, gerando uma maior aproximação entre os governos e seus eleitores. (RUSSEL, 2019, p. 3).

En otros lugares, el municipalismo está siendo explorado como estrategia de futuro, en respuesta a los fracasos y límites de la política nacional. En Francia, por ejemplo, los activistas del movimiento Nuit Debout, que ocupó plazas de la ciudad en el año 2016, están considerando reproducir, para las elecciones locales de 2020, el camino municipalista emprendido por algunos de sus homólogos indignados en España. La alianza ciudadana izquierda-verde RCGE, que gobierna en Grenoble con el Alcalde Éric Piolle, junto a Autrement pour Saillans que gobierna en la pequeña ciudad de Saillans, podrían servir como fuentes potenciales de inspiración más próxima. A raíz de una elección presidencial, que ofreció la opción entre un candidato neoliberal y un candidato de extrema derecha, es el momento de demostrar que en Francia existen alternativas a nivel local. (BAIRD, 2016, p. 2).

No que tange o cenário em Barcelona, Gessen (2018, p. 1) afirmou que a Prefeitura de Barcelona parece ter sido ocupada por manifestantes. Em seus corredores de entrada verifica-se uma faixa que cita "Prisioneiros Políticos Livres", como uma referência a ativistas pró-independência catalães, alguns dos quais foram

processados, enquanto outros foram forçados ao exílio pelo governo nacional em Madri. A faixa foi colocada pelo governo da cidade, que é de fato dirigido por manifestantes: a coalizão governista do prefeito Ada Colau tem suas raízes nos Indignados, o movimento anti-austeridade que é muitas vezes referido como o precursor da Espanha para Ocupar Wall Street.

Barcelona é o coração de um novo fenômeno político global conhecido como municipalismo. No último final de semana, ativistas municipalistas da América do Norte, Europa e África reuniram-se em Nova York para a terceira cúpula das Cidades Sem Medo. (O primeiro aconteceu em Barcelona, no ano passado, e neste verão houve cúpulas em Varsóvia e Nova York nos fins de semana subsequentes em julho.) É difícil definir o municipalismo, intencionalmente. Os ativistas municipais visam romper os limites da política partidária tradicional e desafiar as políticas institucionais atuais, tornando a linguagem das políticas partidária e institucional insuficiente para descrevê-las, em um primeiro momento de análise. (GESSEN, 2018, p. 1).

Pesquisas indicam que, embora esses movimentos estejam se desenvolvendo em contextos políticos, econômicos e sociais muito diferentes, eles ainda estão empreendendo um processo informal de "construção de teoria" colaborativa. Embora inspirem-se em fontes diferentes, os ativistas desses movimentos não estão procurando justificar ou explicar suas abordagens de acordo com trabalhos teóricos existentes ou ideologias políticas pré-definidas, essas iniciativas não são nem anarquistas nem socialistas, nem radicais nem reformistas, nem conservadoras. Em resumo, a prática parece estar à frente da teoria, e essas diversas iniciativas estão, enquanto em movimento e na prática, procurando desenvolver sua própria compreensão teórica do que têm em comum. (RUSSEL, 2019, p. 3).

Em última análise, esse conjunto fragmentado de perspectivas permite fundamentar a afirmação de que o municipalismo não é um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se torna possível alcançar os objetivos vitais de uma cidade. Mais do que uma nova onda de política localista, essas iniciativas podem ser compreendidas como uma contribuição para uma teoria e prática municipalista que responde à demanda de Purcell de que "o que deve ser feito, o que todos nós precisamos fazer é nos engajar em um coletivo e perpétuo". A luta é para

democratizar a sociedade e administrar os negócios para a própria população. (RUSSEL, 2019, p. 3).

O medo ainda é uma realidade nas sociedades de todo o mundo, é comum que muitos cidadãos silenciem diante de fatos que geram insatisfação, com receio de sofrerem alguma forma de retaliação por sua clara manifestação. O encontra Cidades sem Medo foi desenvolvido, justamente, para que participantes de todo o mundo pudessem compreender que viver com medo é um sofrimento, é direito do cidadão se manifestar, bem como sentir-se seguro no local em que vive e, assim, medidas para o alcance de uma nova realidade, de comunicação aberta e objetiva, foram cunhadas e compartilhadas entre os participantes. (CIUDADES SIN MIEDO, 2018, p. 5-6).

El municipalismo emerge con fuerza en todo el mundo para acercar la toma de decisiones a los lugares donde se viven las consecuencias de dichas decisiones, para reconstruir vínculos y reaprender lo colectivo. No es tarea fácil y está llena de tensiones y conflictos. Es mucho lo que hay que deconstruir y no hay mapas seguros para hacerlo, pero es un empeño necesario, alegre y lleno de sentido. En este camino, todas las que estamos participando del movimiento Fearless, y muchas más que se unirán, nos sentimos bien acompañadas y podemos, por fin, decir que no tenemos miedo. (CIUDADES SIN MIEDO, 2018, p. 6-7).

Nessa seara, o municipalismo formou-se a partir de uma visão de que as pessoas compartilham um mesmo espaço, serviços e, possivelmente, dificuldades em um município e, em face disso, deve haver um contanto entre elas, bem como um contato com os gestores municipais, visando eliminar o medo e criar uma parceria, um vínculo de confiança e apoio, benéfico para todos os envolvidos. (CIUDADES SIN MIEDO, 2018, p. 6-7).

Rubio-Pueyo (2017, p. 11-12), afirma que a mudança é urgente, porém, para que ocorra de forma ampla e efetiva, se faz necessário todo um processo de alteração cultural. Essa mudança pode e deve começar pelos municípios, que é o espaço mais próximo dos cidadãos, porém, não pode ficar restrita a eles. Todas as esferas de governo devem avaliar os princípios que regem o municipalismo e transferi-los, de acordo com suas especificidades, para um cenário mais amplo, não como uma preocupação política, mas como um esforço em prol do comum, da coletividade.

Conforme esclarece Sánchez (2017), a situação na cidade de Barcelona tem vários elementos que tornam o resultado um pouco diferente de outros lugares. A cidade experimentou uma onda de mobilizações em massa em favor do direito à autodeterminação. O governo nacional do PP tem reprimido o movimento que existe na Catalunha para um referendo de independência. O processo de construção do quadro municipal começou com vários partidos políticos e muitas organizações sociais que trabalhavam há anos contra os efeitos da crise econômica.

Embora uma organização importante da extrema esquerda pró-independência tenha decidido não se juntar à lista, Barcelona em comum (BCNcomú) recebeu 176.612 votos (25%). A CUP (Candidatura à Unidade Popular) ficou junto com um pequeno grupo de organizações de extrema esquerda (CUP-capgirem Barcelona). Inicialmente, a CUP negociou com o BCNcomú, mas votou no ICV4 e, em certa medida, na EUiA.5 Eles apontaram que o ICV, um partido verde originário do PSUC, fazia parte do estabelecimento e estava em governos anteriores da cidade e da Catalunha. Portanto, a CUP não se juntou ao BCNcomú e obteve 51.945 votos (7,5%). A coalizão eleitoral ICV-EUiA alcançou meros 10% nas eleições municipais anteriores de 2011. (SÁNCHEZ, 2017).

Esse resultado deu quase 33% às forças políticas à esquerda da socialdemocracia. Em uma cidade que havia sido governada pelo PSOE local em todos os quatro anos de história moderna, ela representou um grande revés para a centro-esquerda. O PSOE local obteve o pior resultado desde as primeiras eleições democráticas, com 9,6% dos votos (67.475 cédulas); em meados da década de 90, conseguiu obter mais de 300.000 votos, com 4 conselheiros, enquanto no mandato anterior eles tinham 11. O major titular do CDC do partido nacionalista de direita obteve 159.222 votos e 10 conselheiros, uma perda líquida de 15.000 votos. Os republicanos de esquerda (ERC) tiveram 77.081 votos e 5 representantes eleitos. Os cidadãos tiveram o melhor resultado de todos os tempos, com 77.484 votos e 5 conselheiros, e o Partido Popular foi reduzido a meros 60.966 votos e 3 representantes. É extremamente incomum, dado o sistema eleitoral espanhol, ter 7 grupos políticos em um órgão representativo; mas isso, novamente, é prova da crise do sistema político. É preciso dizer que a participação aumentou mais de 5%. O resultado deu a maioria à esquerda, 23 dos 41 representantes eleitos. Mas formar

uma coalizão era impossível, pois as diferentes organizações de esquerda não concordavam em formar um governo comum. (SÁNCHEZ, 2017).

O programa do BCNcomú foi construído com base em um plano de emergência para enfrentar a emergência social, um plano que teve de ser aplicado "nos primeiros meses do governo". Paralelamente a esse plano de emergência, o BCN passou meses trabalhando em seu programa mais amplo, com a participação dos cidadãos de Barcelona. A primeira política foi investir 160 milhões de euros durante o primeiro ano do mandato em questões sociais. Como Barcelona é uma cidade relativamente rica, com números macroeconômicos relativamente bons, um objetivo autoproposto era desenvolver um programa para criar 2.500 empregos no curto prazo, exigindo um investimento de aproximadamente 50 milhões de euros. O número total de desempregados registrados é de 80.000 pessoas, exatamente o mesmo que em 2009 e um pouco menos há vários anos, mas a tendência começou a melhorar com o governo da CiU. A faixa etária acima dos 45 anos continua sendo fortemente afetada e não há mudanças na tendência desde a chegada do novo governo. A situação precária geral do emprego não foi modificada pelo novo governo ou pela anunciada recuperação econômica. Muitos padrões para combater o trabalho precário foram anunciados, mas as capacidades dos 12.000 funcionários públicos, que já estão ocupados, são muito limitadas. (SÁNCHEZ, 2017).

Os protestos e os esforços em prol do novo municipalismo, assim, como os movimentos buscando alterações mais amplas na Espanha surtiram efeitos e trouxe bons resultados. Gutiérrez, em entrevista para Fachin (2017, p. 1) esclareceu que:

Comparando à Espanha do ano de 2007 e a Espanha de 2017, poderíamos falar que são países diferentes. A profunda crise econômica de 2008, que ainda não acabou apesar do crescimento da economia, poderia ter significado o nascimento de uma sociedade mais conservadora, individualista, xenófoba e competitiva. Mas aconteceu o contrário. A explosão do 15M, conhecido fora da Espanha como o movimento dos Indignados, foi um verdadeiro terremoto. A sociedade se auto organizou até níveis que ninguém poderia suspeitar. Trata-se de uma auto-organização que chegou com uma nova forma de entender a política, de novas linguagens, de novos símbolos. O interessante é que os velhos movimentos sociais, as esquerdas, no final das contas, depois do choque inicial, aceitaram a renovação, as estéticas e os jeitos do novo fluxo **político** iniciado pelo 15M.

Os dados indicam que a população de Barcelona agrupou-se em movimentos visando a alteração do cenário econômico e político, visando fortalecer

a ideia de atuação comum para que o desenvolvimento fosse alcançado como fator de benefício a todos os cidadãos. O intuito foi fazer com que as riquezas que já existiam no município fossem distribuídas de forma mais adequada, em programas que atendessem a todos os cidadãos de forma ampla, digna e justa.

Todos os dados apresentados no presente capítulo permitem verificar que os movimentos sociais, que a mobilização dos cidadãos em busca de condições justas para todos, são questões essenciais para a reconstrução das nações. Não se pode esperar que o Estado, por conta própria, busque compreender quais são os fatores de insatisfação da população, os serviços falhos e os pontos que demandam de políticas mais eficazes para sua correção.

É pouco provável que o Estado fará esse tipo de levantamento e, assim, os cidadãos, a comunidade, precisam se organizar, colocar-se em evidência com suas reivindicações, sempre pensando que esses movimentos não podem atender a uma parcela da população, devem ter como bandeira causas amplamente benéficas, capazes de mudar injustiças e desigualdades sociais e que mesmo as pessoas que não sofrem essas injustiças precisam atuar como atores envolvidos na construção de uma sociedade de todos e para todos.

Após o desenvolvimento dos capítulos do presente estudo, pode-se ressaltar que a democracia precisa ultrapassar os esforços de conceituação e adentrar a um cenário de concretização. Enquanto existem inúmeros conceitos relacionados à democracia, inclusive em função das diferentes configurações que podem ser percebidas no mundo, a concretização da democracia passa pela transformação das sociedades, adotando-se uma democracia comunitária, participativa e integrada, na qual o Estado não se encontra em um nível hierárquico superior, é eleito pelo povo e deve trabalhar pelo povo, visando assegurar a todos condições de vida dignas e igualitárias.

5 CONCLUSÃO

Este estudo permitiu compreender, em um primeiro momento, que o **común** assumiu um papel de transformação em muitas nações ao longo do século XXI. Em sociedades adeptas das teorias liberais que se consolidaram ao longo dos anos, o esforço econômico financeiro ultrapassava todas as preocupações com a questão humana, com o olhar para as pessoas que ali viviam. Enquanto muitas nações seguem com esse pensamento e posicionamento, outras vêm se esforçando no sentido de reestruturar suas formulações em busca de novas alternativas de convívio social.

Por **común** deve-se compreender citar o interesse comum, coletivo, aquele que não busca o atendimento das necessidades de uma pessoa ou de um grupo, mas que tem como foco as pessoas e aquilo que é preciso fazer para que todas vivam de forma digna e justa dentro de um mesmo espaço. O fato é que os espaços sociais são permeados por diferenças, todas as pessoas são singulares e, assim, os grupos precisam ser desenvolvidos com a compreensão de que essas diferenças existem apenas como peculiaridades, jamais como fatores de segregação e desrespeito.

O **común** refere-se à valorização dessas diferenças dentro de uma dinâmica de troca, cooperativismo e relacionamento integrado, com a compreensão de que ainda que as pessoas sejam diferentes, todas elas devem ser iguais em valor, direitos, deveres e oportunidades.

Os bens comuns (**comunes**) surgem, assim, como bens que não pertencem a um indivíduo, são bens da sociedade, da coletividade, que devem atender não apenas às demandas das gerações atuais, mas que precisam ser protegidos para que possam cumprir seu papel também na vida das gerações futuras. O cuidado torna-se uma abordagem de mudança da vida em sociedade, na qual cada indivíduo assume para si o papel de cuidar do espaço, dos recursos nele existentes e das pessoas, como forma de construir grupos de convívio nos quais as desigualdades sociais são combatidas, não reforçadas.

Ao falar em cuidado, este é mais do que uma atenção superficial ou parcial, o cuidado é a valorização da pessoa em todas as situações, é o esforço de todas as classes sociais para que aquelas menos favorecidas não sigam sendo excluídas,

enfim, o cuidado não é uma ação, mas um processo, um conjunto de posicionamentos responsáveis e voltados para a pessoa e para todas as questões essenciais para que essas pessoas vivam adequadamente.

A ideia do *común* vem se expandindo ao longo dos anos, trazendo consigo a percepção de que ainda que as pessoas sejam diferentes entre si, elas todas formam uma sociedade que se caracteriza, justamente, pela interação dessas diferenças e se torna justa quando há respeito às especificidades de forma integral. As nações que levantam o ideal do comum são aquelas nas quais há um foco maior nas pessoas, não em cada uma delas, mas de forma geral, na vida e nos direitos das pessoas que ali estão.

No cenário das diferenças que permeiam uma mesma sociedade, deve-se compreender que não existem sociedades iguais no mundo, cada uma apresenta suas especificidades. Todas as ações e políticas que são benéficas para uma população podem não trazer a mínima satisfação para outra. Nesse sentido, adentra-se à demodiversidade, a percepção de que a democracia não pode e não deve ser um conceito engessado, universalizado e aplicado sob os mesmos preceitos em todos os locais. De fato, a demodiversidade prega que a democracia possui diferentes estruturas, todas válidas dentro de contextos diversos e, assim, as sociedades precisam aprender a valorizar essa demodiversidade para construir espaços democráticos de fato, não apenas conceituais.

Enquanto existem diferentes explicações teóricas sobre a democracia, o que se percebe é que na prática ela perde muitas das especificidades que tornariam esse um sistema de governo do povo e para o povo. Em muitos locais vive-se uma democracia liberal, constituída pelo poder dos governos sobre as pessoas e pela primazia dos interesses dos governantes sobre os interesses dos governados.

Ao compreender que a democracia vai muito além do voto, a demodiversidade torna-se uma importante ferramenta para que vieses mais amplos sejam reconhecidos e adotados nos países que desejam romper com a dominação hegemônica das nações ricas que consideram a democracia liberal como um ideal de construção do futuro, enquanto referem-se à democracia comunitária como uma espécie de praga, um risco capaz de comprometer a estabilidade e os esforços de desenvolvimento capitalistas.

Somente quando se adentra a um espaço democrático comunitário, desenvolvido a partir dos interesses e das necessidades de toda uma comunidade, torna-se possível construir uma democracia real e ampla, participativa e integrada, na qual as pessoas entendem que têm não apenas o direito de tomar parte dos processos decisórios, mas também o dever, sempre buscando alcançar resultados que atinjam positivamente toda a comunidade.

O Estado deve atuar em prol dos cidadãos e eles, por sua vez, devem se esforçar para o próprio bem, além de buscar o benefício de todo o grupo. Enquanto o Estado cumpre seu papel de atuar em prol das pessoas, mas elas são capazes apenas de buscar o benefício próprio e o atendimento das necessidades individuais, o comum em um sentido amplo não poderá se concretizar.

A experiências sociais atuais são muitas e servem como base para a atuação de seus governos ou, pelo menos, deveriam servir como tal. Nesse cenário, surge a demodiversidade, a construção de uma sociedade na qual a diversidade política cria uma democracia ampla, apoiada em práticas democráticas diversas, que pode gerar conflitos e discussões, porém, que conduz os cidadãos a uma visão que ultrapassa o eu e aborda o nós.

De fato, quando se fala em demodiversidade, aborda-se um sistema democrático que não se limita a um único modelo, pois apenas um modelo democrático não é capaz de atender às inúmeras singularidades que coexistem em um grupamento social. Quando se fala em igualdade, não significa instituir um único tratamento e oferecer a todos os cidadãos, mas ofertar a cada um deles um tratamento que, ao final, conduza ao alcance dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades, como forma de inserir a todos em uma vida política participativa, justa e abrangente, jamais limitada a alguns interesses.

O desenvolvimento do presente estudo permitiu a definição de diferentes e importantes conclusões. O primeiro ponto é que não há comum sem uma luta coletiva. Entende-se que somente quando os cidadãos compreenderem que os interesses coletivos são mais importantes que os individuais, a luta por uma sociedade mais justa e inclusive se fortalecerá, pois nesse momento os cidadãos se envolverão com lutas de todos para todos, não apenas visando os interesses de alguns.

Não obstante, verificou-se que não há possibilidade de construção de uma nação democrática quando essa democracia não tiver como base as inúmeras especificidades que coexistem em um mesmo espaço. Ser democrático é entender que essas diferenças existem e enriquecem o grupo social, desde que sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas e, para isso, a demodiversidade é indispensável, transformando diferentes modelos e práticas democráticas em um conjunto de ações voltadas ao todo, à coletividade e ao respeito mútuo.

As noções de *Buen Vivir* do Equador, os esforços municipalistas de Barcelona e os movimentos na Grécia são demonstrações de que os pessoas vêm compreendendo que ocupam um papel na construção social, não apenas para uma construção pessoal, que gere um benefício próprio, mas de uma construção real que venha a alcançar e beneficiar a coletividade.

Os movimentos sociais são formas que as populações encontram para manifestar-se, para demonstrar tudo aquilo que vem ferindo ou ameaça ferir seus direitos, exigindo novos posicionamentos. Quando não existem movimentos sociais, gera-se um comodismo, uma crença de que todos estão satisfeitos com o que recebem, ainda que esteja aquém de suas necessidades ou direitos.

A democracia não poderá, sob nenhuma circunstância, ser uma forma de governo parcial. Não há democracia quando algumas parcelas da população são ouvidas e respeitadas enquanto outras são excluídas, inferiorizadas e impedidas de terem acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento ofertadas aos demais. Não se trata de um favor do Estado para com os cidadãos, mas do cumprimento de seu dever. É inquestionável o dever do Estado, por meio de todos os seus governos, serviços, políticas, ações e servidores, reconhecer as dinâmicas sociais atuais e direcioná-las para o ideal de compartilhamento equilibrado e justo entre todos.

Quando uma população não compreende ou não integra os princípios do comum em seu cotidiano, mesmo os processos democráticos perdem uma parte importante de suas características. A escolha de governos se dá a partir dos interesses de cada eleitor, quando deveriam nortear as decisões pensando no que, de fato, é melhor para todos, qual o governo capaz de atender a todos, de forma igual, atuando para que aqueles que ainda não acessam as mesmas oportunidades venham a fazê-lo em breve.

O estudo conduzido permitiu compreender, de forma mais ampla, que a democracia precisa ser reestruturada, reformulada, moldando-se às novas demandas sociais de valorização e respeito por todas as pessoas em igual proporção, quaisquer que sejam suas características. Para que isso ocorra, o direito ao voto sequer se aproxima de uma democracia real, é apenas o primeiro passo, mas deve ser seguido por inúmeros outros, como a participação ativa da população na formulação de políticas e na tomada de decisões, a capacidade de autogestão e a percepção popular quanto ao fato de que esses direitos trazem consigo também deveres, como o dever de cuidar da pessoas e dos recursos. O cuidado com as pessoas deve ocorrer para que vivam melhor e não sejam segregadas, sob nenhuma perspectiva, enquanto o cuidado com os recursos deve gerar a compreensão de que cabe a todos zelar pelos recursos essenciais à vida, evitando-se que se extingam e, assim, não existam próximas gerações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Danila. Estado e democracia boliviana em tempos de plurinacionalidade. **Estudos Internacionais**. V. 2 n. 2 jul-dez 2014 p. 255-270.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitário-populares**. Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Traficante de Sueños Mapas, 2016.

AGUILÓ BONET, Antoni. Descolonizar la democracia: apuntes sobre demodiversidad y nuevo constitucionalismo en Bolivia. **Astrolabio. Revista internacional de filosofía**. Año 2017, núm. 19, p. 26-36.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

ALVES, Johanna Marianny et al. **Comunalizar el poder**. Claves para la construcción del Socialismo Comunal. Caracas: Códigos Libres, 2016.

AÑÑOS MEZA, María Cecilia. La idea de los bienes comunes en el sistema internacional: ¿renacimiento o extinción? **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**. 2014; vol. XIV, p. 153-195.

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de; ZAMBAM, Neuro José. “La casa común”: por una epistemología del cuidado y la justicia para América Latina. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, 2017; vol. 14, n. 29, p.101-123.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro de. Discurso político e o socialismo do século XXI na América do Sul. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 1, p. 25-55, jan.-jun. 2015.

ASCARI, Giovani Alberton et al. O conceito de bem comum: uma aproximação do pensamento de Tomás de Aquino com a Constituição Brasileira de 1988. **II Seminário de Filosofia e Sociedade: Multiplicando pensamentos**. UNESCO, 2016.

ASCENSÃO, José de Oliveira. A pessoa: Entre o Formalismo e a Realidade Ética. **Revista da EMERJ**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 93-115, 2006.

BAIRD, Kate Shea. **La alternativa municipalista**. 2016. Disponível em: <<http://olma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/La-alternativa-municipalista.pdf>> Acesso em: 20 maio 2019.

BAPTISTA, António. Democracia e representação democrática. **Anál. Social**, Lisboa, n. 196, p. 491-514, 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 maio 2019.

BHATNAGAR, Deeptiet al. **Participatory budgeting in Brazil**. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/14657_Particip-Budg-Brazil-web.pdf> Acesso em: 22 fev. 2019.

BEECH, Lisa. Working for the common good: where practice meets theory. **VUWLR**, v. 44, 2013. Disponível em: <<https://www.victoria.ac.nz/law/research/publications/vuwlr/prev-issues/volume-44,-issue-2/Beech.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2019.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **IBICT**. Vol 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1689>> Acesso em: 7 maio 2019.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOITEMPO. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 2016. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/a-nova-razao-do-mundo-557>> Acesso em: 20 jan. 2020.

BOLLIER, David. **Pensar desde los comunes**. Traficante de Sueños, 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 17 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONIFÁCIO, Robert. Apontamentos teóricos a respeito do papel da participação política na democracia. **Paraná Eleitoral**, 2013; v. 2 n. 3 p. 387-414.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 1 maio 2019.

CABRERA, Maria Del Pilar T. Recursos naturales de uso común: aproximaciones teóricas para su análisis. **Mundo Amazônico**. Vol. 7, n. 1-2, p. 71-100.

CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric; SHARPE, Keneth E. **New Institutions for participatory democracy in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CASTRO, Mauro; MORENO, Ruben Martínez. **Reapropriarse de los bienes comunes**: producir movimiento, datos, norma. Jan. 2017. Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/blogs/funda/reapropriarse-bienes-comunes-producir-movimiento-datos-norma.html>> Acesso em: 2 maio 2019.

CHICA, Antonio Alaminos; VERDÚ, Clemente Penalva. Entre el Sumak Kawsay y el Buen Vivir Institucional. Los discursos sociales del Buen Vivir en las zonas rurales del Sur de Ecuador. **Revista de Paz y Conflictos**. 2017; vol. 10, n. 1, p. 137-167.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. 1999. Seven Sotires Press.

CHRYSSOCHOOU, Xenia; PAPASTAMOU, Stamos, PRODOMITIS, Gerasimos. Facing the Economic Crisis in Greece: The Effects of Grievances, Real and Perceived Vulnerability, and Emotions Towards the Crisis on Reactions to Austerity Measure. *Journal of Social Science Education*. 2013, vol. 12, n.1, p. 41-49.

CIC - Cooperativa Integral Catalana. **Principis generals**. Disponível em: < <https://cooperativa.cat/que-es-la-cic-2/principis-generals/> > Acesso em: 2 fev. 2019.

CIUDADES SIN MIEDO. **Guía del movimiento municipalista global**. Icaria Editorial. 9 maio 2018. Disponível em: <https://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/Prologo%20e%20indice_Ciudades%20sin%20miedo.pdf> Acesso em: 22 maio 2019.

COSTACURTA, Jaisson Rodrigo; PULINO, Lúcia Helena CavasinZabotto. Por uma Ética do Cuidado nas políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2017, vol. 20, n. 1, p. 55-64.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

COTULA, Lorenzo. The new enclosures? Polanyi, international investment law and the global land rush. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.605-1.629, 2013.

COTULA, Lorenzo. Addressing the human rights impacts of land grabbing. **Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament**, 2014.

COTULA, Lorenzo. **Land rights and investment treaties**. Exploring the interface. First published by the International Institute for Environment and Development (UK) in 2015. Disponível em: < https://www.iss.nl/sites/corporate/files/67-ICAS_CP_Cotula.pdf > Acesso em: 8 maio 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Común. **Ensayo sobre la revolución em el siglo XXI**. Trad. Afonso Díez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Una conversación con los intelectuales franceses, Pierre Dardot (filósofo) y Christian Laval (sociólogo). **Una nueva teoría para una nueva política**: de lo estatal a lo común. 10 jul. 2015. Entrevista a Amador Fernandez-Savater. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=200887> > Acesso em: 21 jan. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O comum, um princípio político. **Revista o Olho da História**. N. 22, abril, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La pesadilla que no se acaba nunca**: el neoliberalismo contra la democracia. Barcelona: Editorial Gedisa, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Dardot e Laval: a “nova” fase do neoliberalismo**. 3 ago. 2019. Disponível em: < <http://controversia.com.br/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>> Acesso em: 19 jan. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Revista IHU Online**. 25 jul. 2019. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval> > Acesso em: 1 fev. 2019.

DARDOT, Pierre et al. La institución de lo común: ¿un principio revolucionario para el siglo XXI? **Revista de Estudios Sociales**. 2019; 70.

DIZON, Michael Anthony C. Participatory democracy and Information and communications technology: A legal pluralist perspective. **European Journal of Law and Technology**, [S.l.], v. 1, n. 3, dec. 2010. Disponível em: <<http://ejlt.org/article/view/30/64>>. Acesso em: 11 maio 2019.

DONELLY, Peter. Buen Vivir (Sumak Kawsay): notes on the consideration on sport as a cultural commons. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 211-226, 2014.

DORNELES, Josiane Pedroso; SILVA JÚNIOR, Geraldo Edmundo. A crise grega e seus desdobramentos: uma abordagem do jogo dinâmico com informação incompleta entre a Grécia e a Troika. **Área 5: Economia Internacional** **Classificação JEL: F-34; F-42; F-33**. 2015.

DRAPER, Susana. Tejer cuidados a micro y macro escala entre lo público y lo común. In: SOLIS, Cristina Veiga; BUJAN, Raquel Martínez; CHAUCA, Myrian Paredes. **Cuidado, Comunidad y común**. Extracciones, apropiaciones y sostenimiento de la vida. Madrid: Traficante de Sueños, 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf> > Acesso em: 5 maio 2019.

EDWARDS, Steve. Os “comuns” e as multidões: considerando a fotografia de cima e de baixo. **Crítica Marxista**. 2017; n. 45, p. 9-33. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_20_13_39.pdf> Acesso em: 20 jul. 2019.

ENRIQUEZ, Eugene. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2019.

ETZIONI, Amitai. Common good. **The Encyclopedia of Political Thought**. First Edition. 2015. Disponível em: <

<https://icps.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs1736/f/downloads/Common%20Good.Etzioni.pdf>> Acesso em: 7 maio 2019.

FACHIN, Patrícia. O municipalismo é a nova esquerda. Entrevista especial com Bernardo Gutierrez. **Revista IHU on-line**. 6 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574370-gutierrez>> Acesso em: 1 fev. 2020.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos bens comuns. **O Comuneiro**. 2019, n. 28. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr19_02_silviafederici.html> Acesso em: 20 jul. 2019.

FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova**, São Paulo, 95: 181-223, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00181.pdf>> Acesso em: 20 maio 2019.

FLORIAN, Diogo Pablos. Para ampliar o cânone democrático. **Conexão Política**, Teresina v. 3, n. 1, 109 – 115, jan./jul. 2014.

FORO DE LOS RECURSOS HÍDRICOS. **La gestión comunitaria de agua para consumo humano y el saneamiento en el Ecuador**: diagnostico y propuestas. 2013.

GAGO, Verónica. Neo-comunidad: circuitos clandestinos, explotación y resistencia en Buenos Aires. In: SOLIS, Cristina Veiga; BUJAN, Raquel Martínez; CHAUCA, Myrian Paredes. **Cuidado, Comunidad y común**. Extracciones, apropiaciones y sostenimiento de la vida. Madrid: Traficante de Sueños, 2018.

GARCIA PEREIRA, Henrique. Consequências para a Grécia da crise financeira atual e experiência original do Syriza como “movimento-Partido” que se opõe à austeridade. **Polêmica** [S.l.], v. 15, n. 3, p. 023-034, out. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/19365/14132>>. Acesso em: 1 fev. 2020.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estud. Av.** São Paulo, v. 32, n. 92, p. 65-88, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100065&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2019.

GERMANI, Gino. In: QUIJANO, Aníbal et al. **Los límites de la democracia**: volumen 1. Compilado por Fernando Calderón. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: GLACSO, 2017.

GESSEN, Masha. **Barcelona's experimente in radical democracy**. 6 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/our-columnists/barcelonas-experiment-in-radical-democracy>> Acesso em: 21 maio 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011 .

GONZALBO, Fernando Escalante. **Historia mínima del neoliberalismo**. Madrid: Turner Publicaciones, 2016. Disponível em: <<https://leerlaciudadblog.files.wordpress.com/2016/05/escalante-historia-mc3adnima-del-neoliberalismo.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2020.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GUTIÉRREZ, Laura. **Greek Social Movements between Past and Present**. 3 dez. 2018.

HARDIN, Garrett. 1968. The Tragedy of the Commons. **Science**. 1968; vol. 162, p. 1243-1248. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2020.

HASHIZUME, Maurício. **Demodiversidade no século XXI**. Experiências de democratização da democracia na Bolívia e no Brasil. Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. 2012.

HELFRICH, Silke. **Bens Comuns: o novo conto do século XXI**. 29 set. 2009. Disponível em: <<https://commonsblog.files.wordpress.com/2009/12/bens-comuns-novo-conto.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2020.

HELFRICH, Silke; IACOMELLO, Franco. **Fortalecer los Bienes Comunes**. ¡Ahora! Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/wirtschaftsoziales/Manifesto_Fortalecer_los_Bienes_Comunes.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

HOUTART, Francois. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”**. Fundação Rosa Luxemburgo Bruxelas. 2011. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Dos%20bens%20comuns%20ao%20Bem%20Comum%20da%20Humanidade%20-%20Fran%20C3%A7ois%20Houtart%202011.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2019.

KAVADA, Anastasia. Creating the Collective: Social Media, the Occupy Movement and its Constitution as a Collective Actor. **Information, Communication & Society**. Vol. 18, v. 8, p. 872- 886, 2015.

KITSANTONIS, Niki. **Em medio de medidas de austeridad, los anarquistas toman las rendas em Grecia**. 22 maio 2017.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque. **A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KUHNEN, Tânia A. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. **Ethic@**. Florianópolis v. 9, n. 3, p. 155 – 168, Set 2010.

LANG, Mirian. **Nabón**: Construyendo el Sumak Kawsay desde abajo. ResearchGate, 2018.

LANG, Mirian; LANDER, Edgardo; VELEGRAKIS, Giorgos. **Alternatives in a world of crisis**. GLOBAL WORKING GROUP BEYOND DEVELOPMENT. Brussels, April 2018

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2019.

LEROY, Jean Piere. **Mercado ou bens comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/fase_mercado-ou-bens-comuns-jpl-pdf.pdf> Acesso em: 19 jul. 2019.

LIMA, Cacilda Vilela de; ANNUNCIATO, Mariana Riccitelli. Tipos de democracia. **Ágora Filosófica**. Ano 18, n. 1, jan./jun. 2018, p. 45-66.
LINEBAUGH, Peter. **Some principles of the commons**. 8 jan. 2010. Disponível em: <<https://www.counterpunch.org/2010/01/08/some-principles-of-the-commons/>> Acesso em: 18 jul. 2019.

LIMA, Cacilda Vilela de. **The Magna Carta Manifesto**. University of California Press. 2008. Disponível em: <<https://provisionaluniversity.files.wordpress.com/2012/12/peter-linebaugh-the-magna-carta-manifesto-liberties-and-commons-for-all-2008.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2019.

MALPEZZI, Stephen; WACHTER, Susan M. The Role of Speculation in Real Estate Cycles. **SSRN Electronic Journal**. 2002.

MARTIN, Carlos de cabo. **El común**. Las nuevas realidades contituyentes de la perspectiva del constitucionalismo crítico. Madrid: Editorial Trotta, 2017.

MAS, Joaquin Tornos. **Bienes comunes e administración compartida**. Jan. 2017.

MAYORGA, Fernando. Estado plurinacional y democracia intercultural em Bolivia. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329401, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2019.

MERINO, Roger. An alternative to “alternative development”? Buen vivir and human development in Andean countries. **Oxford Development Studies**. vol. 44, n. 3, p. 271–286, 2016.

MIGNOLO, Walter D. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. **Soc. estado**. Brasília, v. 29, n. 1, p. 21-44, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 fev. 2020.

MOISES, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.269-309. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf>> Acesso em: 1 maio 2019.

MONEDERO, J. C. Seminario 1420 - Controversias en torno a la calidad de la democracia Coordinador: Dr. Juan Carlos Monedero (Universidad Complutense de Madrid, España) Cátedra: CLACSO. 2014.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Bem Estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016

NICHOLAS, Jeffery L. The Common Good, Rights, and Catholic Social Thought: Prolegomena to Any Future Account of Common Goods. Solidarity: **The Journal of Catholic Social Thought and Secular Ethics**. 2015, v. 5, n. 1.

OSTROM, Elinor. **Tragedy of the commons**. The New Palgrave Dictionary of Economics, Second Edition, 2008. Disponível em: <http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/5887/tragedy%20of%20the%20commons%20_%20Th...pdf?sequence=1> Acesso em: 10 maio 2019.

PASTOR, Jaime. **Lo(s) común(es), lo público y lo estatal**. Viento Sur. N. 130, novembro, 2013. Disponível em: <http://cdn.vientosur.info/VScompletos/vs_0130.pdf> Acesso em: 21 jan. 2020.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 183-186, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555301016.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2019.

PIZZORNO, Alessandro et al. **Los límites de la democracia**: volumen 2. Compiladopor Fernando Calderón. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: GLACSO, 2017.

PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña. **Soc. estado**. Brasília, v. 29, n. 1, p. 45-72, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 fev. 2010.

RAMIREZ, Adrian Velasquez et al. **De la democracia liberal a lasoberanía popular**: articulación, representación y democracia en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

RESENDE, Ubiratan Pereira. Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia. **Geografia** (Londrina), vol. 22, n.2. p. 79-102, maio/ago. 2013.

ROSADO, Delia Langa. Común, o el principio de radicalización de la democracia. *Revista de la Asociación de Sociología de la Educación*, vol. 9, n. 3, p. 397-401. 2015.

ROUSSOS, Konstantinos. Grassroots collective action within and beyond institutional and state solutions: the (re-)politicization of everyday life in crisis-ridden Greece. *Social Movement Studies*. 2019; 1–19.

RUBIO-PUEYO, Vicente. **Municipalismo em Espanha**: Barcelona, Madrid y las ciudades del cambio. dez. 2017. Disponível em: <http://www.rosalux-nyc.org/wp-content/files_mf/rubiopueyo_spa96.pdf> Acesso em: 21 maio 2019.

RUSSEL, Bertie. **Beyond the local trap**: new municipalism and the rise of the fearless cities. *Antipode*. P. 1-22, 2019.

SACHS, Wolfgang. **Diccionario del desarrollo**. Una guía del conocimiento como poder. PRATEC, Perú, 1996.

SAÍZ, Angel Valência. Una guía para entender la democracia. *Revista de Libros. Teoría Política*. 1 set. 1999. Disponível em: <https://www.revistadelibros.com/articulo_imprimible_pdf.php?art=550&t=articulos> Acesso em: 11 jan. 2020.

SALOMÓN, Mónica. A política municipal de cooperação para o desenvolvimento de Barcelona. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 7, n. 13, p. 314-337, set. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/8727>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SÁNCHEZ, Pablo. **New Municipalism in Barcelona**: A First Attempt at a Balance Sheet. 8 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.transform-network.net/publications/yearbook/overview/article/yearbook-2017/new-municipalism-in-barcelona-a-first-attempt-at-a-balance-sheet/>> Acesso em: 4 fev. 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Grande Hotel Abismo**: Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: Martins Fontes: 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In Boaventura de Sousa Santos (org.). **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Portugal**: ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós**. São Paulo: SESC, 2018.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambient. Soc.**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-292, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós. “Buen vivir”: notas de um conceito constitucional em disputa. **Pensar**. Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 379-403, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/2886/pdf>> Acesso em: 18 maio 2019.

SIAPER, Eugenia; THEOSOSIADIS, Michael. (Digital) Activism at the Interstices: Anarchist and Self Organizing Movements in Greece. **TripleC**. Vol. 15, n. 2, p. 505-523, 2017.

SILVA, Klaus Pereira da; GUEDES, Ana Lúcia. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 8, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00682.pdf>> Acesso em: 18 maio 2019.

SILVA, Luzia Wilma Santana da et al. O cuidado na perspectiva de Leonardo Boff, uma personalidade a ser (re)descoberta na enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 58, n. 4, p. 471-475, Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SILVA, Fabrício Pereira. Democracia(s) em debate: novos discursos democráticos nos países andinos. In OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., MELO, FR., orgs. **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 255-274.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro et al. O Meio Ambiente como Bem Comum – revisando conceitos. **ICTR 2004 – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Costão do Santinho – Florianópolis – Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.ipen.br/biblioteca/cd/ictr/2004/ARQUIVOS%20PDF/06/06-054.pdf>> Acesso em: 3 maio 2019.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; SAVAZONI, Rodrigo. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018.

SUBIRATS, Joan. **Outra sociedad, otra política?** De “no nos representan” a la democracia de lo comun. Barcelona: Icaria, 2011.

TATAGIBA, Luciana Tatagiba; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**. 2016, p. 105-138.

TOCHMAN, Jason. The Hegemony of Representation: Democracy and Indigenous Self-government in Bolivia. **Journal of Politics in Latin America**. Vol. 9, n. 2, p. 121–138, 2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, maio/ago 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0433.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2019.

TORRES GALARZA, Ramón. **El sentido de lo común, pensamiento latino americano**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, CLACSO, 2018.

TROTA, Nicolas; GENTILI, Pablo. **América Latina: la democracia em la encrucijada**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial La Página S.A., 2016.

VANZELLA, José Marcos Miné; SILVA JÚNIOR, Gabriel Alves da. Democracia participativa, deliberação e cidadania: da Grécia aos nossos dias. **Rev. de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 89 – 110. Jul/Dez. 2017. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/2539/pdf>> Acesso em: 14 maio 2019.

VARGAS, Miguel. **Bolivia: La democracia comunitaria ¿sucumbe ante la representación política?** 2014.

VARGAS, Juliano; HERSCOVICI, Alain. A Tragédia dos Commons Revisitada: uma Análise Crítica. **Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 35, n. 67, p. 105-128, mar. 2017.

VERCELLI, Ariel; THOMAS, Hernán. Repensando los bienes comunes: análisis socio-técnico sobre la construcción y regulación de los bienes comunes. **Sci. stud.** São Paulo, 2008; vol. 6, n. 3, p. 427-442. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2020.

VIANA, Francisco Antônio Marques. **Marx e o labirinto da utopia**. São Paulo: PUC-SP, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11534/1/Francisco%20Antonio%20Marques%20Viana.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2019.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. São Paulo: USP, 2014.

VIEIRA, Miguel Said. Bens Comuns: Uma Análise Linguística e Terminológica. **MATLIT 3.1**. (2015): 99-110.

VORSTER, Jakobus M. A Reformed perspective on the concept of the 'common good' and its relevance for social action in South Africa today. In **Skriflig**, Pretoria, v. 50, n. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2305-08532016000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2019.

VRADIS, Antonis; DALAKOGLU, Dimitris. **Revolt and Crisis in Greece**. Edinburgh: AK Press, 2011.

WHITE, Bem et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, Nos. 3–4, July–October 2012, 619–647. Disponível em: <https://www.tni.org/files/white_etal_redacted.pdf> Acesso em: 1 maio 2019.

WOLKMER, Maria de Fatima Schumacher; SCUSSEL, Evelyn Scussel. A questão do comum no constitucionalismo latino-americano. **Revista Culturas Jurídicas**. Vol. 5, Núm. 11, mai/ago, 2018.

WOLKMER, Antônio Carlos. Buen Vivir: balance y experiencias en los diez años de Constitución de Ecuador. **TraHs Números Especiales**. N°3, 2018. Disponível em; <<https://www.unilim.fr/trahs/899&file=1>> Acesso em: 15 maio 2019.